



SIBILA FRANCINE TENGATEN BINOTTO

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL A PARTIR DOS BOLETINS
INFORMATIVOS DO PERÍODO DE 1987 A 1998 PRODUZIDOS PELO
SINDICATO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFRGS
(ASSUFRGS)**

Canoas, RS
2023

SIBILA FRANCINE TENGATEN BINOTTO

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL A PARTIR DOS BOLETINS
INFORMATIVOS DO PERÍODO DE 1987 A 1998 PRODUZIDOS PELO SINDICATO
DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UFRGS (ASSUFRGS)**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle como requisito para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais. Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural.

Orientador: Prof.Dr.Moises Waismann
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Tamara Cecília Karawejczyk

Canoas, RS
2023

Dados internacionais da publicação (CIP)

B614c Binotto, Sibila Francine Tengaten

A construção da memória sindical a partir dos boletins informativos do período de 1987 a 1998 produzidos pelo sindicato dos técnico-administrativos em educação da UFRGS (ASSUFRGS) [recurso eletrônico] / Sibila Francine Tengaten Binotto – 2023.

213 f; 30 cm.

II. color.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Universidade La Salle – UniLaSalle, Canoas, 2023.

“Orientação: Profº Dr. Moisés Waismann”.

“Coorientação: Profª Dra. Tamara Cecília Karawejczyk”.

1. Memória Social. 2. Memória Sindical. 3. UFRGS. 4. Assufrgs Sindicato. 5. Técnico-Administrativo em Educação. I. Moisés Waismann. II. Tamara Cecília Karawejczyk. III. Título.

CDU 316.7

SIBILA FRANCINE TENGATEN BINOTTO

Trabalho final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz
UFRGS/CEDEM-ASSUFRGS

Profa. Dra. Evelin Mintegui
UFRGS/FURG

Profa. Dra. Lucia Regina Lucas da Rosa
Universidade La Salle

Profa. Dra. Tamara Cecília Karawejczyk
Coorientadora

Prof. Dr. Moises Waismann
Orientador e Presidente da Banca- Universidade La Salle

Área de concentração: Memória Social e bens Culturais.

Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais.

Canoas, 30 de março de 2023.

Este trabalho é dedicado àqueles que oportunizaram esta dissertação. Foram anos de espera e tentativas para, até então, conseguir ingressar em um mestrado e mais dois anos para concluí-lo em meio à pandemia do Coronavírus.

Dedico ao meu amigo Sidinei Rocha de Oliveira (in Memoriam), que me incentivou para continuar os estudos e foi presente desde o processo seletivo, mas, por uma obra perversa do destino, não continuou a caminhada junto comigo. Sempre me mostrou o quanto eu era capaz e acreditou no meu potencial. Professor em tempo integral, me ensinava sobre autores, formas de pesquisa e sobre o mundo do trabalho. Trocávamos saberes e percepções sobre a minha pesquisa e as pesquisas que ele orientava. Um aprendizado e tanto.

Queria mesmo que estivesse hoje por aqui para comemorarmos mais essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus companheiros do Fortalecer do Psol por compreender que não poderia estar presente em todas as reuniões, atos ou outros compromissos políticos da corrente.

Às minhas amigonas Manu e Luana, pelos dias de desânimo e cansaço que viraram dias melhores porque vocês fazem parte dessa história.

À minha amiga Simone, por me ajudar com a doença da Bree e me tranquilizar, pois as dificuldades da vida são superadas.

Agradeço à minha mãe, irmã e tios por torcerem por mim em todos os momentos da vida.

Agradeço à professora Tamara, por ter se tornado minha coorientadora. Foste muito importante em um momento de aflição durante a ausência do professor Moises.

Agradeço imensamente à professora Doris, por dividir comigo as aflições do processo de recuperação do mestre.

Agradeço à turma do fundão da pós-graduação, sempre animada e que tornava as aulas prazerosas, apesar do momento de pandemia da COVI-19 e as aulas serem online. “Conviver” diariamente pela tela do computador foi a parte mais importante para conclusão das disciplinas e que me deu força para superar um momento trágico que passei.

Agradecimento especial à colega Andrea Guedes, que, por muitas vezes, me ajudou a superar as adversidades e tocar a vida em frente. Foi importante para o processo de cura interior e de tomada de decisões pessoais.

Agradeço às minhas colegas e meus colegas de setor da Faculdade de Educação da UFRGS, que seguraram o trabalho para que eu pudesse me afastar

para estudar. Em especial à Ana Gabriela, que sempre esteve comigo durante esta caminhada, ajudando em correções e dando força em todo o processo.

Agradeço à EDUFRGS, por oportunizar incentivo educacional para que o servidor técnico-administrativo em educação se qualifique e preste um serviço de excelência à comunidade acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer ao principal incentivador, tanto pelo mestrado quanto pela temática, Frederico Duarte Bartz, companheiro da pasta de Educação Política e Sindical da Assufrgs Sindicato.

Agradeço ao Comitê Gestor do Cedem pelo apoio e à estagiária Katiane, que foi essencial na organização dos dados. Ao Cristopher Dalla Lana, pelo belo trabalho com o produto: uma coleção de memórias, e aos meus colegas da coordenação da Assufrgs, por acreditarem que a memória sindical valeria o investimento.

Agradeço a ti, Moises Waismann, por estar, até este momento, me orientando e sendo um amigo. Torci a cada minuto para que tudo isso acontecesse e nunca duvidei de que conseguirias vencer, e agora vencemos juntos!

Agradeço a ti, meu amor, por estar aqui neste momento; um dos mais importantes da minha vida. Depois de duas décadas retornamos aquilo que nunca se extinguiu, e que seja infinito<3.

Por fim, agradeço a você que está lendo esta dissertação e prestigiando o esforço que fiz para dar visibilidade à memória sindical da Assufrgs.

Proletários de todos os países, uni-vos!
(Marx e Engels)

RESUMO

O sindicalismo, na educação superior, refere-se à organização e à luta dos trabalhadores da educação superior por seus direitos e interesses coletivos. Para recordar o passado é necessário acessar uma memória das lutas sindicais. Logo, esta pesquisa partiu da necessidade de conhecer a memória relacionada a essas lutas. O objetivo da pesquisa é construir a memória sindical do Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS, UFCSPA e IFRS (Assufrgs), compreendidas entre o período de 1987 a 1998, partindo da análise dos Boletins Informativos produzidos pelo sindicato e disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM). Visa subsidiar o produto do mestrado, que é a construção de um espaço de referência para os servidores técnico-administrativos da UFRGS sobre a memória sindical e das lutas dos trabalhadores da universidade no período de 1987 a 1998. A pesquisa tem abordagem qualitativa, por meio de pesquisa documental, utilizando como método a análise de conteúdo na exploração do corpus documental de 445 boletins. O conteúdo analisado refere-se à temática sindical. Os resultados mesclam a memória dos boletins, relacionando a Assufrgs Sindicato com os movimentos socioeconômicos nacionais e a universidade. Por fim, verificou-se a diversidade do conteúdo dos boletins, uma vez que nem todos continham pautas específicas das lutas sindicais. É importante para entender e preservar a memória identitária e a evolução dos movimentos sindicais, bem como as lutas históricas marcadas pelas greves e manifestações com as conquistas de direitos e melhorias das condições de trabalho.

Palavras-chave: Memória Sindical; Memória Social; Recordação; Sindicalismo; Centro de Documentação e Memória; UFRGS; ASSUFRGS.

ABSTRACT

Unionism in higher education refers to the organization and struggle of higher education workers for their collective rights and interests. To remember the past, it is necessary to access a memory of union struggles, so this research started from the need to know the memory related to these struggles. The objective of the research is to build the union memory of the Union of Administrative Technicians in Education of UFRGS, UFCSPA and IFRS (Assufrgs), comprised between the period of 1987 to 1998, starting from the analysis of the Newsletters produced by the union and made available by the Centro de Documentation and Memory (CEDEM). It aims to subsidize the product of the master's degree, which is the construction of a reference space for the technical-administrative servants of the UFRGS on the union memory, of the fights of the workers of the University in the period of 1987 to 1998. The research has a qualitative approach, through documentary research, using content analysis as a method in exploring the documentary corpus of 445 bulletins. The analyzed content refers to the trade union theme. The results merge the memory of the bulletins, relating Assufrgs Syndicate with the national socioeconomic movements and the University. Finally, the diversity of the content of the bulletins was verified since not all of them contained specific agendas of union struggles. It is important to understand and preserve the identity memory and the evolution of union movements, as well as the historical struggles marked by strikes, demonstrations with the conquest of rights and improvements in working conditions.

Keywords: Union Memory; Social Memory; Remembrance; Unionism; Documentation and Memory Center; UFRGS; ASSUFRGS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Ilustração 1 – Distribuição das palavras-chave mais encontradas na pesquisa bibliográfica.....	35
Ilustração 2 - Quantitativo Boletins Informativos.....	95
Ilustração 3: Boletim Informativo Assufrgs 1987.....	100
Ilustração 4: Boletim Informativo Assufrgs 1990.....	101
Ilustração 5: Boletim Informativo Assufrgs 1991.....	102
Ilustração 6: Boletim Informativo ASSUFRGS 1992.....	102
Ilustração 7: Boletim Informativo Assufrgs 1993.....	102
Ilustração 8: Boletim Informativo Assufrgs 1994.....	103
Ilustração 9: Boletim Informativo Assufrgs 1995.....	103
Ilustração 10: Boletim Informativo Assufrgs 1996.....	104
Ilustração 11: Boletim Informativo Assufrgs 1997.....	104
Ilustração 12: Boletim Informativo Assufrgs 1998.....	104
Ilustração 13: Boletim Informativo Assufrgs 1998.....	105
Ilustração 14– distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1987	117
Ilustração 15– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1990	127
Ilustração 16 – Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1991	135
Ilustração 17 – Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1992	142
Ilustração 18– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1993	148

Ilustração 19– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1994	156
Ilustração 20– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1995	162
Ilustração 21– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1996	168
Ilustração 22– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1997	173
Ilustração 23– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1998	182
Ilustração 24 - Cronologia de lutas	194
Ilustração 25 – Distribuição de palavras da memória sindical	197
Ilustração 26 – Layout da interface da coleção de referência sobre a memória sindical.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABSURGS – Associação Beneficente da URGs

ADUFRGS - Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande Do Sul

ALCA – Área Livre de Comercio das Américas

ANDES – SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APG – Associação dos Pós-graduandos

ASSIBGE Sindicato Nacional Trabalhadores F.P.F.GEO e Estatística

ASSUFRGS – Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura (Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada).

BI – Boletins Informativos

CAT - Central Autônoma dos Trabalhadores

CEDEM–Centro de Documentação e Memória

CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores

CGT - *Confédération Générale du Travail*

CIOSL – Confederação Internacional dos Sindicatos Livres

CIPAS - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNESF - Comissão Negociação Econômica Serviço Público Federal

CNG – Comando Nacional de Greve

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNUG - Comando Nacional Unificado de Greve

COB - Confederação Operária Brasileira

CONCLAT - Congresso das Classes Trabalhadoras

CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

CONED - Conselho Nacional de Educação

COOPURGS – Cooperativa de Consumo dos Integrantes da URGs

CPERS - Sindicato dos professores(as), funcionários(as) de escola e especialistas da rede estadual de todo o Rio Grande do Sul.

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPPTA - Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNTE - Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação

DPC- Diretrizes de Planos de Carreira

FAPERGS – Fundação do estado do Rio Grande do Sul

FASUBRA – Federação das Universidades Brasileiras

FAURGS- Fundação de Apoio a UFRGS

FENASPS – Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNDATEC - Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências

GAE - Gratificação de Atividade Executiva

GED - Gratificações de Estímulo à Docência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Educação Superior

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

IFRS- Instituto Federal do Rio Grande do Sul

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MAB - Movimento nacional dos Atingidos por Barragens

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MS - Movimento Sindical

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUT - Movimento Unificado dos Trabalhadores

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONU – organização das Nações Unidas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCE - Programa de Crédito Educativo

PDS -Partido Democrático Social

PFL- Partido da Frente Liberal

PLR - Participação nos Lucros e Resultados

PNE - Plano Nacional de Educação

PP- Partido Progressista

PRN - Partido Republicano Nacionalista

PRORHESC – Pró-reitora de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade.

PSDB -Partido da Social-Democracia Brasileira

PSS – Plano de Seguridade Social

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

SAF – Secretaria de Administração Federal

SDS - Social-Democracia Sindical

SEDAP - Secretaria de Administração Pública da Presidência da República

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SESU – Secretaria do Ensino Superior

SINABEFE – Sindicato da Industria de Engenharia de Fundações e Geotecnia do Estado de São Paulo

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SINDAGRI/RS - Sindicato dos Servidores do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul

SINDIFAZ/RS - Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Rio Grande do Sul

SINDIFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

SINDIJUS - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado

SINDILEGIS - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União

SINDSERF/RS-Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul

SINDSPREV/RS - Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Estado do Rio Grande do Sul

SINPRO - Sindicato dos Professores do Ensino Privado

SINTEST/RS: ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro-Grau do Rio Grande do Sul

SNA - Sistema Nacional de Avaliação

SPF – Servidores Públicos Federais

STF – Superior Tribunal Federal

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN - União Democrática Nacional

UDR - União Democrática Ruralista

UFB - União Feminina do Brasil

UFCSPA – Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCAR – Universidade de São Carlos

UJC - União da Juventude Comunista

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPA- Universidade de Porto Alegre

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

URP - Unidade de Referência de Preço

URP - Unidade de Referência de Preços

URV – Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
1.1 MEMORIAL	25
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	27
1.3 QUESTÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	39
2 OBJETIVOS.....	41
2.1 OBJETIVO GERAL	41
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
3 REFERENCIAL TEÓRICO	42
3.1 A MEMÓRIA SOCIAL E ESPAÇOS DA RECORDAÇÃO	42
3.2 O SINDICALISMO NO MUNDO E NO BRASIL	47
3.2.1 O início do Movimento Sindical.....	49
3.2.2 O Sindicalismo no Brasil	53
3.2.2.1 O movimento sindical na Primeira República (1889-1930).....	55
3.2.2.2 Movimento Sindical na Era Vargas.....	59
3.2.2.3 A República populista e as iniciativas intersindicais: o ressurgimento das lutas sindicais no período de 1945 a 1964, no Brasil.	63
3.2.2.4 A Ditadura de 1964 Civil-Militar, Movimento Sindical e a Explosão das Greves	65

3.2.2.5 A Nova República, Movimento Sindical e o Neoliberalismo	74
3.3 ASSUFRGS SINDICATO	85
4 PERCURSO METODOLÓGICO	94
5 REGISTROS SINDICAIS DE UMA TRAJETÓRIA DE LUTA: OS BOLETINS INFORMATIVOS DA ASSUFRGS SINDICATO	98
5.1 APRESENTANDO O UNIVERSO E COMPILANDO OS BOLETINS INFORMATIVOS	98
5.1.1 Cabeçalho dos Boletins Informativos	99
5.2 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO	105
5.2.1 1987, O ano de recomeço do sindicalismo e das lutas	106
5.2.2 1990, ano da adesão ao SINTEST/RS	117
5.2.3 1991, mais um ano de Governo Collor e arrocho salarial	128
5.2.4 1992, o primeiro Impeachment da história desse país	136
5.2.5 1993, a discussão da Carreira	143
5.2.6 1994, a greve da URV e da Campanha Emergencial	149
5.2.7 1995, a luta contra as Reformas Constitucionais do governo	157
5.2.8 1996, da Reforma da Previdência ao PDV	162
5.2.9 1997, Reformas e Pacotes que prejudicam os servidores	168
5.2.10 1998, em defesa da universidade pública	173
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	183

A ilustração 25 da nuvem de palavras demonstra as principais lutas do período da pesquisa que foram: greve, plano de carreira, campanha salarial, defesa da educação, reformas do governo, entre outras.	198
7 PRODUTO FINAL.....	199
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
ANEXO A - Termo de anuência para realização da pesquisa científica e acadêmica.....	210
ANEXO B– Reprodução do verso do Boletim de número 44 de 10.11.1987.....	212
ANEXO C – Tabelas das 12 Referências	213

1 INTRODUÇÃO

Após quatro anos de um governo que desdenhou de uma pandemia mundial¹, ignorou as pesquisas científicas, promoveu ataques as Universidades e ao sindicalismo, retirou direitos da classe trabalhadora, vivemos em um período histórico em termos de sobrevivência.

Nunca foi tão necessário que existissem pessoas concursadas para cargos considerados essenciais na tomada decisões, e não cargos políticos que por vezes eram tendenciosos na política de desmantelamento do serviço público e por essas situações a atuação sindical é essencial.

A atuação sindical no setor público varia amplamente em todo o mundo e é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a cultura e história política do país, as leis trabalhistas e as relações entre os trabalhadores e de acordo com as políticas governamentais. Os sindicatos têm uma participação ativa na negociação de salários e condições de trabalho no setor público e frequentemente trabalham em conjunto com o governo para desenvolver políticas trabalhistas.

O sindicalismo, na educação superior, refere-se à organização e luta dos trabalhadores da educação superior os professores, técnico-administrativos e estudantes, por seus direitos e interesses coletivos. Os sindicatos representam esses trabalhadores nas negociações com instituições de ensino, além de pressionar governos em questões relacionadas ao ensino superior que recebe pouco investimento comparado a outros setores. Para isso existe a atuação sindical: para garantir que mais investimentos em educação sejam priorizados pelos governos. Além disso, fazem a defesa de salários justos, melhores condições de trabalho, proteção social, aprimoramento profissional e, também, lutas por políticas públicas que promovam a educação de qualidade e acessível à todos. Se envolvem em mobilizações políticas e sociais mais amplas em defesa da democracia, justiça

¹ A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) iniciada na China e rapidamente se espalhou pelos demais países. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, decretou que a infecção causada pela Covid-19 era uma pandemia.

social e direitos humanos. No Brasil existem sindicatos e federações de professores e trabalhadores do ensino superior, como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e ainda o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica SINASEFE. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o órgão de classe que atua como único representante sindical dos Técnico-Administrativos em Educação é a Assufrgs - Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada. Este desempenha um papel importante na defesa dos interesses dos trabalhadores da educação superior, especificamente dos técnico-administrativos, na promoção de políticas públicas voltadas à expansão e melhoria da educação superior no país. O Sindicato possui uma longa trajetória de lutas e reivindicações e, para que essa memória não sofra apagamento, foi criado um projeto chamado Projeto Memória, que inicialmente contava com um acervo com depoimentos de associados em vídeos. Como o material da memória sindical é vasto, foi necessário ampliar o projeto. Dessa forma, em 2018 surgiu a iniciativa do Centro de Documentação e Memória da Assufrgs Sindicato (CEDEM). Dentre estes materiais, o centro de documentação possui um acervo de publicações periódicas, nomeado genericamente de Boletins Informativos (BI), pois estes se apresentam no decurso do período da pesquisa por outras denominações, como Boletim Assufrgs, Boletim SINTES/RS, Assufrgs Informa, entre outros, que serão apresentados na seção quatro do presente trabalho. Estes Boletins trazem informações sobre os benefícios e serviços oferecidos pelo sindicato, resultados de embates judiciais, textos informativos sobre a legislação trabalhista, sobre os direitos dos trabalhadores bem como prestações de conta das ações da diretoria. Também, trazem consigo a história das lutas deste sindicato e, por consequência, da classe trabalhadora e do funcionalismo público federal. Apresentam-se em formato impresso e *online*. Estes

Boletins serão o *corpus* da pesquisa, que é de caráter documental, e, para a análise dos dados, será utilizada a análise de conteúdo de Bardin (2010).

Esta pesquisa visa subsidiar a construção de um espaço de referência para os servidores técnico-administrativos da UFRGS, sendo produto do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, sobre a memória sindical das lutas dos trabalhadores da UFRGS no período de 1987 a 1998. Para tanto, disponibiliza, virtualmente, Boletins Informativos da Assufrgs Sindicato no período de 1987 a 1998, com conteúdos que se destacam no cenário das lutas sindicais da memória do período; o Espaço é *on-line* e vinculado ao site do Projeto Memória Assufrgs.

Essa pesquisa, para o servidor técnico-administrativo em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é um marco de atuação e resistência sindical e conseqüentemente, para o Sindicato Assufrgs, um referencial de luta sindical.

Na próxima seção será abordado um memorial com algumas informações referentes ao interesse neste assunto da pesquisa e à atuação junto ao sindicato. Nas próximas seções: a contextualização, a questão-problema, os objetivos e, no referencial teórico, a memória social e espaços de recordação, sindicalismo no mundo e do Brasil, percurso metodológico e apresentação de dados. Seguindo a estrutura da dissertação, as próximas seções apresentam os resultados e discussões, o produto final e finaliza com as considerações finais e sugestões de novos estudos.

1.1 MEMORIAL

A minha vida sempre foi uma constância de reivindicações e lutas. Desde pequena procurava melhorar a minha vida e de todos à minha volta, questionando formas de opressão e buscando respostas às mazelas da vida proporcionadas por uma sociedade capitalista, machista e patriarcal. Estudei em escola pública e privada e, neste percurso, percebia a divisão da sociedade em duas frentes: os ricos e os pobres. Filha de mãe solo e trabalhadora, que sempre proporcionou com muito esforço estudo e sustento para a família. Aos 16 anos vim para Porto Alegre com intuito de estudar, terminar o Ensino Médio, antigo segundo grau, e depois prestar vestibular em uma universidade federal. O curso foi definido segundo as minhas necessidades: queria algo em que eu pudesse trabalhar ou estagiar durante toda a minha graduação para manter o sustento; tentei vestibular para Geologia como primeiro vestibular na UFRGS, ao qual não obtive êxito e, pesquisando melhor, encontrei o curso de Biblioteconomia, que me dava grandes chances de êxito.

O início da minha trajetória na Universidade Federal do Rio Grande do Sul se deu no ano de 2001/2. Neste ano, os servidores públicos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aderiram a uma grande greve, que durou alguns meses. Por esse motivo, o semestre, que deveria começar em agosto, iniciou em dezembro, em meados do natal. Ali foi meu primeiro contato com a luta sindical. Nessa época eu não compreendia como os servidores da universidade poderiam ficar tanto tempo em greve, prejudicando os discentes. Em consequência dessa greve, fiquei estudando em janeiro e fevereiro por três verões, até normalizar o calendário acadêmico. Nesse período também iniciei o meu contato com a memória social na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; entrei para uma pesquisa com Bolsa FAPERGS, juntamente com mais uma colega, e coordenada por um professor. Pesquisávamos fluxo informacional nas festas comunitárias no município de Estrela, no estado do Rio Grande do Sul. Fiquei trabalhando na pesquisa até o final do curso. Nesse período da minha graduação aconteceram outras greves, com menor tempo de duração. Terminei o curso de Biblioteconomia em 2005/2. O meu retorno à

universidade acontece em 2008, quando prestei concurso e passei a fazer parte do quadro de servidores com o cargo de Bibliotecária Documentalista e, em fevereiro de 2009, fui nomeada na UFRGS e lotada no Instituto de Matemática. Nesse período não tive muito contato com o movimento sindical, apesar de receber alguns sindicalistas no setor de trabalho, que dialogavam sobre as lutas sindicais em relação ao governo e às políticas públicas das Instituições de Ensino Superior. O tema parecia um tanto distante, pois eu ainda estava no estágio probatório e focado em terminá-lo. A primeira greve que participei efetivamente foi no ano de 2014. Em 14 de março, a chamada “Greve dos 100” iniciou. Poucos servidores aderiram ao movimento grevista, pois a pressão do campo governista fez com que houvesse poucos adeptos entre a categoria dos técnico-administrativos, finalizando em agosto de 2014, por ordem judicial a retornar ao trabalho. Porém, em 2015, foi iniciada uma greve com ampla participação dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (TAEs). Iniciada em 28 de maio de 2015 e finalizada em novembro de 2015, foram quase 100 dias de greve. Foram obtidas algumas conquistas para os TAEs e outras demandas não foram atendidas, como, por exemplo, o último reajuste salarial até a presente data. Devido a essas movimentações, cresceu minha vontade de estar no sindicato e lutar pelos direitos do conjunto dos servidores públicos. Entrei timidamente, como colaboradora, em 2016, auxiliando os coordenadores na mobilização dos sindicalizados. Em 2018 estive na gestão 2018/2021, primeiro na pasta do Jurídico e Relações de Trabalho, e, em 2021, passei a fazer parte da pasta de Educação Política e Sindical, e foi nessa pasta que também iniciei a minha participação no Comitê Gestor do Centro de Documentação e Memória, em 2020, onde, em conjunto com os outros membros do comitê, fazemos estudos em torno da memória sindical. Esse Centro de Documentação é mais do que um arquivo sindical; é, também, um equipamento cultural e um lugar de memória, que desenvolve projetos em Memória Sindical no intitulado “Projeto Memória Assufrgs”. Devido a toda essa conjuntura, a necessidade de trabalhar com memória e a vontade de estar a cada dia rememorando essas lutas e conquistas dos trabalhadores foi o que me incentivou a fazer o Mestrado em Memória Social e Bens Culturais.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Para justificar um estudo de memória sindical com os Boletins Informativos, foi necessário consultar a Coordenação da Assufrgs sobre a possibilidade de utilizá-los. Na ocasião, uma documentação foi enviada para a instituição, verificando o interesse, a qual foi respondida com um termo de anuência para realização da pesquisa científica e acadêmica (ANEXO A).

Logo, esta pesquisa partiu da necessidade de conhecer a memória relacionada às lutas sindicais no período de 1987 a 1998 pela análise dos Boletins Informativos do Sindicato.

Para tanto, foi necessário contextualizar a motivação para esta pesquisa, que é diretamente relacionada ao trabalho da mestranda, por ser Técnica-Administrativa em Educação da UFRGS e Direção na atual gestão do Sindicato, bem como na gestão anterior.

A Assufrgs é o sindicato dos trabalhadores técnico-administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Este sindicato representa todos os trabalhadores das três instituições. Possui um Centro de Documentação e Memória, que tem como um dos principais objetivos preservar e disseminar a memória sindical dos técnico-administrativos. Esse Centro de Documentação possui um Comitê Gestor que gerencia, organiza e disponibiliza documentos referentes às lutas sindicais. Dispõe de um catálogo para consulta, não sendo possível acessar os documentos virtuais, mas no formato físico. O CEDEM além de organizar a informação sindical, promove ações culturais como exposições fotográficas de personagens de destaque na luta sindical, instalações culturais de datas comemorativas do calendário anual e cursos de formação sindical.

O interesse no assunto da pesquisa também se originou de uma monografia de conclusão de curso de uma estagiária, que pesquisou sobre a greve de 1984 pelos documentos disponíveis no CEDEM, intitulada “O Projeto de Alfabetização de Funcionários da UFRGS: reflexões sobre práticas formativas a partir de Paulo Freire,

o movimento sindical e o processo de organização da Assufrgs (1984-1986)”². Esse estudo despertou o interesse, sendo o pontapé inicial para a pesquisa sobre as memórias dos trabalhadores técnico-administrativos da UFRGS. Por esses motivos, partiu-se da ideia de disponibilizar de forma virtual essa documentação. Pesquisando a base de dados do CEDEM, percebeu-se que a documentação disponível que contemplava um longo período temporal da memória sindical, e que poderia ser divulgado o conteúdo na íntegra, foram os Boletins Informativos. O intervalo foi do ano de 1987 a 1998, com exceção do ano de 1988 e 1989, que teve documentos extraviados com o passar dos anos e se tornou uma memória silenciada deste período. Esse intervalo foi escolhido devido ao período que os governos que não investiram nas Instituições de Ensino Superior e porque o acervo está mais denso em números de fascículos.

A realização deste trabalho, na área de concentração da Memória Social, na linha de pesquisa Memória e Gestão e na construção da Memória Sindical, implica diversos métodos e técnicas de coleta de dados. Em primeiro lugar, foi necessário verificar o Estado da Arte. A pesquisa bibliográfica sobre o tema foi iniciada em 12 de maio de 2021, e foi de suma importância para a construção deste estudo, pois auxilia na delimitação do tema, fundamentação teórica e, ainda, para justificar limites e contribuições da pesquisa que será realizada. A fonte dos dados foi coletada no Catálogo *online* de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. O Banco de Teses e Dissertações (BTD) é uma plataforma que tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre Teses e Dissertações defendidas junto ao Programa de Pós-graduação do país, além de

² FELTES, Fernanda. O projeto de alfabetização de funcionários da UFRGS: reflexões sobre práticas formativas a partir de Paulo Freire, o movimento sindical e o processo de organização da Assufrgs (1984-1986) [recurso eletrônico]. 2021. 63 f. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021. Ori.: Padrós, Enrique Serra.

disponibilizar informações estatísticas acerca desse tipo de produção intelectual³. O Estado da Arte é um método de pesquisa que se realiza por meio de uma revisão bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Essa revisão busca identificar que teorias estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa que serão empregados para essa construção, quais estão em discussão, os métodos que necessitam ser trabalhados, quais os referenciais teóricos utilizados para embasar as pesquisas e as contribuições científicas e sociais. (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006). Nesse sentido, a bibliografia traz aportes históricos que garantem a solidez do assunto e é demarcada no recorte temporal da pesquisa, ou seja, é uma busca elaborada a partir de documentos científicos, tais como dissertações e teses, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com aquilo já escrito sobre o assunto principal da pesquisa.

São diversos os fins da pesquisa bibliográfica, como, por exemplo, verificar as tendências de publicações por área do conhecimento, acompanhar os estudos desenvolvidos nas diferentes esferas do saber científico e, ainda, verificar se o tema está obsoleto e deixou de ter importância acadêmica. (SILVA; SANTOS; RODRIGUES, 2011).

Em princípio, a busca foi pelo termo “memória sindical”. Contudo, o termo utilizado nos estudos remete a um conceito diferente do empregado nesta pesquisa, pois remete a memória sindical de um arquivo. Nesse estudo, “memória sindical” é definida como a memória de luta dos trabalhadores sindicalizados, então optou-se pela escolha de termos que pudessem recuperar documentos pertinentes. Os termos de busca para a pesquisa foram: memória social, memória sindical, sindicalismo, movimento sindical, arquivo sindical, centro de documentação e documentação sindical. Tais expressões de busca foram escolhidas pela força de suas palavras-chave, capazes de delimitar melhor o tema aos objetivos da pesquisa.

³ Fonte: <https://dadosabertos.capes.gov.br/group/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil>

Verificou-se um número modesto de trabalhos. Alguns não estão disponíveis digitalmente pelo acesso através da plataforma, pois foram inseridos na base de dados antes da plataforma Sucupira. Optou-se, por conseguinte, por descartar aqueles trabalhos anteriores a esta plataforma, mantendo a análise e o enfoque nos trabalhos de acesso eletrônico livre (divulgação autorizada) e possibilidade de visualização em detalhes. Ao delimitar o universo apresentado, foram procurados os trabalhos que incluíssem tanto as teses como as dissertações. Procurou-se, também, estabelecer o período de publicações a serem analisadas, ao optar-se por listar, então, aquelas que contemplassem em seu conteúdo o assunto e o período da pesquisa. Não foram descartados documentos que contemplassem outros períodos. Quanto aos demais filtros disponíveis no mesmo catálogo, para uma maior convergência e proximidade ao tema, fez-se recortes quanto às (grandes) áreas do conhecimento e áreas de avaliação. De posse dos trabalhos, de acordo com os critérios estabelecidos, as variáveis selecionadas para análise foram: universidades, título, autor, data e palavras-chave. Tais variáveis são encontradas nessa mesma sequência de apresentação no catálogo e são informações substanciais para melhor compreender a natureza dos trabalhos analisados.

Como resultado, de um universo inicial de 4.762 dissertações, chegou-se a 19 resultados (com acesso aberto) e 20 trabalhos antes da plataforma Sucupira, que não foram considerados neste estudo. Estes trabalhos foram elencados com possível afinidade temática de pesquisa com os termos de busca inicial (Quadro 1).

Dentre todos os trabalhos apresentados, dois se destacaram: “Memória, Identidade e Ações Coletivas: O movimento Sindical nos Correios de Alagoas (1985-2002)”⁴ (UFAL) e “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: A

⁴ SILVA, Roberval Santos da. Memória, identidade e ações coletivas: o movimento sindical nos Correios de Alagoas (1985-2002). 2016. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)”⁵ (UERJ). Esses trabalhos são os que mais se aproximam do tema de estudo dentro da memória dos sindicalizados e estão dentro dos estudos de memória social.

Os primeiros preparativos da pesquisa iniciaram em março de 2021, momento em que o tema do estudo despertou interesse e era necessário um levantamento bibliográfico. Dessa forma, as pesquisas foram iniciadas no Portal Capes de Teses e Dissertações. Com o resultado da busca, ocorreram poucos documentos sobre memória sindical ou dos trabalhadores sindicalizados. Entretanto, a problemática apresentada nesta dissertação é fruto de diversas discussões que foram surgindo a partir do resultado de pesquisas e indagações acerca da pertinência do termo de estudo principal e de sugestões por parte do orientador e coorientadora.

Na busca foram encontrados alguns estudos sobre o tema nas IES às quais destacamos a região Sul, com seis trabalhos da UniLaSalle (Universidade La Salle Canoas), do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais e um da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Destas, três são da região Nordeste: UFAL (Universidade Federal de Alagoas), UFC (Universidade Federal do Ceará), UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia); Nove trabalhos são da região Noroeste: UERJ (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), UFU (Universidade Federal de Uberlândia), USP (Universidade de São Paulo), (2) UFRJ (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), FGV (Fundação Getúlio Vargas (RJ), UFF (Universidade Federal Fluminense), (2) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Quanto aos anos de publicação, o intervalo destacado foi de 2013 a 2020, sendo quatro teses (2018) e 15 dissertações.

⁵ ARAÚJO, Fernanda da Costa Monteiro. A Central dos Trabalhadores (CUT) e seu arquivo: a importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003). 2015. 194 f. Tese (Doutorado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Quadro 1- Pesquisa bibliográfica sobre o tema “memória sindical, sindicalismo e movimento sindical”.

ID	Universidade	Título	autor	Ano/tipo	palavras-chave
1	UFAL - Universidade Federal de Alagoas	“Memória, Identidade e Ações Coletivas: o movimento Sindical nos Correios de Alagoas (1985-2002)”	SILVA, Roberval Santos da	2016/Dis.	Redemocratização, Correios, Movimento Sindical
2	UERJ- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seu Arquivo: a importância da documentação no processo de construção da memória (1983-2003)	ARAÚJO, Fernanda Da Costa Monteiro	2015/Dis.	Memória, Arquivo, Central Única dos Trabalhadores
3	UFU- Universidade Federal de Uberlândia	Memória empresarial e memória sindical: movimentos hegemônicos e contra hegemônicos de um campo em disputa. (1980 - 2013)	CRUZ, Karine Marins Amaral	2013/Dis.	Memória Empresarial, Memória Sindical, Memória e História Social, Hegemonia e Contra hegemonia
4	USP- Universidade de São Paulo	Fotogramas operários no documentário paulistano: uma análise sobre as representações das classes populares na luta política e sindical brasileira dos anos 1970	PAZZANESE, Regina Flora Egger	2018/Tese	Análise fílmica Anos 1970 e 1980, Cinema militante, Movimento operário e sindical, Nova esquerda
5	UFRJ- Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro	A produção escrita como estratégia de elaboração da experiência traumática: rastros de memória e indícios de criação	FRIEDL, Flavia De Oliveira	2014/Dis.	Trauma, violência, testemunho, escrita, memória social
6	UFC- Universidade Federal do Ceará	Estudo da entidade sindical de primeiro grau no contexto da liberdade sindical no Brasil: um perfil da atuação de sindicatos da categoria profissional, no município de Fortaleza, no período de 2010 a 2012.	FARIAS, Regina Sonia Costa	2013/Dis.	Liberdade Sindical, Sindicato, Função Sindical
7	FGV - Fundação Getúlio	Trabalhadores do Sal: organização sindical e	CHRISTOVAO,	2020/Tese	Salineiros, Salinas de

ID	Universidade	Título	autor	Ano/tipo	palavras-chave
	Vargas (RJ)	lutas políticas em Cabo Frio (1940-1974)	Joao Henrique De Oliveira		Cabo Frio, Sindicato dos trabalhadores do sal
8	UniLaSalle - Universidade La Salle	Trabalho de gerações: um estudo sobre memória de famílias de servidores da UFRGS	SILVA, Rosangela Gomes Da	2014/Dis.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Memória, História, Trabalho
9	UniLaSalle - Universidade La Salle	Paisagens da memória dos servidores de apoio da UFRGS: trajetórias de vida e de trabalho	ROLIM, Berenice Machado	2016/Dis.	UFRGS, Memória, História
10	UniLaSalle - Universidade La Salle	Memória social, memórias organizadoras, trabalho de memória, movimento social e identidade social	VALENTI, Carmen Lucia Borges Teixeira	2015/Dis.	Arquivo, Memória, Descrição Arquivística, Difusão
11	UniLaSalle - Universidade La Salle	“Memória dos trabalhadores e suas reflexões de carreira” analisando a reorganização individual das carreiras de ex-profissionais de uma indústria cervejeira do vale do Taquari-RS”	NAGEL, Elaine	2020/Dis.	Memória, Trabalho, Carreira, Indústria cervejeira
12	UniLaSalle - Universidade La Salle	História e memória institucional da escola de administração da UFRGS: espaço social para a construção do <i>habitus</i>	COTTA, Evelin Stahlhoefer	2017/Dis.	História da Escola de Administração da UFRGS, Memória institucional, Habitus
13	UniLaSalle - Universidade La Salle	O acompanhamento do estágio probatório como espaço de memória e aprendizagem: um estudo com servidores técnico-administrativos em educação da UFRGS	NICOLETTI, Rosani Bittencourt	2014/Dis.	Aprendizagem organizacional, Espaço de memória, Memória organizacional, Estágio Probatório, Servidores Técnico-Administrativos
14	UFSM- Universidade	Um espaço virtual para a história do movimento	MOREIRA, Lucas	2016/Dis.	Movimento Sindical

ID	Universidade	Título	autor	Ano/tipo	palavras-chave
	Federal de Santa Maria	docente da Universidade Federal de Santa Maria	Loch		Docente na UFSM, Construção da SEDUFMS, Novo Sindicalismo Brasileiro
15	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Construção da memória a partir dos lugares, instituições e documentos: um estudo do centro de documentação e memória "Pe. Antão Jorge" do Santuário Nacional de Aparecida	MOTTA, Bruna Gisele	2015/Dis.	Memória, Lugar de Memória, Centro de Documentação, Documento, Santuário Nacional de Aparecida
16	UESB-Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC): memória e história de uma instituição de ensino superior	MENDES, Luciana Canario	2013/Dis.	Educação Superior, Instituição, Memória Coletiva
17	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Informação, memória e identidade: estudo sobre as associações japonesas em Marília	KAJIMOTO, Natacha	2016/Dis.	Informação, Memória e identidade, Imigração japonesa, Cultura informacional, História oral
18	UFRJ- Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro	Fragmentos de Memória	MAIA, Sonia Cavallini De Sa Freire Moreira	2018/Tese	Catástrofe, Fragmento, Trauma
19	UFF-Universidade Federal Fluminense	A trajetória do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio): da redemocratização ao neoliberalismo (1985-1999)	MITTELMAN, TANIA	2018/Tese	Sinpro-Rio, Estrutura sindical, Educação, Redemocratização, Neoliberalismo

Fonte: elaborado pela autora, dados da pesquisa (2021)

A Ilustração 1 apresenta a distribuição das palavras-chave mais encontradas na pesquisa bibliográfica, sob a forma de uma nuvem de palavras. O objetivo é observar quais as palavras que mais repercutem e são representativas, de acordo com o recorte detalhado no Quadro 1.

Com a pesquisa, foram detectadas 42 palavras-chave correlacionadas ao tema aplicado na busca do Catálogo da Capes. Dentre elas, destaque para a palavra-chave “Redemocratização” e “Espaço de memória”, pois estas não haviam sido buscadas, em seguida dos termos: “Movimento Sindical”, “Memória Sindical”, “Memória Social” e “Sindicato”, “Sindicalismo”, “Centro de Documentação”, “Memória e Identidade”, “Educação Superior”, “Memória Coletiva”, “Memória”, “Educação Sindical”. As ocorrências foram as seguintes: “Memória” (quatorze ocorrências), Sindical (sete ocorrências), Movimento e História (quatro ocorrências), UFRGS (três ocorrências), Redemocratização, Arquivo, Social, Sindicato, Trabalho, Educação (duas ocorrências), e uma ocorrência nas seguintes palavras: Empresarial, Operário, Esquerda, Testemunho, Liberdade, Trabalhadores, Arquivística, Difusão, Servidores, Técnico-Administrativos, Novo, Sindicalismo, Brasileiro, Lugar, Centro de Documentação, Documento, Ensino, Superior, Instituição, Coletiva, Informação, Identidade, Oral, Fragmento, Estrutura.

Verificando o Quadro 1 e a Ilustração 1, percebe-se que, em sua maioria, os trabalhos recuperados não são exatamente condizentes com o assunto, mas demarcam alguma faceta da temática: Memória, Memória e Identidade, Educação Superior, Movimento Sindical, Memória Social, Sindicato, entre outros. Houve dificuldade em refinar a pesquisa para que os resultados obtidos fossem exatamente de acordo com o assunto. Como citado anteriormente, dois resultados foram satisfatórios e os outros poderão ser utilizados em algum momento da pesquisa ou pesquisas futuras.

O tema acerca da memória sindical tem sido estudado de forma relativamente recente, principalmente em função da preocupação com a documentação histórica que os sindicatos e centrais sindicais vêm salvaguardando. Já em relação às Instituições de Ensino Superior, já está sendo feita essa preservação há algum tempo. Este trabalho se propôs a verificar o Estado da Arte sobre esse tema. Esta pesquisa bibliográfica utilizou o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes - como fonte dos dados e técnica da bibliometria para a análise. Utilizou-se a expressão supracitada (tema) para a pesquisa, e as variáveis selecionadas para análise foram: universidades, título, autor, data, resumo e palavras-chave. Somente o resumo não foi anexado ao quadro.

Após essa pesquisa pela Base de Dados da Capes, mais recentemente em setembro de 2021, a Assufrgs sindicato lançou uma revista em comemoração aos 70 anos do sindicato com um vasto material sobre a memória dos trabalhadores desde a criação da primeira cooperativa, que foi um dos marcos na organização dos trabalhadores do ensino superior; mais uma importante fonte bibliográfica.

Por fim, essa seção demonstrou como é necessário fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto e verificar a sua abrangência. Conseguiu-se observar que:

- a) através da pesquisa, verificou-se uma resposta da pesquisa em 19 Instituições de Ensino Superior no Brasil, segundo o Catálogo da Capes, com destaque para a UniLaSalle pelo interesse sobre o assunto⁶;
- b) houve um interesse pelo tema, a partir de 2013, chegando ao pico em 2020, sendo que o maior período de concentração foi em 2015 e 2016; e
- c) com a pesquisa, foram detectadas palavras-chave correlacionadas ao tema aplicado, com destaque para as palavras-chave “Movimento Sindical, Memória e História”.

A confecção de um trabalho científico necessariamente passa pelo Estado da Arte do tema proposto e identificação as fontes capazes de fornecer as respostas adequadas à solução do problema proposto. Para tanto, o estudo verificou que o campo do sindicalismo ainda é um assunto a ser mais bem explorado pela

⁶ Em tempo, além dos trabalhos destacados no Quadro 1, foi possível verificar algumas outras pesquisas da Universidade La Salle intituladas: Silva, Carlos Augusto Godoi da. Narrativas de memória dos servidores da Coordenadoria de segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o cotidiano e o pitoresco no seu imaginário. (2021). Alves, Carla Rosane da Costa. Memórias na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): 1973 a 2019. (2019).

academia. Cabe, aqui, portanto, face à incongruência final observada, ressaltar a necessária implementação de estudos posteriores, no intuito de investigar e identificar as causas dessa escassez substancial nas publicações acadêmicas finais de mestrado e doutorado referentes ao tema abordado. Diante do exposto, surge a necessidade de pontuar o problema de pesquisa que será feita na próxima seção.

1.3 QUESTÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Para recordar o passado é necessário acessar uma memória das lutas associativas dos trabalhadores do ensino superior. De acordo com o site Memória Assufrgs⁷, o início das atividades sindicais iniciou em 1922, quando foi formada a Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Anos depois, após a união das diferentes faculdades e da federalização, os servidores fundaram o Centro dos Funcionários da UFRGS, em 1951, que lutou pela incorporação dos técnicos ao serviço federal, o que foi conseguido em 1957, passando a entidade a fazer parte da Associação dos Funcionários Públicos. Em 1º de junho de 1964, no contexto do Golpe Militar, foi formada a Associação Beneficente dos Servidores da UFRGS (ABSURGS), uma Associação Beneficente criada para congregar os trabalhadores da universidade, tanto do quadro de professores quanto de técnico-administrativos. Isso ocorreu porque, na época em que foi instaurada a ditadura cívico-militar, a sindicalização se tornou proibida para servidores públicos. Esta Associação possuía uma característica beneficente à entidade, com objetivos assistencialistas, como: financiamento de ranchos, empréstimos, colônia de férias, convênios gerais, entre outros. Em 1987, a Associação Beneficente ganhou caráter sindical e passou a ser Assufrgs. Na década de 1990, foi fundado o SINTEST/RS e, após um plebiscito com os trabalhadores da base, o sindicato aderiu a esta proposta, permanecendo até a atualidade, pois a Assufrgs Sindicato ainda não possui carta sindical própria. O Sindicato foi sediado em dois endereços: primeiro na Av. João Pessoa nº 775 e, após, na atual sede, na Av. João Pessoa, nº 1392. No período entre 1962 a 1984, o

⁷<https://memoria.assufrgs.org.br/>

que temos é uma memória subterrânea (fronteira entre o dizível e o indizível, confessável e o inconfessável), silenciosa (POLLAK 1989). Os técnico-administrativos em educação denegam um período traumático, que causou uma memória de sofrimento e uma ruptura, pois a memória detém o esquecimento. A tragédia que foi o período compreendido durante a ditadura cívico-militar implica em dever de memória, que é, também, um direito, que se vê confrontado com a dificuldade de transmitir aquilo que, muitas vezes, não pode ser dito nem entendido. Muitos foram os expurgados durante este período. Na UFRGS há um Memorial aos Expurgados, inaugurado em 2019, e é um espaço em homenagem a professores, técnicos e estudantes excluídos da universidade durante o período de 1964 a 1969. Está localizado no Campus Centro da universidade.

A partir dessa história de lutas é que surge o produto final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle: “A memória sindical dos trabalhadores técnico-administrativos da UFRGS no período de 1987 a 1998”. O objetivo do produto é a construção de uma coleção de referência sobre a memória sindical. O Espaço é *on-line* e vinculado ao site do Projeto Memória Assufrgs. O objetivo é disponibilizar, virtualmente, Boletins Informativos da Assufrgs Sindicato no período estudado com conteúdo que se destaca no cenário das lutas sindicais da memória do período. Neste contexto emerge o problema de pesquisa: como se dá memória sindical da Assufrgs, compreendidas no período de 1987 a 1998, a partir dos Boletins Informativos disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM)?

2 OBJETIVOS

Na sequência do trabalho apresenta-se os objetivos que auxiliam para responder o problema de pesquisa desta dissertação. Para tanto, foram divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

2.1 OBJETIVO GERAL

Construir a memória sindical da Assufrgs, compreendidas no período de 1987 a 1998, a partir dos Boletins Informativos produzidos pela Assufrgs Sindicato e disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são:

- a) Relacionar a Assufrgs Sindicato aos movimentos socioeconômico nacionais e da UFRGS no período de 1987 a 1998;
- b) Identificar, dentro dos Boletins, as narrativas memoriais das lutas sindicais da Assufrgs Sindicato, no período de 1987 a 1998;
- c) Produzir a memória sindical da Assufrgs Sindicato, no período de 1987 a 1998, a partir dos Boletins Informativos, para construir uma coleção de referência.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção se divide em duas partes: inicialmente a Memória Social e os Espaços de Recordação sob olhar de Halbwachs (2006) e Assmann (2021), onde introduz a questão do arquivo como espaços de memória de processos históricos. Na seção subsequente é abordada uma memória sindical na visão da política brasileira e do movimento sindical, com Ricardo Antunes (1996), Vitto Giannotti (2007), entre outros.

3.1 A MEMÓRIA SOCIAL E ESPAÇOS DA RECORDAÇÃO

A memória é um processo um pouco diferente da história, porque trabalha de forma orgânica, com o conhecimento vivo, da recordação e do reconhecimento. Já a história é a memória da memória, mas que perde relação vital com o presente. É um produto de um processo cultural de diferenciação, onde não há verdade histórica e nem memória espontânea; desenvolveu-se por meio da emancipação da “memória”. Dentro da memória temos a recordação e o esquecimento, onde os modos de recordação são definidos culturalmente e o esquecimento é o apagamento dos rastros da memória, mesmo que por um lapso de tempo. (HALBWACHS, 2006; ASSMANN, 2011; RICOEUR, 2020).

Halbwachs (2006), no livro “A Memória Coletiva” (livro póstumo), publicado em 1950, aborda as memórias individuais e coletivas, ajuda a situar a memória pessoal, a sucessão de acontecimentos que resulta em uma mudança que acontece nas relações com os grupos em que estamos incluídos e nas relações estabelecidas nesses grupos. É a preponderância da construção coletiva sobre o indivíduo.

O que é a memória para a sociedade se não a construção social e emocional a partir de lembranças? Halbwachs (2006, p.31) afirma que: “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível.”. Afirma, ainda, que a memória individual está enraizada em diferentes contextos, e é da

combinação dos diferentes elementos que emerge a lembrança. O trabalho de memória nunca é puramente individual, mas se ajusta a expressões coletivas. Mesmo que se possa localizar no tempo e espaço por muitas vezes, é necessário que se introduza um gemem em um meio saturado para que se cristalize, uma espécie de sementes de rememoração a este conjunto de testemunhos exteriores a nós para que vire uma massa de lembranças consistentes (HALBWACHS, 2006). O autor ainda conceitua a memória enquanto fenômeno coletivo e com vínculo afetivo de mesmo grupo, pois a memória é sempre construída em grupo, mas também é sempre um trabalho do sujeito. Para Halbwachs (2006), a memória individual revela a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada indivíduo (SANTOS, 2013).

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 2006, p.51).

Todas essas vivências identificam e diferenciam o grupo de referência, não só pelo trabalho, mas pela forma como interagem. Este grupo de referência é um grupo pelo qual o indivíduo já faz parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e fundiu o seu passado (2006). As recordações são organizadas em uma narrativa de memória e é correto dizer que alguém recorda alguma coisa, mas só vai tomar consciência dela posteriormente (ASSMANN, 2021).

A recordação procede de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento uma deformação, uma distorção, uma reavaliação e uma renovação do que foi lembrado até o momento da sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada num repositório seguro e sim sujeita a um processo de transformação." (ASSMANN, 2021, p. 33,34).

Halbwachs (2006) e Assmann (2021) convergem no sentido em que a memória é transdisciplinar; um campo múltiplo e móvel, que toma direções conforme a área de atuação. Lembrar e esquecer passaram a ser reconhecidos como aspectos importantes, tanto na convivência em sociedade quanto na política. A lembrança da história cumpre o papel de oferecer às futuras gerações o papel do

pertencimento. Enquanto a memória individual está ligada a curto espaço de tempo da vida de uma pessoa, a memória coletiva de Halbwachs (2006) perpassa por gerações e está armazenada em mídias, nas instituições e nos rituais. A memória coletiva, assim como as memórias individuais, conclama o conjunto de pessoas que trazem, nas lembranças compartilhadas e no esquecimento, períodos importantes da história. A escrita da história é essencialmente preservação da memória (ASSMANN, 2021).

Estas lembranças de fato são recordadas em situações pontuais, em acontecimentos do cotidiano e em traços, pois não é somente uma recordação que deve ser decorada, mas também deve ser registrada, armazenada em locais de memória. Aleida Assmann (2021) entende que a memória é uma massa plástica constantemente reformulada sob diferentes perspectivas do presente. A memória recompõe cenas do passado e ela considera, tanto a memória quanto a história, passos de recordação, sendo que a memória nunca foi totalmente enquadrada pela história. Ela percebe que Halbwachs (2006) trilhou caminhos bem diversos para chegar à distinção entre história e memória. Seu interesse se voltou apenas ao que mantém as pessoas unidas em grupos. Derivou aí a existência de uma memória de grupo. Entende que, se o grupo se dissolve, os indivíduos perdem em sua memória parte das lembranças que os faziam assegurarem-se e identificarem-se como grupo. Além disso, se o contexto político mudar, podem levar ao apagamento de determinadas lembranças, já que estas (segundo Halbwachs 2006), têm uma força imanente de permanência e carecem de interação a atestação sociais. Percebe, ainda, que a memória coletiva assegura a singularidade e a continuidade de um grupo e existe sempre no plural. (ASSMANN, 2021).

Assmann (2021), no livro *Espaços da Recordação*, aborda uma situação muito interessante sobre *Metáforas da Escrita* e faz um breve histórico da descoberta da escrita até uma citação que descrevo aqui, que é bem o ponto que quero chegar entre memória e recordação, que é o ponto de estudo dessa pesquisa:

A escrita como metáfora da memória é tão indispensável e sugestiva quanto extraviadora e imperfeita. A presença permanente do que está escrito contradiz ruidosamente, no entanto, a estrutura da recordação, que é sempre descontínua e inclui necessariamente intervalos da não presença. Não se pode recordar alguma coisa que esteja presente. E para ser possível recordá-la, é preciso que ela desapareça temporariamente e se deposite em

outro lugar, de onde se possa regatá-la. A recordação não se pressupõe nem presença permanente nem ausência permanente, mas uma alternância de presenças e ausências. As metáforas da escrita, que pela fixação significa implicam, negligenciam justamente essa alternância de presença e ausência, tão própria à estrutura da recordação. Para fazer mais jus a isso, seria preciso inventar a imagem de uma escrita que, uma vez realizada, não se tornasse legível de imediato, mas somente sob condições especiais. (ASSMANN, 2021, p. 166).

A memória não é permanente, mas permanece na recordação quando invocada na alternância de presença e ausência. É necessário o intervalo da memória para que ela seja recordada em outro momento sob nova forma. É necessário que saia de cena para que retorne em outra perspectiva da memória. Essa citação é tão consistente de conteúdo, pois torna a memória cheia de significado quando desaparece para depois ser recordada sob condições especiais, incluindo as escritas em papel, até mesmo as escritas nos suportes digitais, à escrita como um código de signos. A escrita possibilita a presença e ausência da recordação armazenada pela memória em espaços de arquivo que são espaços que possam ser acessados e recuperados.

Assmann (2021) ainda aborda a Metáfora do Espaço e espaços como meios mnemônicos que considera símbolos de memória. Cita Edmund Spencer, que utiliza a biblioteca como metáfora cultural citando os livros como armazenadores de dados, mas amplia-se esse conceito a qualquer suporte de informação, como os Boletins Informativos, por exemplo, que se utilizam nesta pesquisa como fonte e de onde foram retiradas as recordações da memória. Nessa metáfora:

Os livros, como armazenadores de dados, substituem aquele antigo grupo de trabalho dos “louvadores”, aos quais cabia, na cultura oral, a função de perpetuadores profissionais responsáveis pela construção e preservação da memória coletiva. Os armazenadores de dados, materializados como rolos de papel e livros, apesar de carregarem cada qual os vestígios do tempo, preservam na cela da torre alegórica de Spencer a memória da humanidade, de maneira completa e imperecível. (ASSMANN, 2021, p. 172).

Neste pensamento, a memória é o armazenar e o recordar, e os arquivos são os testemunhos do passado. Nem sempre recordar é lembrar de períodos históricos traumáticos. Há fatos históricos que devem, sim, ser recordados; devem estar na memória coletiva. Sendo assim, nesta pesquisa acessaremos uma memória documental que, no decorrer dos anos, esteve adormecida, guardada, talvez

esquecida, e que neste momento está sendo lembrada, recordada, recuperada. A história e a memória são acessíveis e podem ser acessadas por meio dos documentos. Em suma a ideia de entrelaçar interpretações diversas sobre história, memória e esquecimento mostrou as formas de recordar o passado, lidar com o presente e pensar no futuro.

Há uma diversidade importante entre os caminhos ao passado e que praticamente todos eles são permeados por tensões conflitos e disputas. Memória, história e esquecimento são experiências necessárias, que nem se confundem, nem se complementam. Hoje nós nos encontramos muito distantes tanto da noção de história a um tipo de reconstrução seletiva do passado. [...]

A lembrança, contudo, está vinculada àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas. (SANTOS, 2013, p.30-31).

É nesta mesma linha de pensamento que Myrian Sepulveda dos Santos (2013) e Aleida Assmann (2021) abordam o conceito de arquivo como:

[...] antes de ser memória histórica, é memória da dominação, constante de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder, de posse e de origem familiar. [...] controle do arquivo é controle da memória. Depois de uma mudança de poder político, a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação. (ASSMANN, 2021, p. 368).

Alguns contextos históricos podem, sim, ter essa relação, mas, na concepção e linha de raciocínio da pesquisa, o arquivo está mais em consonância com a memória coletiva estar disponível. Documentos que contenham recordações de outrora que possam ser acessados sem juízo ou julgamento. Este é que é o papel do arquivo histórico perante a memória social. Salvo documentos que contenham informações pessoais, ou de violência extrema, que não possam ser divulgados por outros motivos. Contudo, arquivos de imprensa, arquivos públicos natos, estes sim, são amplamente divulgados como testemunhos do passado na totalidade de suas recordações. Para Ricoeur (2020, p.177):

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social.

Nessa perspectiva da memória social e das recordações, a memória sindical é aquela que atribui pertencimento a um grupo específico e que torna a história e a memória uma linha tênue de saberes.

Na próxima seção é apresentada a memória sindical no mundo e no Brasil desde as primeiras organizações sindicais e as lutas dos trabalhadores travadas até o século XX.

3.2 O SINDICALISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Esta sessão trata-se de uma narrativa memorial, logo, o tom científico padrão não será utilizado para melhor contar a história do sindicalismo entremeada pela história do Brasil.

Uma sociedade baseada em classes foi a herança da revolução industrial: a classe burguesa (o patronato) e o proletariado (o povo). Vender a força de trabalho para sobreviver é parte da constituição do proletariado, e o Estado, tradicionalmente, o aparelho repressor que apoia a burguesia em detrimento da classe trabalhadora. O próprio Estado é detentor do patronato à medida que emprega trabalhadores para movimentar a máquina do Estado (CHIARELLI, 1974). Nesse certame, entre o Estado, Patrões e a Classe Trabalhadora, se inserem os empregados e servidores públicos, que são trabalhadores assalariados que prestam serviço à população.

Chegamos, então, ao movimento sindical, e para contextualizar o sindicalismo, os sindicatos e o período histórico de surgimento que se deu em consequência do trabalho assalariado capitalista, com a revolução industrial no século XVIII em um contexto bem específico, chamado de “Era das Revoluções”. Os sindicatos articularam a disputa por direitos políticos e econômicos entre patrões e empregados. Havia uma onda de transformação da produção em todas as partes do mundo. Com o advento das máquinas e a força mecânica que transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas, ficava nítida a divisão da sociedade

em classes; os donos dos meios de produção e do capital e os operários da força de trabalho.

Esta divisão classista surgiu no curso da revolução industrial, com o “proletariado” ou, mais precisamente, com as ideologias e movimentos baseados nele.

Na Revolução Francesa, a classe operária - designação imprópria para a massa de assalariados contratados, mas fundamentalmente não industriais — ainda não desempenhava qualquer papel independente. Eles tinham fome, faziam agitações e talvez sonhassem, mas por motivos práticos seguiam os líderes burgueses. (HOBSEBAWM, 1996, p.71).

O emprego da força mecânica e das máquinas que substituíram, em parte, a força humana de trabalho, tornando-as um excedente, era uma relação desigual de forças, pois os trabalhadores dispunham somente de sua força de trabalho, e foram estes os motivos que incitaram os descontentamentos da classe trabalhadora e, devido a essas movimentações, as primeiras organizações de trabalhadores foram criadas. Nesse sentido, veio o sindicalismo e os sindicatos, para representar os trabalhadores nas causas reivindicatórias.

O Sindicato, ao tornar-se representante dos interesses de toda classe operária, conseguiu agrupar seu seio todos os assalariados que não estavam organizados, evitando que o operário continuasse sua luta isolada e individual frente ao capitalista. A partir do momento em que os operários constituíram sua organização de classe, ficou mais difícil para o capitalista baixar desmesuradamente o salário ou aumentar excessivamente a jornada de trabalho. (ANTUNES, 1996, p. 15)

Esse progresso da classe operária na criação dos sindicatos fez com que o governo delegasse a eles a regulamentação e fiscalização de salários, jornada de trabalho e da legislação social (ANTUNES, 1996). Os promotores da luta operária são os sindicatos.

Nesse contexto de luta de classes no mundo do trabalho é que despontam as universidades e a força de trabalho empregada nela. Dentre as universidades temos os trabalhadores públicos e privados. Os privados seguem as regras da Consolidação das Leis do Trabalho, tanto para carreira como para salários, já os trabalhadores públicos, seguem Regime Jurídico Único. Não há regra definida de melhores condições de trabalho. São trabalhadores que, em suma, são uma classe

assalariada que reivindica melhores condições de trabalho e salários. A forma de pressionar para que essas lutas tenham resultados favoráveis às pautas dos trabalhadores são os movimentos grevistas.

3.2.1 O início do Movimento Sindical

As principais organizações em defesa dos trabalhadores surgiram no início do século XVI, quando os artesãos lutavam contra os mestres que detinham a propriedade dos instrumentos de trabalho e o poder de decisão nas organizações corporativas. Data deste século as primeiras greves e os primeiros dispositivos para reprimi-las. A penalidade atingia tanto comerciantes quanto artesãos que tratavam a greve como delito “contra a ordem pública”.

No século XVI o rei Eduardo I, da Inglaterra, declarou as greves ilegítimas. No século XVI, na França e Alemanha, foram editadas normas proibindo acordos nas organizações da indústria e nas condições de trabalho, ditames esses ratificados na França e Inglaterra, no século XVII. Com isso proibiu-se o direito de livre associação e a greve foi vista como delito, sendo para ela fixados castigos no código penal. (CASTRO, 1986, p.43-44).

Mais tarde, com o advento da revolução industrial, as relações econômicas, políticas e feudais e o triunfo de uma nova formação econômica-social caracterizada pelo modo de produção capitalista ou, mais precisamente, pela propriedade capitalista sobre os meios de produção, atropelou as condições da antiga sociedade feudal, predominantemente agrícola. Aos poucos, a cidade impôs sua hegemonia ao campo e milhares de camponeses compulsoriamente afastados das atividades agrícolas são transformados em verdadeiros indigentes; sem moradia e sem trabalho, vivendo com suas famílias na miséria.

Nessa época, eram negados praticamente qualquer direito ao trabalhador, como salário, jornada de trabalho, repouso semanal e férias. Tudo era decidido unilateralmente pelos patrões que, inclusive, assalariaram até as crianças para o trabalho da indústria e extração mineral. Não existia aposentadoria e o trabalhador que deixasse de trabalhar estava condenado a morrer de fome ou a ser sustentado pela caridade pública. Vítimas da mais impiedosa exploração, os trabalhadores

reagiam como podiam e iniciaram a construção de suas primeiras entidades de luta contra a exploração.

As primeiras tentativas de organização dos trabalhadores em defesa de seus salários e por melhores condições de trabalho foram violentamente perseguidas pelos patrões e pelo Estado. Apesar de toda a repressão, os sindicatos de trabalhadores cresceram em número e quantidade na medida em que se desenvolvia o sistema capitalista e a burguesia consolidava a sua posição como classe dominante. Em Londres, em 1720, nasce a Associação dos Alfaiates, que lutava por melhores salários. O movimento operário inglês foi o primeiro a existir e a lutar, porque primeiramente foi na Inglaterra que se implantou o capitalismo (GIANOTTI, 2007).

A história dos sindicatos remete ao período da Revolução Francesa. A transformação da história político-sindical deu-se na convergência da Revolução Francesa, que era política, com a Revolução Industrial, que era Econômica. O duplo aspecto sempre acompanhou o movimento sindical, que iniciou em duas frentes: a Sociedade Londrina de Correspondência e o Ludismo.

A Sociedade Londrina de Correspondência (*London Corresponding Society-LCS*, em março 1792), agremiação de artesãos que não era uma organização sindical, visava pressionar a reforma constitucional, para garantir à população mais pobre a opção de voto ampliando direitos políticos, e pressionando o parlamento Britânico para garantir os direitos dos trabalhadores. Foi amplamente perseguida e reprimida nos anos 90 do século XVIII, e posta na ilegalidade. Nessa época, perderam-se as instituições de expressão política, e no período de 1799 a 1800, os *Combinations Acts*, tornaram ilegais as organizações da classe trabalhadora, os sindicatos e condenou os trabalhadores à cadeia ou à dois meses de trabalho forçado para quem se organiza-se coletivamente para aumento de salário ou redução de jornada. A Sociedade Londrina de Correspondência, foi então o modelo adotado pelos sindicatos, eram instituições abertas à participação geral, a primeira das diretrizes era “Que o número de nossos membros seja ilimitado” (SLC citado por THOMPSON, 2004, p.15).

A Sociedade Londrina de Correspondência tinha que ser formalizada, com reuniões em ata, e os trabalhadores financiavam as próprias organizações com a subscrição semanal de pagamentos. Esse tipo de organização foi incorporada pelos sindicatos criados a partir da década de 1820. A segunda característica é a

formação de piquetes, gerando um grande poder de mobilização, disputa por salário e melhores condições de trabalho no âmbito da produção e pela ampliação dos direitos de expressão política da classe trabalhadora.

Por conta do agravamento da crise econômica, no início do século, houve uma tendência à radicalização do movimento dos trabalhadores, devido à entrada de máquinas na produção, chamado de Ludismo. Conhecido como o movimento dos quebradores de máquinas, nele os trabalhadores se rebelaram contra uma série de ataques à classe trabalhadora na Inglaterra da segunda década do século XIX. Com o agravamento da crise econômica, resultados da Guerra Napoleônica e o forte incremento da mecanização da produção e sem meios institucionais para expressar suas insatisfações, os trabalhadores ameaçavam os donos de fábricas e quebravam os teares (1811-1816). As demandas dos trabalhadores exigiam a manutenção dos empregos e a manutenção dos níveis salariais antes da crise. Para conter a rebelião, a coroa movimentou mais soldados contra os trabalhadores do que para a linha de frente das guerras contra a França.

Os *Combinations Acts* que colocavam os sindicatos na clandestinidade foram revogados em 1824 pelo departamento inglês, onde se conquistou o direito à livre associação. Claro que as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século anterior, mas eram reprimidas no desempenho de sua atividade sindical o que dificultava a organização dos trabalhadores. “Conquistado o direito de livre associação, as uniões sindicais – *trade unions*, como as chamam os ingleses – desenvolveram-se por toda a Inglaterra, tornando-se bastante poderosas” (ANTUNES, 1996, p.17).

Em 1864 é fundada, em Londres, sob a influência direta de Karl Marx, a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional). Em 1866 nasce a *American Federation of Labor*, que congrega 25 sindicatos norte-americanos e, em 1895, os sindicatos franceses constituem a *Confédération Générale du Travail* (CGT).

É só no século XIX que os direitos de associação e depois, o de greve começam a fazer parte de dispositivos legais nos países da Europa, havendo diferenças apenas de época. Em 1824 é reconhecido o direito de associação dos trabalhadores. Em 1884, na França, os sindicatos são reconhecidos como titulares dos movimentos grevistas. (CASTRO, 1986, p. 44).

Também “Em 1842, no norte da Inglaterra, aconteceu a primeira greve geral da história da industrialização. Sua principal exigência era a redução da jornada de trabalho (GIANOTTI, 2007, p. 33)”. No século XX, o direito de organização dos trabalhadores foi reconhecido pela maioria dos países capitalistas e incluído em várias constituições e tratados internacionais. Entre estes, o Tratado de Versalhes (1919), que estabeleceu as condições de paz ao término da Primeira Guerra Mundial, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (1948). Em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como resultado do esforço conjunto dos sindicatos franceses, ingleses, belgas, italianos e norte-americanos. Também em 1948, a Conferência Internacional do Trabalho, realizada sob a recomendação da OIT, aprovou a Convenção nº 87, sobre a liberdade sindical e o direito à sindicalização, onde os trabalhadores poderiam se sindicalizar sem distinção de qualquer espécie, com direito a constituir ou se filiar a organizações sindicais.

Foram períodos duros para a classe trabalhadora, e os sindicatos foram fundamentais, pois foram “[...] associações criadas pelos operários para a sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante [...]” (ANTUNES, 1996, p. 15-16).

A partir do avanço do neoliberalismo e do fim da União Soviética (anos 1980 a 1990), os direitos dos trabalhadores e os sindicatos passaram a ser atacados em diversos países. Com o avanço do capital financeiro e com a desregulamentação do trabalho, nas primeiras décadas do século XXI, os sindicatos voltam a ser alvos de ataques e se constituem como um dos espaços de resistência contra a barbárie neoliberal.

Depois dessa introdução ao sindicalismo na Europa e na América do Norte, no Brasil não poderia ser diferente. A luta sindical se mostrou forte em vários períodos da história brasileira.

3.2.2 O Sindicalismo no Brasil

O sindicalismo no Brasil passou por transformações significativas em alguns períodos históricos. Para entender essa cronologia, é necessário retomar a períodos da movimentação política brasileira. A origem da classe operária brasileira, com o surgimento de um mercado de mão-de-obra livre e relações assalariadas, remonta ao final do século XIX e está vinculada ao processo de transformação da economia.

Datam do final do século XIX as primeiras tentativas de organização sindical em nosso país, com o surgimento das Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam auxiliar materialmente os operários em momentos difíceis economicamente, como nas greves. A estas associações sucederam-se as Uniões Operárias, que, com o advento da indústria, passaram a se organizar por ramo de atividade econômica. As primeiras Uniões e Ligas de resistência surgiram em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Recife, Porto Alegre, Salvador e em algumas outras regiões do território nacional foram o princípio do sindicalismo no Brasil.

Antes de existir propriamente o sindicato, no Brasil houve diversas formas de organização dos trabalhadores. As corporações eram termo recorrente até o Golpe de 30, se referiam a um conjunto de operários de uma empresa ou de uma categoria profissional. As caixas beneficentes propiciavam descontos no ordenado do trabalhador, visando arrecadar ajuda aos operários doentes, bem como outros auxílios. Os socorros mútuos tinham caráter assistencial, eram sociedades de ajuda material para os operários mais necessitados, deixaram de existir após o Golpe de 30. As sociedades de resistência surgiam dos primeiros centros ou ligas operárias, eram uniões de ofícios que geravam sucursais e filiais, diretamente ligadas de uma grande central estabelecida nos centros urbanos. As ligas operárias defendiam assistência ao trabalhador, mas também a melhoria dos salários e diminuição de horas de serviço, entre outras pautas. As câmaras ou bolsas de trabalho mantinham o caráter assistencial, mas conviviam com o sindicato, eram ligados a entidades classistas, podendo servir a um ou vários sindicatos, e estavam destinadas a pesquisa do mercado de trabalho, de colocação de mão de obra, ensino escolar ou profissional. (FREITAS, 2022, p. 1.)

Nesse período, a atuação nos sindicatos, entretanto, não estava restrita aos anarquistas. Neles atuavam também socialistas, sindicalistas revolucionários, e trabalhadores sem qualquer ligação com correntes políticas ou sem qualquer formação política e cuja ação tinha como único objetivo a solução de problemas

econômicos e uma possibilidade de melhoria de suas condições de trabalho e de vida.

As primeiras greves eclodiram em 1858, quando os Tipógrafos, no Rio de Janeiro, rebelaram-se quanto às injustiças patronais e a favor de melhores salários. A greve, como modelo de reivindicação, teve êxito, o que levou a se expandir para outras categorias.

Mas a história do sindicalismo se insere em uma história maior, da organização dos trabalhadores no Brasil. Revoltas populares tiveram participação decisiva da classe trabalhadora, como Revolução Pernambucana de 1817, a Revolta dos Malês em 1835, ou a Revolta Praieira de Pernambuco, em 1848, e os trabalhadores negros escravizados em diversas oportunidades paralisaram a produção, para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, antes de existirem as greves. Estas foram as greves antes das greves. (FREITAS, 2022, p. 10).

Antes das greves de trabalhadores livres, já existiram as greves negras no Brasil: o Rio de Janeiro foi palco de muitas lutas de trabalhadores escravizados, como, por exemplo, em abril de 1833, quando um levante em uma caldeiraria trouxe apreensão quando os escravos enfrentaram a força policial, sucedendo tiros e mortes, parando o trabalho.

Em 1854, Joaquim da Rocha Paiva foi testemunha e vítima da ação coletiva dos seus trabalhadores negros escravizados, quando esses, armados com lenhas e facas, paralisaram as atividades reivindicando sua imediata venda para outro senhor. Em 1857, trabalhadores negros ganhadores, livres e escravizados, fizeram uma greve de dez dias, em Salvador, na Bahia. No mesmo período, trabalhadores escravizados, pertencentes ao Visconde de Mauá, cruzaram os braços na fábrica Ponta d'Areia. Em 1858, na rua da Saúde, no Rio de Janeiro, um outro grupo de operários negros escravizados que trabalhava em um armazém de café insurgiu contra seu proprietário, Manuel Ferreira Guimarães. Igualmente, paralisaram o trabalho e se fizeram ouvir. Mesmo antes da lei áurea, que abolia a escravidão, a classe trabalhadora brasileira já estava a se organizar. A partir da década de 1860 há uma proliferação de jornais de tendência operária. Desde 1870 surgem as ligas operárias, mostrando que, na conjuntura brasileira, a população que ficava na base da pirâmide social acompanhava o processo internacional (FREITAS, 2022).

Foi dentro desse quadro, marcado pelo crescente poder da burguesia e também do nível de consciência política do proletariado que surgiu o movimento sindical brasileiro, atuante e combativo, mesclado com o movimento socialista e as correntes anarquistas.

Os períodos marcados por movimentos de trabalhadores que constam na próxima seção são: Primeira República, Era Vargas, República Populista, Ditadura Cívico-Militar de 1964 e a Nova República.

3.2.2.1 O movimento sindical na Primeira República (1889-1930)

A Primeira República surgiu em 1889, um ano depois da Abolição da Escravatura (maio de 1888), depois de mais de 350 anos de exploração do trabalho de africanos escravizados e mais de 60 anos de monarquia. No período anterior à Proclamação da República as mudanças mais significativas e sintomáticas na organização dos trabalhadores decorreram desse processo de constituição de uma cultura de classe por trabalhadores negros escravizados lutando por sua liberdade, ao que se somaram levas de trabalhadores imigrantes da Europa e de migrantes das zonas rurais do país, que também traziam consigo tradições de luta e resistência, em um período marcado pelo crescimento da urbanização e pela difusão de uma incipiente industrialização. A Proclamação da República trouxe uma série de novas esperanças para a classe trabalhadora, coincidindo com um surto organizativo. Em 1892, realizou-se o I Congresso Socialista Brasileiro, cujo objetivo era a criação de um partido socialista, o que acabou não acontecendo. Em 1898 ocorreu o primeiro Congresso Operário Regional, no Rio Grande do Sul. Em 1902 ocorreu o II Congresso Socialista Brasileiro, com posições influenciadas pelas ideias de Marx e Engels, reafirmando a oposição entre a classe da burguesia e a classe dos assalariados.

O segundo Congresso Operário Brasileiro aconteceu em 1902, no Rio de Janeiro e neste ano, foi fundado o chamado “Segundo Partido Socialista Brasileiro”, com programa tendo bastante influência marxista, falando em luta de classes, meios de produção, defesa do aumento de greves, em

socialismo científico, contendo um programa máximo e outro mínimo. Alguns trechos do programa mínimo: eleições aos domingos e permanente qualificação eleitoral, supressão do exército permanente e armamento geral do povo, responsabilidade civil e penal dos patrões em acidentes de trabalho nas oficinas, extinção gradual do papel moeda, proibição de trabalho para mulheres grávidas, igual remuneração para homem e mulher, igualdade jurídica para os dois sexos. De 1902 a 1904 funcionou no RJ o Centro das Classes Operárias, uma grande ação política e reivindicatória, e que participa de greves, atuando na Revolta da Vacina de 1904. (FREITAS, 2022, p. 16-17)

Em 1903, o decreto 979, de janeiro daquele ano, autorizava a estruturação classista de "profissionais da agricultura e de indústrias rurais", permitindo a constituição de sindicatos. (CHIARELLI, 1974).

Em 1906 foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro, que lançou as bases para a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), cujas reivindicações eram básicas, no sentido da defesa da organização classista, além de campanha de solidariedade às lutas de outros países. Nesse congresso participaram as duas tendências até então existentes no movimento operário. Repudiava ainda a constituição de um partido para a classe operária e via nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista. Eram, pois, tendências em si bastante distintas, sendo mais forte a presença dos anarco-sindicalistas. (ANTUNES, 1996)

O movimento sindical se consolidou, no Brasil, em 05 de janeiro de 1907. Na tentativa de estabelecer limites para a exploração do trabalho, na Primeira República prevalecia o sindicato livre, ou seja, organização livre dos trabalhadores, não existindo o constrangimento do Estado pelo Decreto 1.637 (5.1.1907) (CHIARELLI, 1974)

Nesse momento da história, o movimento operário era comandado por militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, com forte influência dos imigrantes europeus, que buscavam melhoria dos salários, redução de jornada de trabalho para 8 horas diárias de trabalho, regulamentação do trabalho para mulheres e crianças e estipulação de descanso semanal. Entre 1916 e 1919, dado à conjuntura internacional, houve um surto de industrialização e de uma intensificação das greves operárias e, nesse momento, se intensificaram as pautas corporativas e as lutas se tornaram mais agressivas.

Nas capitais ocorreram períodos de agitação operária. No Rio de Janeiro eclodem as greves por reivindicações classistas, e a classe trabalhadora passou a se organizar em reuniões, congressos, ligas, associações, uniões, federações, entre outros encontros e eventos (CHIARELLI, 1974). Em São Paulo, os trabalhadores se organizavam por territórios, as chamadas Ligas Operárias, e se juntavam na Federação Operária de São Paulo. O II Congresso Operário, em 1913, e o III Congresso Operário (1920), foram tentativas de reorganizar a Confederação Operária Brasileira. O período de 1917 a 1920, em decorrência da crise da produção, após a primeira Guerra Mundial, e da queda acelerada dos salários dos operários, caracterizou-se por uma onda fulminante de greves de massas e, também, em 1917, iniciou no âmbito internacional, período da Revolução Russa. Em julho de 1917, uma greve geral que envolveu cerca de 100 mil trabalhadores (homens, mulheres e crianças) paralisou São Paulo e, com a repressão policial e o agravamento contínuo da situação dos operários, transformou a cidade em palco de uma verdadeira revolta urbana. A greve geral anarquista de 1917 teve início no bairro da Mooca, na zona leste de São Paulo, área de concentração de indústrias e de trabalhadores, no Cotonifício Crespi, no dia 8 de junho de 1917. A repressão desencadeada aos grevistas foi violenta, levando alguns operários à morte. Foi o caso do sapateiro espanhol de 21 anos, José Iniguez Martinez, grande mártir, morto a balas por policiais, em 09 de julho daquele ano. Na greve de 1917, pela primeira vez, o parlamento decidiu discutir formas de estabelecer limites formais para a exploração do trabalho. Apesar disto, as greves se alastram para outras cidades, como Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Recife, Salvador e outras. Nesse período foi fundado, em março de 1919, um primeiro Partido Comunista, na cidade do Rio de Janeiro (que era, na verdade, uma grande frente entre diversos grupos que defendiam a Revolução Social), estabelecendo bases em diversas partes do Brasil, onde as greves gerais culminaram com insurreições operárias no Rio de Janeiro, em novembro de 1918, e em São Paulo, em outubro de 1919, influenciadas pelos acontecimentos na Rússia revolucionária. (BARTZ, 2014). Esse primeiro Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve uma vida efêmera e seus militantes visavam a criação de um governo de operários e soldados.

Muitos fatores explicam, portanto, a intensidade da agitação dos trabalhadores em várias partes do Brasil e do mundo no ano de 1917 e nos anos que se seguiram: o agravamento das condições de vida e de trabalho em virtude da Primeira Guerra Mundial, que aprofundou ainda mais a imensa desigualdade social; a propaganda desenvolvida pelas várias lideranças anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionárias; as atividades concretas de organização da classe trabalhadora com a criação de sindicatos, uniões, ligas e federações, e também a conjuntura internacional, marcada pela Revolução Russa e por uma onda revolucionária que atingiu a Europa. (TOLEDO, 2017, p. 515).

Em 1919 foi criada a Lei de Acidentes de Trabalho. Já em 1920, diversas leis regulatórias foram pensadas devido ao grande poder de mobilização da classe trabalhadora. Por exemplo, a Lei dos Ferroviários, que garantiu o primeiro sistema previdenciário, aposentadorias e pensões; também em 1925, a Lei de Férias. Em 1921, o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, visando controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre as classes. Foi criada Também a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, com tendência reformista, que tinha a simpatia do Estado.

O arranjo oligárquico entre as elites brasileiras também passou por um período de conflitos a partir da década de 1920. Enquanto setores indispensáveis para produção e exportação do café tinham atendidas as reivindicações, outros setores da indústria agroexportadora não baseada no café não tinham atendidas suas reivindicações. Em 1922 eclodiu o movimento Tenentista, que atuou com força em oposição ao regime da burguesia cafeeira. Um exemplo foi a Coluna Prestes, liderada por Luís Carlos Prestes, que percorreu o interior do Brasil buscando a adesão dos trabalhadores rurais para transformar a sociedade brasileira. Este episódio culminou no declínio do domínio dos cafeicultores.

Também em 1922 foi fundado o Partido Comunista (PCB), gerando um novo impulso ao movimento operário, que neste momento era organizado politicamente em um partido. Após alguns meses de sua fundação, o PCB foi levado à condição da ilegalidade, mas não se estagnou; passou a publicar a Revista Movimento Comunista e, em 1925, o Jornal A Classe Operária. A principal atuação do PCB foi no movimento sindical, já que entre seus militantes havia um predomínio de sujeitos vindos do anarquismo e do sindicalismo. Em 1925, o governo instituiu a lei n. 4.982,

que instituiu 15 dias de férias à diversas categorias de empregados, e a lei 4.682/1923, que instituiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estrada de ferro, além do Decreto 5.485/1928, que estabeleceu os seguros de enfermidade e morte ao pessoal não contratado das empresas radiotelegráficas e telegráficas (CHIARELLI, 1974). Em 1929 foi realizado o Congresso Sindical Nacional, com representações de vários estados, onde se originou a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Brasil (ANTUNES, 1996). No mesmo ano, a grande crise econômica abriu as portas para a Era Vargas.

3.2.2.2 Movimento Sindical na Era Vargas

O Governo de Getúlio Vargas iniciou na chamada Revolução de 30, que se desdobrou posteriormente na ascensão ao poder da burguesia industrial em aliança com o imperialismo norte-americano, iniciando uma nova fase do sindicalismo brasileiro. Na ocasião, Getúlio Dornelles Vargas fazia parte do Partido Republicano Rio-grandense era um Presidente oriundo do Rio Grande do Sul, em 1928, perdendo a eleição presidencial em 1930, para Júlio Prestes (representante da burguesia cafeeira), para suceder a Washington Luís. Sete meses depois, Getúlio obteve o poder instalando um Governo Provisório. Na ocasião, o Ministro do Trabalho indicado para compor o novo governo foi Lindolfo Collor (que editou a lei de sindicalização).

A Revolução de 30 marcou um período na transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrializada e procurou reconhecer os sindicatos existentes (incorporando-os à estrutura do Estado) com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Devido à ampla mobilização da classe trabalhadora, Getúlio Vargas fez intervenções sobre o mundo do trabalho, em resposta ao protagonismo dos trabalhadores, que tinham um amplo poder de pressão sobre o Estado.

Vargas assume o governo a partir da Revolução de 30. A partir da grande instabilidade política e econômica, com a crise de 29, e o esgotamento do poder do

Estado na oligarquia cafeeira de São Paulo, o modelo entrou em desgaste, abrindo espaço para a sua tomada de poder. A desestabilização entre as elites e a classe trabalhadora organizada forçou Vargas a agir em duas frentes para controlar a classe trabalhadora:

- a) O controle das organizações sindicais; e
- b) A garantia de regulamentação das relações de trabalho.

Nessa nova fase do sindicalismo brasileiro:

Vargas num primeiro momento quis “[...] controlar o movimento operário e sindical trazendo-o para dentro do aparelho de Estado. [...] Uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, com o nítido objetivo de elaborar uma política sindical visando conter a classe operária dentro dos limites do estado e formular uma política de conciliação entre o capital e o trabalho” (ANTUNES, 1996, p.41).

A criação do Ministério do Trabalho tem como objetivo principal amenizar a luta de classes e controlar o movimento sindical. A respeito da regulamentação do trabalho nos anos 1930 e 1940, podemos afirmar que o sistema será constituído a partir da articulação entre repressão e garantia de direitos. Com a Lei de Sindicalização, através do Decreto 19.770 de 1931, o Poder Público regulamentou a sindicalização das classes patronais e trabalhadoras, implantando o princípio da Unicidade, que visa combater a pluralidade e liberdade sindical da Primeira República. O Decreto estabeleceu que somente poderia haver um sindicato por categoria e base territorial. O Sindicato só poderia existir juridicamente se fosse credenciado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Constituídos os sindicatos de acordo com o artigo 1º, exige-se, ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que adquirirem, assim, personalidade jurídica, que esses tenham sido aprovados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia autenticada da ata de instalação e de uma relação do número de sócios com os respectivos nomes, profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares ou empresas onde exercem a sua atividade profissional.

Este órgão fiscalizava os sindicatos com a autoridade para nomear interventores nas entidades sindicais, caso necessário.

Este decreto estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Permitia aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias operárias, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetada a sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos, visto que boa parte da liderança operária combativa era ainda, naqueles tempos, de origem estrangeira. (ANTUNES, 1996, p.41).

Vargas também criou uma série de decretos na década de 30. Visando garantir direitos dos trabalhadores, criou as Juntas de Conciliação e Julgamento (1932), que foram os primórdios da Justiça do Trabalho. No mesmo período foi criada a Lei dos Dois Terços ou Lei de Nacionalização do Trabalho (Decreto n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930), que limitava a entrada de estrangeiros no Brasil e determinava que dois terços das vagas de emprego deveriam ser ocupadas por brasileiros natos; tudo isso para barrar a entrada desordenada de estrangeiros, segundo o governo.

A partir de 1934, se inicia a fase do Governo Constitucional. Vargas fez a revisão da Lei de Férias e criou a Carteira de Trabalho. Em julho de 1934, o Decreto 24.694, que se dispunha a reformular a sistemática sindical brasileira, tinha como meta fundamental a instituição da pluralidade sindical. Em 1935, a Lei de Segurança Nacional foi criada.

Junto com as lutas sindicais, crescia a mobilização das massas trabalhadoras, e em março de 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente popular anti-imperialista, dirigida pelo Partido Comunista, então já tendo Luís Carlos Prestes em suas fileiras. [...] O Governo prevendo o avanço popular, iniciou sua ação repressiva. Em 4 de abril de 1935, cinco dias após o primeiro comício da ANL, decretou a Lei de Segurança Nacional, que proibia o direito de greve e dissolvia a Confederação Sindical Unitária, tida como clandestina por se constituir à margem dos sindicatos oficiais. (ANTUNES, 1996, p.42-43).

Os comunistas tiveram forte atuação dentro dos sindicatos e foram os principais propositores da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que lutava

pela instituição de um governo democrático e popular. Participam da ANL diferentes entidades, como a União Feminina do Brasil (UFB), a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade e a Frente Popular Contra o Fascismo e a Guerra. Em 1935, a ANL foi posta na ilegalidade e houve um levante armado, mas sem o necessário apoio das massas, os militantes foram derrotados e reprimidos. Nesse período, o governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo, e as lideranças sindicais e operárias foram presas e os sindicatos sumariamente fechados. Intensificou-se a repressão e caça aos líderes sindicais. Implantou-se o “peleguismo”: um sindicato sem identidade, com raízes operárias e que durou os sete anos da Ditadura do Estado Novo (ANTUNES, 1996).

Apesar da aprovação de uma série de novos direitos, Vargas tentou controlar e reprimir as organizações sindicais e a repressão teve seu auge durante a Ditadura do Estado Novo (1937-1945). A Constituição de 1937, conhecida como “Polaca”, tornou a greve um recurso antissocial, criminalizando a organização dos trabalhadores. Em 1939, promulgou-se o decreto-lei 1402, que institui o enquadramento sindical. Também foi criado, neste ano, o imposto sindical (pagamento compulsório de um dia de trabalho por ano de todos os assalariados). Em 01 de maio de 1940, promulgou-se a Lei do Salário-Mínimo.

A partir de 1942 se inicia um novo período, com o alinhamento do Brasil com os Aliados na Segunda Guerra Mundial e com o combate aos países do Eixo. Os sindicatos foram reativados e uma nova estrutura sindical foi criada, inclusive para dar suporte à Vargas no novo período histórico que se abria. O final do Governo Vargas foi marcado por intensas mobilizações e por uma retomada da ação dos sindicatos de trabalhadores, que retomavam sua combatividade depois de anos de ditadura do Estado Novo, que teve o seu término definitivo em 1945. O movimento foi atuante entre 1950 e 1960, em um movimento de verticalização do Movimento Sindical.

3.2.2.3 A República populista e as iniciativas intersindicais: o ressurgimento das lutas sindicais no período de 1945 a 1964, no Brasil.

O Desafio do Movimento Sindical em 1945 foi retomar sua capacidade de mobilização e luta. Como estratégia para constituir uma reforma de horizontalização, já que, na era Vargas, percebemos uma verticalização, tentou-se criar uma Central Sindical, em que se juntavam sindicatos de categorias distintas, mas essas iniciativas acabaram se dando por fora da estrutura oficial.

Em 1945 conseguiu-se a legalização do Partido Comunista, e foram marcadas para aquele ano as eleições presidenciais e a convocação da Assembleia constituinte (ANTUNES, 1996). No mesmo ano ocorreu a fundação de dois partidos oriundos do Governo de Getúlio Vargas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PTB se une ao PCB no movimento queremista, que buscava manter Vargas no poder durante o período da nova Assembleia Constituinte. O Movimento Sindical se reestrutura na criação de uma intersindical, o MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), que reorganizou a classe trabalhadora e, inclusive, lançou candidaturas de seus representantes. A luta pelo fortalecimento dos sindicatos avançava.

Em 1946, a nova Constituição é aprovada e também é eleito para a Presidência da República o General Eurico Gaspar Dutra. Em 1946 ocorreu a III Conferência do PCB, em julho, mas logo o partido começou a ser perseguido pelo novo governo, em um contexto de surgimento da Guerra Fria. O Governo Dutra expulsa todos os comunistas conhecidos do funcionalismo, bem como proíbe o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) e decreta intervenção e suspensão das eleições sindicais. Em 1947, Dutra suspende as atividades da União da Juventude Comunista (UJC) e coloca o PCB na ilegalidade. Já em 1948, o Congresso cassa todos os deputados comunistas. Em 1951, Getúlio Vargas voltou ao poder, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e as greves começaram a tornar-se mais constantes. Nesse mesmo ano, realizaram-se quase 200 paralisações, atingindo quase 400 mil trabalhadores.

No ano de 1952 foi reativada, pelo PCB, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que funcionava como sua central sindical (mesmo não tendo caráter oficial). Em 1953, o Brasil foi palco de duas grandes greves: a primeira foi a Greve Geral dos 300 Mil, que ocorreu de 26 de março a 23 de abril, efetivada por trabalhadores das indústrias, entre têxteis, metalúrgicos, vidreiros, gráficos, entre outras categorias em meio a uma eleição para a prefeitura de São Paulo. As reivindicações dos grevistas eram aumento salarial de 60%, uma legislação menos restritiva ao direito de greve e medidas do Governo Federal contra a carestia. A outra greve foi a dos marítimos, em junho de 1953, quando 100 mil operários nos portos do Rio de Janeiro, de Belém e de Santos cruzaram os seus braços para cobrar os mesmos direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos, melhores condições de alimentação, aumento salarial, entre outras pautas. A mais importante conquista dos trabalhadores com as duas greves era o aumento salarial de 100%. Uma vitória não menos importante foi a troca do Ministro do Trabalho do governo democrático de Getúlio Vargas: o novo nome faria história nos anos seguintes, e era o petebista João Goulart. No ano seguinte (1954) ocorreu um aprofundamento da crise política, com os partidos de direita, como a União Democrática Nacional (UDN), conspirando com grupos militares para a derrubada do governo. O aumento salarial também era usado como argumento por políticos conservadores e elitistas, que atacavam Goulart e sua vinculação com os sindicatos. A crise em decorrência dessa conjuntura levou Vargas ao suicídio. (ANTUNES, 1996).

Na eleição de 1955 foi escolhido para a Presidência Juscelino Kubitschek, e o vice-presidente era João Goulart. Em 1960, João Goulart se tornou vice de Jânio Quadros, tendo votação expressiva. Esse período foi marcado por greves importantes, como a greve dos 400 mil (1957) e a greve dos 700 mil (1963), com a grande capacidade de mobilização do movimento sindical e a articulação diante das instituições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse período também foi constituído o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que tinha a função de produzir conhecimento a partir dos interesses da classe trabalhadora, instrumentalizando o Movimento Sindical nas disputas dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No final desse ciclo

(1962), consolidou-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); uma central sindical paralela, criada em agosto de 1962, e que teria papel essencial em lutas e manifestações durante o governo Goulart. (LOUREIRO, 2017). A pressão exercida pela CGT foi tão grande que levou João Goulart a incluir as pautas do Movimento Sindical no seu plano de governo. Por exemplo, Reforma Agrária e a Reforma do Sistema Bancário. Em março de 1964, mais de duzentos mil trabalhadores, convocados por sindicatos e organizações operárias, dirigiram-se ao comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, visando implantar as reformas de base e a formação da Frente Popular e Democrática. Em São Paulo, por exemplo, contra essas reformas as camadas médias tradicionais mobilizaram-se através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. (ANTUNES, 1996)

O mundo viveu uma crise do capitalismo combinada com um avanço das forças da esquerda em vários países, o que ameaçou o crescimento da produção e a acumulação do capital (GIANOTTI, 2007). De 1945 a 1964 foi o período em que o movimento operário atingiu apogeu. Nesse sentido, o motivo do Golpe de 1964 foi para barrar os avanços da classe trabalhadora e a alta capacidade de mobilização do Movimento Sindical. A crítica era que o Brasil estava se tornando uma República Sindicalista, então o Golpe Civil-Militar de 1964 derrubou o Movimento Sindical, e as iniciativas do governo após o Golpe foram para esvaziar este movimento.

3.2.2.4 A Ditadura de 1964 Civil-Militar, Movimento Sindical e a Explosão das Greves

O Movimento Sindical entra em retração de 1964-1975. Para a ditadura recém instituída, a organização dos trabalhadores era um Estado dentro do Estado, e foi por isto que a ditadura quis destruir sua capacidade de mobilização. A ditadura veio para criar condições de expandir o capital nacional. Depois de mais de uma década desse rápido crescimento, toda a estrutura organizacional do trabalhador brasileiro, tanto na base quanto no topo, foi duramente atingida pelo golpe civil-militar de 1964, que teve como uma de suas justificativas para impedir a imposição de uma

"República Sindicalista"⁸ no país. As prisões de dirigentes, a perseguição de ativistas e a interrupção do trabalho em sindicatos e fábricas interromperam atividades que demoraram a se reorganizar. (SANTANA, 1998).

A nova política econômica, criadora do arrocho salarial, fez-se vingar em cima de alguns pontos: a proibição do direito de greve, através da famigerada Lei 4.330, de junho de 1964, e a fixação dos índices de aumentos salariais, que deixou de ser feita através da negociação entre operários e patrões - como antes de 1964 - e passou a ser prerrogativa absoluta do estado. Porém para que o "arrocho" pudesse ser efetivamente implantado foi necessário acabar com outra conquista do movimento operário anterior a 1964: o regime de estabilidade de emprego. Criou-se então, em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instrumental necessário para as grandes empresas despedirem, compulsoriamente a seu bel-prazer, grandes contingentes de mão-de-obra em épocas anteriores ao dissídio coletivo, para sua posterior recontração em faixas salariais abaixo daquelas determinadas pelos já irrisórios índices de aumento. Em outras palavras, criou-se a rotatividade necessária, através do regime de dispensa sem o pagamento de indenização pelo tempo de trabalho, para a superexploração da força de trabalho. Por fim, foi reformada a Lei de Remessa de Lucros, concedendo ao capital externo uma série de condições vantajosas para que os lucros aqui extraídos pelas multinacionais fossem levados para fora. Em cima destes pontos iniciou-se, em 1968, o "milagre brasileiro", que, se assim o foi para as classes dominantes, para os operários foi a expressão mão do "milagre" mas do inferno e da miséria para a maioria do povo brasileiro (ANTUNES, 1996, p.52).

O enfraquecimento do Movimento Sindical, no início da ditadura, foi consequência da intervenção em massa nos sindicatos e prisão de lideranças de esquerda. Na segunda metade dos anos 60, a perseguição ao Movimento Sindical só aumentou, e o último grande movimento executado pelos trabalhadores organizados foi as grandes greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968. No período do "milagre econômico" (1968-1973), o Movimento Sindical esteve completamente amordaçado. A esquerda timidamente ensaiava uma rearticulação após o golpe e se opunha a este projeto de esmagar os movimentos sociais e se alinhar cada vez mais aos Estados Unidos para garantir uma economia internacionalizada a serviço do grande capital. O resultado só poderia ser mais

⁸ O sindicalismo é um movimento social de associação de trabalhadores assalariados em sindicatos visando à proteção dos seus interesses. Também é uma doutrina política na a qual os trabalhadores reunidos em sindicatos devem ter um papel ativo na condução da sociedade.

miséria para o povo e dependência externa (GIANOTTI, 2007). A não ser pelas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho dentro da estrutura da justiça, o Movimento Sindical foi tomado pela ditadura.

Nas fábricas, os operários iam enfrentando como podiam a política de “arrocho salarial” e controle sindical da ditadura militar. Como já foi assinalado, em termos concretos, a ditadura buscava uma reestruturação da vida sindical. Para tanto, ela tenta cortar os elementos e mecanismos da forma de funcionamento anterior. Além de intervir nas cúpulas sindicais, atacava duramente a estrutura de organizações nos locais de trabalho que podiam servir de pilar para a recomposição do movimento sindical “combativo”. (SANTANA, 1998, p. 283).

Era um período de inércia da classe trabalhadora, que não via condições de operar senão na ilegalidade. Dentre as reformas desse período da história, mudanças significativas na educação em todos os níveis ocorreram. A Educação de Jovens e Adultos, materializada no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e no ensino de supletivo, obteve prioridade, assim como em 1961, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, que visava privilegiar a difusão do ensino superior privado no Brasil. Nos anos de 1970, inspirado no modelo Norte-Americano, também avançou a profissionalização do ensino médio, onde escolas ofereciam ensino profissionalizante para que os alunos, ao terminar o ensino médio, já saíssem com uma profissão. Ali surgiu a elitização do ensino superior somente para as camadas mais altas da sociedade: o filho do trabalhador já saía com profissão definida e preparo para entrar no mercado de trabalho com uma formação técnica. O que distanciava o ensino superior ainda mais às camadas mais abastadas da sociedade e visava manter os privilégios do capital.

O Golpe Militar de 64 gerou efeitos arrasadores sobre o movimento operário e os sindicatos. Os militantes das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais e do Movimentos de Educação de Base (MEB) também foram fortemente perseguidos e suas organizações fechadas. Para os militares, a serviço do capital industrial e do latifúndio, as lutas e até a simples ideia de uma reforma, deveriam ser eliminadas (GIANOTTI, 2007, p.191).

Em 1965, o governo militar impõe o congelamento de salários e cria a Lei nº 4.725, conhecida como a “lei do Arrocho”. A esta lei os trabalhadores resistem com greves e boicotes até o fim de 1968. A partir daí, com o AI-5 (dezembro de 1968), a

repressão endurece e a classe operária é totalmente amordaçada, há censura à imprensa, entre outras medidas de contenção aos direitos e liberdades.

Na segunda metade da década de 1970, um dos fatores de mobilização da classe trabalhadora foi a denúncia da manipulação dos índices de inflação de 1973, pelo DIEESE. Esse argumento deu condições do Movimento Sindical se reorganizar e tentar repor as perdas salariais proporcionadas pelo arrocho salarial. “A partir de 1975, mesmo com todas as restrições impostas pelo regime, os metalúrgicos de São Bernardo se tornam um referencial dinâmico da atividade sindical do país” (GIANOTTI, 2007, p. 226). Nesse período, Luiz Inácio Lula da Silva iniciava sua carreira como liderança operária e incitava os trabalhadores à luta. No final da década de 1970, a classe trabalhadora voltou a se rearticular com bastante força.

Em 1977, a situação começou a mudar e favorecer a classe trabalhadora. Com a denúncia do Banco Mundial de que o governo havia manipulado significativamente os índices que serviam como base para o salário dos operários, iniciou-se um intenso processo de mobilização nas fábricas. Em maio de 1978, os metalúrgicos do ABC Paulista iniciaram as paralisações por ocasião de campanhas salariais pela reivindicação dos 34,1% de reposição, estendendo-se para todo o estado de São Paulo. Uma grande vitória, que surpreendeu os patrões com grandes mobilizações e derrotou, na prática, a lei antigreve. Nos meses seguintes as greves continuaram. Em 1979 ocorreram algumas mudanças, pois o patronato se preparou para enfrentar a classe trabalhadora, reprimindo as greves dentro das fábricas. Devido a este feito foi declarado pelos trabalhadores Greve Geral no ABC, como novas táticas de mobilização, como não adentrar os locais de produção e, mas com piquetes externos. Devido à amplitude, o governo decretou intervenção. Contudo, as forças se acumularam e os grevistas exigiam a volta dos direitos cassados pelo gesto ditatorial e repressivo do governo. Realizaram-se dezenas de assembleias populares, e Lula consolidou sua liderança. O 1º de Maio Unitário reavivou o caráter do Dia do Trabalhador. Devido a toda essa luta, os patrões e o governo foram obrigados a negociar com a classe operária. No ano de 1979 ocorreram cerca de 430 greves, com três milhões e 200 mil grevistas de várias categorias colocando novamente a classe operária na luta (ANTUNES, 1996). Os professores foram outra

categoria que iniciou longa série de greves em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e em outros estados. Dessas greves no setor da educação surgem os primeiros sindicatos de funcionários públicos, embora ainda não permitidos pela lei. Em 1979, a anistia permitiu que os exilados políticos retornassem ao país, pois extinguiu o AI-5⁹, após 10 anos de vigência. A lei que extinguiu o bipartidarismo e regulamentou a criação dos partidos políticos colocou o país de novo em vias de democratização. (GIANOTTI, 2007).

Se entre 1978 e 1979 foi um momento de reorganização sindical, a década de 1980 foi um período de rearticulação política da classe trabalhadora e de um ataque massivo da direita sobre o movimento grevista. O maior volume de greves na história do Brasil ocorreu nos anos 80, no ABC Paulista com 41 dias de greve. Em 1978, o 3º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo defende a criação de uma Central Única de Trabalhadores (CUT). Em 1979, no 9º Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, é aprovada a resolução para a criação de um Partido dos Trabalhadores (PT), e em 1981 ocorreu a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), com participação de assalariados urbanos e rurais.

Nesse período se originou duas tendências sindicais: Novo Sindicalismo ou bloco dos “Autênticos” (aglutinava os setores mais importantes e combativos do sindicalismo) e a Unidade Sindical (aglutinava a esquerda tradicional). O primeiro era o grupo que enfrentava o patronato e o governo com greves de longa duração, não apostava em acordo nacional e era contra pacto social. O segundo tentava por todos os meios evitar greves e enfrentamento com patrões e com o governo e propunha uma aliança da classe operária com a patronal para se chegar a um pacto social.

De 1980 a 1985, o Brasil viveu um período de forte recessão econômica, conhecida como “crise da dívida externa, vivemos uma política de carne e osso, para depois viver a Constituição Cidadã” (VIEIRA; FARIAS, 2011). O país precisava pagar

⁹ O Ato Institucional Número Cinco foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe de estado de 1964 no Brasil

os empréstimos realizados durante o período de ditadura. O desemprego atingiu a margem dos 15%, a inflação disparava 250% anuais, multiplicaram-se os saques aos supermercados nas periferias das grandes cidades, milhões de desempregados além de saques a lojas e caminhões carregados de gêneros alimentícios. Nesse clima que os sindicatos tomaram as rédeas de sindicatos tomados por pelegos, e em 21 de julho de 1983 é convocada a primeira greve geral desde o início da ditadura cívico-militar. As primeiras reivindicações imediatas eram fim do arrocho salarial e do desemprego no Brasil.

Em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo nasce a Central Única dos Trabalhadores. Seu Programa defende a luta por um sindicalismo classista, desatrelado do governo; a preparação de uma greve geral; e aluta “por uma sociedade sem exploração onde impere a democracia política, social e econômica”. (GIANOTTI, 2007, p. 255).

Em 1984, o PT convocou o primeiro comício por eleições diretas para presidente, e grandes manifestações com a bandeira “Diretas Já” são realizadas em todas as capitais brasileiras, contrariando as leis da ditadura, que previam eleições indiretas por um Colégio Eleitoral. Em abril de 1984, a Emenda Dante Oliveira, que propunha Diretas Já, é derrotada. Em agosto, a CUT realiza seu primeiro Congresso, reafirmando seus princípios e estrutura.

Em 1985, o Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que defendia transição negociada com os militares, e José Sarney, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), defensor do latifúndio e do sistema “coronelistas”. Tancredo morre antes de assumir e quem assume é José Sarney, e é o começo da “Nova República”.

Também em 1985 ocorreu o 1º congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Após 32 anos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tornam-se legais novamente. A União Democrática Ruralista (UDR) é criada para impedir a reforma agrária. Os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) lutam pelas 40h semanais de trabalho. Surgimento das Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipas) e Comissões de Fábricas.

Em 1986, o governo decreta o Plano Cruzado, que congelou preços e salários. A reforma monetária imposta por Sarney substituiu o cruzeiro por cruzado e instituiu o gatilho salarial, que asseguraria um reajuste salarial quando a inflação atingisse 20%. Também foi congelado o valor dos aluguéis. Sarney também conclamou as donas de casa a serem as “fiscais do Sarney”, para controle dos preços do supermercado. Os salários seguiam congelados, mas os empresários promoveram boicotes e promoveram o “ágio”, preço adicional que os fabricantes e comerciantes cobravam para que os produtos reaparecessem no mercado.

Ainda em 1986, a Conclat muda de nome e passa a se chamar Confederação Geral dos Trabalhadores – (CGT). O governo mantém o congelamento até as eleições parlamentares e depois lança novo plano econômico: Cruzado II, a inflação cai para 5%, e os preços irão explodir. Em diversos estados, na área rural, os líderes de trabalhadores do campo são assassinados. Em agosto de 1986, o 2º Congresso da CUT, no Rio de Janeiro, se define pelo socialismo. Em novembro há eleições para um Congresso Constituinte. Em novembro acontece a maior revolta popular da capital federal organizado pela CUT contra os efeitos do Plano Cruzado (arrocho salarial). A população é violentamente reprimida e depreda as maiores agências bancárias, são incendiados ônibus do exército, viaturas policiais e carros oficiais (GIANOTTI, 2007).

Em 1987, o ano foi marcado por grandes greves, mobilizações e ações repressivas. Em fevereiro de 87 acontece a greve portuária em Santos-SP, em março. Cerca de 800 mil bancários param por uma semana, exigindo reajuste salarial e estabilidade de emprego. Em abril, o governo lança o Plano Bresser, arrochando os salários mais uma vez e eliminando o gatilho salarial. O índice passou a se chamar “unidade de referência de preços” (URP). Sindicatos travarão grandes lutas pela reposição dos prejuízos. Em junho, no Rio de Janeiro, acontece a revolta pelo aumento da passagem de ônibus. Em agosto, a CUT lança greve geral contra a política econômica do governo, sem nenhum apoio da CGT. Pela primeira vez a greve do funcionalismo público supera a do setor privado. Em dezembro acontece a greve dos aviários e dos aeronautas.

Em 1988, inúmeras greves aconteceram no setor público e nas estatais contra a aplicação do plano Bresser. Nas refinarias, universidades, eletricitários, trabalhadores da Vale, Embraer¹⁰... Durante todo o ano de 1988 a inflação acumulou 930%. Para esvaziar os movimentos de resistência, Sarney propôs um pacto social onde os trabalhadores aceitariam mais desistências de direitos para encontrar uma forma para vencer a crise, em troca receberiam promessas de retomada de crescimento econômico e emprego. Em setembro, a CUT fez seu 3º Congresso, em Belo Horizonte, e lá explodem as divergências sobre a estratégia central e formas de organização. O Congresso recusou apoiar a nova Constituição.

Em outubro de 1988, a Constituição de 88, Constituição Cidadã, consolidou a transição da ditadura militar para o conservadorismo civil no Brasil. Apesar disso, consagrou vitórias, como o direito de greve; possibilitou a criação de sindicatos; o direito de sindicalização dos funcionários públicos; extensão dos direitos sindicais ao campo; criação do Sistema Único de Saúde; várias ações em benefício do meio ambiente etc. Contudo, ao mesmo tempo em que libera a livre associação sindical, proíbe a criação de mais de um sindicato por categoria. Ainda em 1988 é assassinado Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Acre, o que demonstrava a disputa por territórios no estado.

Na Confederação Geral dos Trabalhadores havia crescido muito a força de um sindicalismo pelego¹¹ aliada a um sindicalismo norte-americano e se divide em duas frentes: Confederação Geral dos Trabalhadores e Central Geral dos Trabalhadores. As duas adotando a mesma sigla, CGT.

¹⁰ Conglomerado transnacional brasileiro, fabricante de aviões comerciais, executivos e agrícolas e militares, peças aeroespaciais, serviços e suporte da área

¹¹ Sindicato pelego: sindicato não combativo, que se alia ao patrão; tenta por todos os meios evitar greves, e enfrentamento com patrões e com o governo, propunha uma aliança da classe operária com a patronal, para se chegar a um pacto social.

Em 1989 houve inflação recorde de ~1.900% em 12 meses. O governo lança, então, o Plano Verão. As tarifas públicas disparam. A nova moeda passa a se chamar Cruzado Novo, e a onda neoliberal com demissões de funcionários públicos e privatizações de estatais. Nos dias 14 e 15 de março, a CUT realiza a greve geral. O mote da greve era “Contra o Arrocho” e “Fora Sarney”. Contou com a participação de 15 milhões de trabalhadores. Nos meses subsequentes, os metalúrgicos fizeram grandes greves em Contagem (MG), Volta Redonda (RJ) e São Bernardo do Campo (SP).

O ganho de força que a classe trabalhadora conseguiu constituir no decorrer dos anos 80, institucionalizando as lutas a partir das Centrais Sindicais e os partidos, é consolidada com a Constituição de 1988, a “Constituição cidadã”. Mesmo com essas conquistas, o período seguinte foi marcado por dificuldades e por mudanças profundas na economia, o que dificultou a ação dos sindicatos em longo prazo.

O Partido Republicano Nacionalista (PRN) lança Collor de Mello como candidato à Presidência da República com o *slogan* de o “Caçador de Marajás”, com a emissora televisiva Rede Globo operando a favor do candidato e ajudando a direita a derrotar os outros dois candidatos da esquerda, Brizola e Lula.

Em 1989 foram realizadas as primeiras eleições diretas, depois de quase 30 anos de ditadura militar para Presidência da República, e como um militante político assíduo em pró da democracia, Lula se candidata pela primeira e quase é eleito, perdendo no segundo turno para o candidato pelo PRN, Fernando Collor de Mello. Em primeiro lugar, no primeiro turno da eleição, Fernando Collor de Mello, com 28,52%, em segundo lugar, Luiz Inácio Lula da Silva, com 16,08%, e, em terceiro lugar, Leonel Brizola, com 15,45%. Em novembro de 1989, é realizado um segundo turno da eleição presidencial Collor é eleito com 53% dos votos. Ao mesmo tempo acontece a derrubada do muro de Berlim, o assassinato de cinquenta camponeses, religiosos e lideranças sindicais que lutavam por reforma Agrária na Argentina e o neoliberal Carlos Menem é eleito (GIANOTTI, 2007). A ditadura terminou na década de 1980, quase elegendo para presidente da república o ex-dirigente sindical Luiz Inácio Lula da Silva, que concorreu em 1989.

3.2.2.5 A Nova República, Movimento Sindical e o Neoliberalismo

A década de 1990 contou com um refluxo neoliberal com a posse de Fernando Collor de Mello, (15 de março) que abriu a economia do país ao capital internacional. Os neoliberais queriam, naquele momento, passar a ideia de modernização.

Os três pilares do neoliberalismo são: Primeiro, a ideia de que a abertura comercial é uma necessidade para integrar os mercados e inserir as empresas no mundo globalizado; segundo, a ideia de que os mercados devem ser desregulamentados, no sentido de eliminar as regras entre o capital e o trabalho e, terceiro, a ideia de que a privatização das empresas públicas, em um suposto de que são ineficientes e que o mercado resolve todos os problemas. No dia 16 de março, a ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, anuncia o Plano Collor. A inflação passa de 2000% e o Plano confisca a poupança de milhões de brasileiros. Salários são congelados e sofrem expurgo de 84%.

O Governo Collor aplica toda a agenda do Fundo Monetário Internacional:

- a) Desregulamentação da economia. Fim das tarifas alfandegárias sobre as importações;
- b) Entrada de capital estrangeiro no país;
- c) Privatização de serviços públicos, das empresas estatais aos serviços de água, luz, gás, transportes etc.;
- d) Início da destruição do pouco que existia, do “Estado de Bem-Estar Social”, para uma pequena parcela da sociedade;
- e) Ataque aos direitos trabalhistas e necessidade de enfraquecer os sindicatos;
- f) Ataque aos servidores públicos. Cem mil são imediatamente colocados “em disponibilidade”. É o tal “enxugamento da máquina”, exigido pelo FMI;
- g) Processo acelerado de desindustrialização com as consequências, já clássicas, de forte depressão e desemprego.

Os Governos Collor, Itamar e Fernando Henrique tentaram implementar no Brasil a ideologia neoliberal de modelo econômico. Foram 12 anos de governos neoliberais.

No que concerne às causas da queda da atividade grevista da década de 1990 em relação à década de 1980, houve fatores conjunturais e políticos importantes. A década de 1990 foi, no Brasil, a década das derrotas dos candidatos considerados de esquerda nas eleições presidenciais (Lula, ligado ao sindicalismo; Brizola, ligado ao trabalhismo), da difusão ampla da ideologia neoliberal, do aumento do desemprego, do controle ortodoxo da inflação e da implantação da reestruturação produtiva em muitos setores. Todos esses elementos econômicos, políticos e ideológicos da década de 1990 podem ter concorrido, de maneiras diversas e dependendo de cada ramo e setor, para o refluxo da atividade sindical. (MARCELINO, 2017, p.203).

A classe trabalhadora esteve na defensiva e o movimento sindical foi duramente atacado no decurso dos anos 1990, mas a estrutura fundamental dos direitos foi mantida. O capital não despreza nada e explora tudo.

Os nomes são vários: Plano Brasil Novo, Plano Collor, Plano Nacional de Desestatização; todos para implantar a política do FMI. O resultado mais imediato foi o desemprego e o avanço das privatizações. O governo iniciava uma campanha pela reforma do ensino para privatizar as universidades públicas, flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e Reforma previdenciária, ou seja, implantar toda a agenda neoliberal.

Após a posse de Collor, no Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Brasília aparece uma grande faixa com a palavra “Fora Collor”, frase que passa a ser repetida em vários outros sindicatos filiados a CUT. Em junho de 1990, a Companhia Siderúrgica Nacional faz a primeira greve contra as privatizações, dirigida pelos trabalhadores da própria fábrica.

Em 1991, o 1º Congresso do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) - trabalhadores de várias regiões do país que estavam sendo atingidos pelos grandes projetos de hidrelétricas-, reuniram-se para defender os interesses das populações ribeirinhas.

A Força Sindical surgiu em março de 1991, no aniversário de um ano do Governo Collor, no cenário brasileiro, como “expressão da modernidade”, combatendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que era a “central ligada ao partido”, opondo-se à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A Força Sindical defendia, no plano político, a adoção de políticas de cunho neoliberal. Encabeçada por Luiz Antônio Medeiros e tendo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) como sua patrocinadora. “Para se constituir como uma nova central, a Força Sindical contou com o patrocínio político dado por Collor, com recursos financeiros recebidos de vários empresários (GIANNOTTI, 2002, p. 158)”. Apesar da entrada em cena dessa nova central sindical, a década de 1990 foi marcada por um sindicalismo ligado ao Partido dos Trabalhadores e à CUT, com grande atuação de Lula.

No primeiro semestre de 1991 surgiram as primeiras denúncias de corrupção no Governo Collor. Rogério Magri, Ministro do Trabalho e ex-chefe da CGT, é exonerado. Em sete de julho ocorre o primeiro ato pedindo exoneração de Collor. Os aposentados vão as ruas pedir 147% de reajuste salarial. Em setembro, a CUT realiza o 4º Congresso, em SP; a polêmica é o Pacto Social. Em 1º de outubro, os cortadores de cana entram em greve em Pernambuco, pedindo 78% de reajuste salarial. O ano de 1991 terminou com aumento das denúncias de corrupção entre ministros, incluindo a primeira-dama.

O ano de 1992 não foi diferente: com o aumento da fome, da miséria e dos escândalos de corrupção, a indignação contra Collor aumentou. No país inteiro as greves proliferaram. Dentre as principais estão as dos Estivadores de Santos e dos Petroleiros do RJ. As palavras de ordem são “Fora Collor”, “Chega”, “Basta de Collor” e “Eleições Gerais Já”.

Em julho, a CUT se filia à Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (Ciosl), tradicionalmente anticomunista e que defendida conciliação de classe entre patrões e trabalhadores. Depois da pressão popular, devido à tamanha corrupção, de maio a setembro, o Brasil realizou o *Impeachment* de Fernando Collor de Melo. A manobra da renúncia, durante a votação do seu impedimento, não anulou o fato

político. No dia 29 de setembro, a votação no Congresso Nacional foi de 441 votos a favor, 32 contra e 23 abstenções ou ausências. Cai Collor e assume Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso se tornando ministro da fazenda. Em 1992, o ano termina com privatizações de empresas estatais: Usiminas¹², Celma¹³, Mafersa¹⁴, Petroflex¹⁵, Álcalis¹⁶, e a Acesita¹⁷.

Em 1993 aumenta a inflação e a miséria, e vêm à tona os chamados “homens-gabirus”, vítimas da miséria do sertão nordestino, com estatura igual à dos pigmeus da África. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que 35 milhões de crianças e adolescentes abaixo dos 17 anos viviam em famílias com renda inferior a um salário mínimo. A inflação chegou a patamares de 20, 30 e 40% ao mês. Em abril, a Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada. Grandes manifestações trazidas pela CUT em frente à bolsa de valores em oposição e tentativa de impedir a venda. Assim, juristas tentam medidas judiciais para suspendê-la. Dentro do leilão, a Força Sindical participa simbolicamente para mostrar que a classe trabalhadora concordava com as privatizações.

Mo mesmo ano (1993) foi lançado plebiscito para escolha do sistema de governo do país: parlamentarismo versus presidencialismo. Vence o segundo, com o apoio da esquerda. Em novembro iniciam as “Marchas à Brasília” contra a política econômica do governo Itamar. Neste período ocorrem as chacinas da Candelária e Vigário Geral, entre os assassinados, pobres, favelados e negros.

Em 1994, o povo penava na recessão e na miséria. Época de eleição e a elite escolhe Fernando Henrique Cardoso para derrotar Lula. O plano para manter o poder foi aprovação antecipada de um fundo de 20 milhões de dólares do FMI para

¹² Usiminas é uma empresa do setor siderúrgico, líder na produção e comercialização de aços planos.

¹³ A GE Celma Empresa de equipamento eletromecânico, fabricava e fazia manutenção de eletrodomésticos, ferramentas elétricas e autopeças.

¹⁴ A Material Ferroviário S/A, mais conhecida como Mafersa foi a maior e mais importante fabricante brasileira da indústria de material ferroviário.

¹⁵ Petroflex é uma TRR (Transportador, Revendedor, Retalhista) de combustíveis.

¹⁶ A Companhia Nacional de Álcalis foi uma empresa brasileira produtora de barrilha e sal.

¹⁷ A Acesita S.A. é a única produtora integrada de aços planos inoxidáveis e siliciosos da América Latina e também produtora de aços carbono especiais de alta liga.

salvar as finanças. Essa medida garantiria estabilidade econômica, tão ansiada pela população. Em plena campanha é lançado o Plano Real, que determinou o congelamento de preços e salários e a redução drástica da inflação, que chegou a patamares de 5.000% ao ano. O Plano Real garantia a livre entrada de capitais estrangeiros e uma forte recessão. “Como consequência, viriam a desindustrialização, a privatização das empresas criadas pelo Estado e a retirada do Estado dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e de toda a infraestrutura.” (GIANOTTI, 2007, p. 296). Para a população foi um alívio: os preços despencaram, o crediário ficou mais fácil e o dólar passou a equivaler com o real.

Mesmo sob o alerta de que o plano era eleitoreiro e teria consequências catastróficas, baseando-se pela experiência em outros países, ficou difícil mostrar à população as reais intenções. A Campanha da Frente Brasil Popular se amplia, com adesão do PPS e PSTU, mas não consegue mostrar alternativa econômica ao Plano Real.

Em maio (1994), a CUT realiza o 5º Congresso e Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, assume a presidência da Central, aumentando a tendência de transformar os sindicatos em “sindicatos cidadãos”. O desemprego aumenta, beirando os 20%. Muitos são os fatores, como a reestruturação produtiva com a automação das indústrias e a abertura aos produtos importados. As greves diminuíram, as empresas se utilizavam de táticas de gerenciamento que se baseavam na ideia de parceria e colaboração, dando a ilusão do trabalhador ser parte da empresa, responsável pelos destinos da fábrica. Nesse pensamento, a necessidade de flexibilização dos direitos trabalhistas passou a ser aceita e para o setor privado deteve um efeito arrasador, caindo pela metade os números de greves.

Durante os governos de Collor e FHC, os servidores públicos foram fortemente atacados pelas reformas Neoliberais. Cem mil foram colocados, imediatamente, “em disponibilidade”. Embora continuassem a receber salário, ficaram sem função e eram mandados para casa. Era o “enxugamento” da máquina, exigido pelo FMI.

Para todos os servidores, foram quase dez anos sem reajuste salarial, enfrentando todo o tipo de pressão e ameaças. Lonas greves foram feitas pelo setor estatal contra essa situação as entidades nacionais como a Confederação dos Servidores Públicos Federais (Condsef), a Federação dos Servidores das Universidade (Fasubra), a Federação Nacional dos

Servidores em Previdência e Saúde (Fenasps), a Federação Nacional dos Servidores da Justiça Federal (Fenajufe) e a Associação Nacional de Docentes Universitários (Andes) foram os porta-estandartes dessas lutas que aconteciam quase que anualmente. (GIANOTTI, 2007, p. 296).

A classe média claramente se alinhava ao programa de governo de FHC e, até às eleições, o PT não tinha apresentado projeto global alternativo ao da burguesia. Nessa perspectiva, FHC vence Lula no primeiro turno das eleições presidenciais sob enorme vantagem de votação.

No ano de 1995, logo no primeiro dia, FHC já deixa claro que prevê mudanças estruturais e, para tanto, será necessário rever a Constituição de 1988 e dar um fim a Era Vargas. Naquele momento previa a total retirada de direitos trabalhistas da classe trabalhadora, destruir o patrimônio nacional com as privatizações, e, para os servidores públicos, começava um longo período de ataques, iniciando com o congelamento de salários, fim dos concursos públicos, com a real intenção de encolher a máquina estatal, o sucateamento do serviço público para pós privatização.

As greves, num primeiro momento do novo governo, começam a diminuir. Exceção foi a longa greve dos petroleiros, que durou 25 dias. A Federação dos Trabalhadores nas Universidades (Fasubra) esboçou um movimento de solidariedade. Decidiu continuar uma greve que estava sendo encerrada, em apoio à greve dos petroleiros. Mas o Sindicatos dos Petroleiros esperou em vão que a CUT chamasse uma greve geral de solidariedade à sua dura luta. Em compensação, pipocaram, por todo os país manifestações de apoio à categoria. Era comum ver estampados nas camisas o adesivo “Somos Todos Petroleiros”. (GIANOTTI, 2007, p. 298).

Este ano ficou marcado como ano do início de privatização da Petrobras¹⁸. O Governo cria a EC-9 (Emenda Constitucional), que dá a grupos privados o direito de explorar as reservas de petróleo e gás em áreas descobertas e mapeadas pela Petrobrás. O momento era de recessão e desemprego e, nas mídias, falava-se em “custo Brasil”. Para combater, a alternativa era a flexibilização dos direitos trabalhistas. Na linha do trabalhador atuar como colaborador, a Mercedes Benz

¹⁸ Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista.

lança um acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), dividindo a opinião de sindicalistas em tempos difíceis de altos índices de desemprego. Nesse ano surge a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT). A linha política é a do sindicalismo católico europeu e, por isso, filia-se à Confederação Mundial dos Trabalhadores (CMT). Defendia o sindicalismo de centro. Em 1995 ocorre o “Massacre de Corumbiara”: trabalhadores que lutavam por reforma agrária são chacinados. Um dos maiores massacres de ruralistas, protegido pelo Estado, em investida contra trabalhadores do MST.

Em 1996, acentua-se a diminuição dos números de greves. O Dieese aponta três fatores (GIANOTTI, 2007):

- a) Ilusão de muitos trabalhadores com a nova moeda;
- b) Diminuição da inflação para quase zero; e
- c) Aumento do desemprego, desestimulando qualquer reação.

Na CUT há uma polarização de opiniões do motivo das diminuições das greves, não a fatores externos, mas internos da central, que priorizava a negociação ao confronto. No MST aumenta a repressão do Estado, que se junta à UDR para reprimir as invasões. No dia 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás (PA), 19 trabalhadores sem-terra são massacrados pela polícia, em marcha à capital. Ato conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”. Dez anos depois o crime continuava impune, com a liberdade e não responsabilização dos participantes.

Em 1997, no aniversário do massacre, MST e CUT promovem a marcha dos 100 mil, com participação de sindicatos e federações. Foi a primeira grande manifestação de oposição a FHC. Nesse ano surge outra central sindical com o racha dentro da Força Sindical, a Social-Democracia Sindical (SDS). Por definição apoiava o neoliberalismo, sendo oposição à CUT. Um Leilão privatiza a Vale do Rio Doce, e após mais 48 empresas estatais foram privatizadas.

Fernando Henrique Cardoso entra em campanha para aprovar emenda constitucional que permita reeleição do Presidente da República. Para tanto, os jornais noticiam a compra de votos do congresso no valor de 200 mil reais a cada

congressista. A Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial apontam o Brasil como vice-campeão em desigualdade no mundo. Enquanto a classe média continua intacta nas reformas, a população sofre as desigualdades sociais (GIANOTTI, 2007). Mais um massacre aos camponeses acontece, o chamado Massacre do Caramazol, em Pernambuco.

Em 1998, como em outros anos, as greves continuam a diminuir, com exceção dos trabalhadores da previdência e da saúde, dos servidores técnicos e docentes das universidades e servidores da justiça. FHC é reeleito com o programa das reformas do projeto neoliberal: Reforma Trabalhista, Administrativa e Previdenciária.

A primeira pretendia terminar com os direitos dos trabalhadores, “o negociado vale mais que o legislado”, ou seja, o que passaria a valer seria a livre negociação entre patrões e trabalhadores. Na segunda, exigia a quebra da estabilidade dos servidores públicos e fim do concurso público. Os trabalhadores deixariam de ser estatutários e passariam a ser celetistas. Assim, os sindicatos perderiam significativamente o poder de pressão. Na terceira, pretendia acabar com a obrigação do Estado de garantir saúde e previdência pública para todos os trabalhadores. Primeiramente acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, depois as aposentadorias especiais em profissões arriscadas ou insalubres. A fim de atingir o objetivo, criou o “Fator Previdenciário”, que estabelece idade mínima para se aposentar.

Por todas estas reformas, a CUT convoca Greve Geral contra a política de FHC. O governo continua o programa de privatizações com o Sistema Telebrás, a maior privatização do mundo do setor de Comunicações. Com a campanha massiva das mídias pelas privatizações com a ideia de que “privatizar é bom” e “tudo que é estatal não funciona”, a maioria da população e trabalhadores aderiu à ideia.

Em 1999, FHC assume o segundo mandato e, em seguida, o Real é desvalorizado, com o dólar chegando ao patamar de 4 Reais. Vem a público o apoio do FMI a FHC e a manobra para manter o dólar um por um, com o empréstimo de 40

milhões ao Brasil. Em troca, FHC deveria realizar todas as reformas estruturais que o FMI exigia. Com essa reforma, o aumento do desemprego ficou evidente e os salários do serviço público ficaram congelados. Por estes motivos, trabalhadores foram às ruas com o seguinte mote: “Cinco anos sem aumento, não aguento”. Nos anos subsequentes, o mesmo mote, até sete anos. Enquanto isso, FHC retirava mais direitos dos funcionários públicos, totalizando 56 direitos. Enfim, os anos 1990 foram anos de neoliberalismo. A organização sindical foi mobilizada para enfrentar esse avanço neoliberal e a destruição de direitos dos trabalhadores. (GIANOTTI, 2007).

Os anos 2000 são marcados pelo desencanto dos trabalhadores com a política, a decadência do Plano Real, a instabilidade econômica, desemprego no patamar de 20%, a miséria aumentando gradativamente e, com ela, a violência e o desemprego. Os servidores públicos sendo tratados pelo governo como “bode expiatório” com salários defasados. No setor privado, trabalhadores garantem reposição da baixa inflação. Nas indústrias aumenta a produção e, com elas, as doenças de trabalho tipo LER-Dort¹⁹ e o assédio é generalizado. Campanhas contra a dívida externa, para a suspensão do pagamento dos juros da dívida. Em sete de setembro realiza-se plebiscito popular sobre a dívida externa e a população entende que essa dívida estrangula o país, sobretudo os trabalhadores. Não havia por que continuar pagando. As mídias vêm em defesa dos interesses do capital internacional (GIANOTTI, 2007).

Em 2001, o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso entra em crise. O capital estrangeiro cai de 30 bilhões de dólares para 20 bilhões. As privatizações geram uma crise energética e obriga o povo a racionar a energia elétrica, sendo apelidada de “apagão”. Essa onda gera insatisfação e, somada a ela, o funcionalismo público está há oito anos sem reajuste, sem concursos públicos e com

¹⁹ Termo usado para descrever os danos e a dor causados por movimentos repetitivos e uso excessivo.

retirada de direitos. Enquanto no setor privado os salários se aproximam e até superam a alta da inflação.

O funcionalismo federal reivindica um reajuste de 75,48%, que corresponde à inflação acumulada nos mandatos de FHC. As universidades encaram uma greve de 100 dias, com 52 universidades federais de todo o país. Os trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também entram em greve. “Os trabalhadores das universidades tiveram como saldo várias vitórias. Entre elas, a incorporação e a extensão de algumas gratificações ao salário, um reajuste de 12% a 13% para professores e a manutenção da contratação pelo Regime Jurídico Único.” (GIANOTTI, 2007, p. 308).

Os metalúrgicos da *Wolkswagen* de São Bernardo do Campo (SP) também entram em greve contra a proposta patronal de flexibilização da jornada de trabalho. A proposta foi de redução da jornada e dos salários em 20%, em troca da garantia de emprego. Não aceitaram, então a empresa demitiu cerca de três mil trabalhadores. Com essa polêmica, o sindicato acabou aceitando a redução da jornada e do salário em 15% em troca do retorno ao trabalho.

Algumas centrais, como a Força Sindical e a SDS, alinharam-se cada um de acordo com suas posições políticas; no caso das duas, ao capital neoliberal. A CUT se colocou contra o Projeto de Lei nº 5843/2001, que estabelecia “negociado vale mais que o legislado”. Tudo poderia ser negociado passando por cima dos direitos dos trabalhadores, ou seja, por cima da CLT. Marchas foram convocadas à Brasília pela CUT e, enquanto isso, as outras centrais utilizavam as mídias para mostrar as vantagens da retirada dos direitos trabalhistas. A CUT conclama os deputados a votar contra o projeto, mas é derrotada e o projeto vai ao Senado. Na televisão, um assédio por parte da Força Sindical, onde a mensagem dizia que a aprovação da flexibilização das leis trabalhistas iria desbloquear a economia e criar milhões de empregos. A aprovação do projeto é retirada de pauta até as próximas eleições.

No início de 2002, ano de eleição, as forças giram para o desgaste do governo Fernando Henrique e a esquerda vislumbra uma possível vitória de Lula. O

Partido dos Trabalhadores apela muito para especialistas de *marketing* e alianças políticas diferenciadas, o que gera algumas discordâncias dentro do próprio partido.

No meio dessa disputa eleitoral, um novo Plebiscito popular acontece: a consulta sobre a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o resultado ao plebiscito foi a não aprovação.

Na reta final, a campanha de Lula divulga a “Carta aos Brasileiros”, na qual o candidato Lula se compromete a manter os compromissos político-econômicos do seu antecessor FHC, ou seja, iria continuar o projeto neoliberal. Nessa perspectiva, até o FMI começou a declarar, então, que não havia o que temer. As eleições não foram definidas em um primeiro turno, mas em um segundo turno entre Lula e José Serra (PSDB/PFL). No final desse ciclo neoliberal, a população elegeu o dirigente sindical e ex-metalúrgico, Lula, para Presidente da República (eleições de 2002). A partir de 2003, as pautas dos trabalhadores são pontos que interessam ao governo, e o movimento sindical passa a constituir esse governo (GIANOTTI, 2007).

Sob o comando dos governos de Lula e Dilma, como nos apontam os dados colhidos pelo Dieese, o período é marcado por uma retomada da luta grevista dos trabalhadores e por greves bem-sucedidas, do ponto de vista econômico. Em uma conjuntura de melhoria das condições gerais de emprego, o movimento sindical pôde ser mais ofensivo nas suas reivindicações (MARCELINO, 2017).

Na primeira década do século XXI, observa-se uma quantidade bastante consistente de greves. A classe trabalhadora continuou se mobilizando e o movimento sindical seguiu lutando por ampliação de direitos. Essas agitações foram resultado da tentativa de ampliar direitos e melhorias nos contratos de trabalho. Ao contrário dos anos 1990, quando o movimento sindical entrou na defensiva para tentar manter suas organizações e barrar o avanço do neoliberalismo, ou seja, a cada ciclo de contração, há um ciclo de expansão.

No avanço da memória sindical, há a memória e a história que trilham caminhos de forma que correlatos possibilitam coexistir e se retroalimentar. Na

próxima seção abordaremos a Assufrgs Sindicato, um sindicato de luta que traçou muitas batalhas durante sua existência.

3.3 ASSUFRGS SINDICATO

Nas seções anteriores vimos como surgiram as primeiras organizações de trabalhadores e sindicatos. Nesse contexto, a Assufrgs, que em 2021 completou 70 anos de existência como sindicato, se apresenta como um importante exemplo de organização de trabalhadores.

Um sindicato desse porte e com 70 anos de história passou e passa por diferentes contextos políticos da sociedade brasileira. Por isso, este capítulo contará um pouco sobre a história dessa organização.

Sob a perspectiva de que é necessário recordar o passado para compreender o presente e projetar o futuro, realiza-se, nesta seção, um compilado de informações da Revista Comemorativa dos 70 anos da Assufrgs Sindicato, de setembro de 2021²⁰.

A primeira organização de trabalhadores do ensino superior que surgiu em Porto Alegre foi a Cooperativa da Escola de Engenharia, que, no ano de 1921, foi criada pela Direção da Escola de Engenharia e mantida por um setor específico (Comercial, Industrial e Financeiro).

A Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre contou, em seu surgimento, com 33 funcionários associados. Cumprindo importante papel na compra e venda de produtos de qualquer espécie, a organização contou com um grande crescimento no número de sócios e volume de movimentações de produtos no decurso dos anos. No entanto, no ano de 1929, dois anos após o falecimento da liderança da Cooperativa, Júlio da Silveira, que dispôs de grande atuação

²⁰ <https://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2021/10/capa-revista-dos-70-anos.png>

comunitária na cidade de Porto Alegre, sobretudo na comunidade negra da cidade, foi decidida sua dissolução.

Alguns anos depois, em 1934, a Escola de Engenharia de Porto Alegre passou a fazer parte da UPA – Universidade de Porto Alegre. A UPA foi constituída de faculdades como a Faculdade de Medicina, Escolas de Odontologia e Farmácia, Faculdade de Direito, entre outras, passando a ser, em 1947, a Universidade do Rio Grande do Sul, a UFRGS – Sendo federalizada, então, somente em 1950. Um ano depois, em 1951, no dia 20 de setembro, foi criado o Centro dos Funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul, que é a Assufrgs.

O Centro dos Funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul iniciou-se com 71 membros, tendo como objetivo a inclusão dos servidores da universidade no serviço público federal, uma vez que, no processo de federalização da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), os funcionários haviam permanecido como servidores estaduais, sendo uma grande desvantagem para os trabalhadores, que fizeram uma grande mobilização em torno dessa pauta.

A federalização ocorreu, então, com a aprovação da Lei Nº 3093, de 02 de janeiro de 1957, assinada por Juscelino Kubitschek. Em abril de 1958, o Centro inaugurou uma sede própria, que ficava no térreo do recém-construído Edifício da Reitoria, onde também se localizavam as sedes das Associações de Alunos, dos Professores e dos Diplomados. Nessa mesma ocasião, foi anunciada a formação de uma Cooperativa de Consumo da Universidade (COOPURGS), aberta a funcionários e professores, que teria um grande desenvolvimento nos anos seguintes.

A Cooperativa, que havia sido fundada em 1958, dez anos depois, fazia uma campanha para chegar a 1500 associados. Oferecia serviços como supermercado e açougue, contando com lojas de roupas, brinquedos e utensílios domésticos. Sua sede se localizava no Centro Médico, na Rua Jacinto Gomes, nº 540.

Após essa primeira década, o Centro assumiu o nome de Associação dos Funcionários da URGS.

Apesar de ter uma vida associativa forte, a entidade procurou participar das articulações nacionais entre diferentes categorias do serviço público (como ocorre até então), estando presente na Primeira Convenção Nacional dos Funcionários Públicos, realizada no Rio de Janeiro, em 1961. O Centro de Funcionários também se manifestou politicamente em um momento decisivo na história do país, na Campanha da Legalidade, que defendia a posse de João Goulart na Presidência da República. Em 31 de agosto de 1961, a Associação enviou um manifesto para a Rede da Legalidade.

Entre 1962 e 1963 foi criada a Associação Beneficente dos Servidores da Universidade do Rio Grande do Sul (Absurgs); ela foi fundada pelo Professor Japyr do Carmo, que foi, também, seu primeiro dirigente. Quando foi criada a Absurgs, o Prof. Carmo já havia colaborado na fundação e dirigido a Associação Beneficente dos Servidores do DAER, aproveitando dessa experiência para implantar ação similar entre os servidores da universidade. A Absurgs foi uma associação que prestava mútua assistência médica, farmacêutica, hospitalar, dentária e tantas outras assistências e auxílios à família universitária. Faziam parte da associação quase a totalidade dos professores e funcionários da Universidade do Rio Grande do Sul, frisando o caráter assistencial e de beneficência nos limites da universidade.

O Golpe Militar de 1964 inaugurou um período em que foi proibida a sindicalização de servidores públicos. Com a supressão da luta política e sindical, o caráter associativo vigorou a uma representação de caráter precário e de colegiado, passando, também, por um período de profundo esvaziamento, visível pela diminuição de membros demonstrados pelas atas. Dessa forma, é difícil saber ao certo quem manteve a entidade, visto que essa memória foi silenciada pela falta de registros e informações mais precisas sobre o período.

Com a supressão da luta política e sindical, houve uma expansão cada vez maior das atividades mutualistas e associativas, inclusive com participação em torneios esportivos.

Em 1964, a Absurgs patrocinou a Festa de Natal da Universidade e, nos anos seguintes, foram organizados pela Associação Beneficente eventos como jantares festivos, comemorações natalinas, bailes e excursões turísticas. O estatuto da Associação é datado de 1972, e, dentre seus princípios estavam prestar benefícios assistenciais e representar e defender junto aos poderes competentes em suas justas e legais aspirações e reivindicações. Entre 1974 e 1985 não consta a existência de diretoria executiva da Absurgs.

No início dos anos 80 houve uma abertura democrática, forçada pelo movimento dos trabalhadores no novo sindicalismo, que também chegou à Absurgs, mobilizando uma nova geração de trabalhadores e trabalhadoras. No dia 29 de novembro de 1982, a categoria dos servidores técnico-administrativos aderiu a uma greve contra a cobrança de mensalidade do ensino superior na universidade pública, na qual já estavam participando os professores, no intuito de unificar as categorias na mobilização.

As recém-criadas entidades nacionais representativas dos professores e técnico-administrativos, respectivamente, ANDES e FASUBRA (1978), geraram um recuo do governo na implementação do ensino pago nas IFES e na transformação das universidades autárquicas em fundações. Foi um marco muito importante para a autonomia universitária. Como já vimos, a CUT foi fundada em 1983, na qual a Assufrgs começou a fazer parte somente mais tarde, em 1993.

Em 1984 houve uma greve de 84 dias na UFRGS, em que os trabalhadores reivindicavam reajustes e reposição das perdas salariais decorrentes da inflação, além de uma pauta por maior democratização dentro da universidade, como eleições diretas para a reitoria, liberdade sindical, entre outras, para além da manifestação contrária às políticas econômicas do regime cívico-militar.

A greve de 1984 se tornou histórica para a associação, uma vez que foi, até então, sua mais longa e confrontante luta, consolidando, portanto, a organização como um instrumento de reivindicação dos trabalhadores, além de conscientizar politicamente.

Ainda que a greve de 84 tenha causado o corte de salários, não ocorreram diminuição em sua adesão, já que os trabalhadores enfrentavam um período financeiro bastante grave com as políticas econômicas do presidente General Figueiredo. Para auxiliar os trabalhadores que tiveram seus salários cortados, a associação promoveu atividades culturais e econômicas para arrecadação de dinheiro.

A greve trouxe maior proximidade da organização com seus associados, o que levantou algumas problemáticas e demandas que os trabalhadores tinham. Dessa forma, ao reconhecer que muitos trabalhadores eram analfabetos, a associação promoveu, no ano de 1985, um curso de alfabetização de adultos voltado aos funcionários da UFRGS que tinham dificuldades de leitura e escrita.

No mesmo ano, a gestão da Absurgs teve sua legitimidade questionada pelos associados em relação ao destino das contribuições dos sócios. A partir dessa crise, organizou-se, portanto, a primeira eleição para representação provisória, tendo como composição: Presidente: Décio Aloisio Schauen; 1° Vice-Presidente: Ennio Ferreira Porto, 2° Vice-Presidente: Alcides Garcia De Almeida, 3° Vice-Presidente: Maria Conceição Lopes Fontoura, 4° Vice-Presidente: Maria Hedy Lubisco Pandolfi. Mais tarde, em 1987, nova eleição e nova configuração da coordenação foram realizadas.

No ano de 1986, o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos, após um aprofundamento nos debates políticos acerca da reforma universitária, democratização e ensino público gratuito, deflagrou nova greve, neste momento em oposição à proposta do governo de criação do Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), obtendo uma grande vitória contra o governo.

Após esse movimento, que contou com a promoção de debates políticos mais profundos a cada mobilização, os trabalhadores associados passaram a questionar a orientação apenas associativa da entidade e resolveram por dar caráter sindical à organização, formando, então a Assufrgs, em 25 de março de 1987.

Na década de 1990, a Assufrgs aderiu ao Sintest/RS (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau no Estado do Rio Grande do Sul) em um período em que a categoria e o conjunto dos funcionários públicos eram atacados. O Sintest RS era composto de cinco seções sindicais, que representavam os trabalhadores da UFRGS (Assufrgs), UFPEL (Assufpel), UFSM (Assufsm), FURG (Aptafufrg) e FFFCSPA, atualmente UFCSPA, (Afecimpa).

No início dos anos 1990 também foi marcante o movimento da Assufrgs que realizou greves para a adesão de cerca de 700 trabalhadores, que entre 1988 e 1990 haviam sido contratados como celetistas e com a aprovação do RJU poderiam ser demitidos.

Uma grande tragédia abalou a Assufrgs em novembro de 1994, um acidente de ônibus vitimou vários coordenadores sindicais e colegas que estavam retornando de Pelotas, onde ocorria o congresso das seções sindicais do Sintest/RS. Até hoje o nome dos colegas é lembrado em placa memorial localizada na entrada da sede centro do sindicato, espaço que foi adquirido também em 1994. Faleceram em decorrência do acidente os companheiros: Alfredo Baptista D'Andrea, Anna Rachel Vernet Taborda, Antenor Marques dos Santos – Pantera, Carla da Costa Pinto, Dieter Teske, Dorvalino de Oliveira Ribas, Edivaldo Machado de Souza – General, José Zuffo Neto, Lídia Castilhos Ardohain, Luis Ely Almeida Sá Brito, Milton Juarez Astigarra – Miltão, Nilo Rodrigues e Raul Fernando Zeni - Peninha.

A década de 90 foi marcada por diversas greves: 1992, 1994, 1995, 1997 e 1998, todas elas com demandas da categoria, campanhas salariais contra o arrocho, mas também defendendo o caráter público das Universidades, contra uma série de projetos com visão privatista e de corte de investimento nas IFEs. Nesta época os servidores federais perderam mais de 50 direitos, entre eles, estabilidade, direito à data-base, aposentadorias especiais, licenças-prêmio, convênios, etc. Durante este período, a Assufrgs organizou a resistência aos ataques não-isolados, frutos das políticas Collor e FHC.

A Federação também faz parte dessa história, e ao final dos anos 70, a FASUBRA SINDICAL (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) foi fundada, em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de “Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras”.

De acordo com o site da FASUBRA²¹, no decurso de sua história de luta, muitas foram as conquistas da Federação. Contudo, destacam-se algumas: em 1986, na luta em defesa da Universidade Pública, aprofundou-se o debate sobre reforma universitária, democratização e ensino público e gratuito. O movimento dos(as) trabalhadores(as) técnico-administrativos em educação deflagraram greve, contrapondo-se à proposta, sendo vencedor no embate, e o anteprojeto governamental saiu de cena; Em 1987, por pressão do movimento, foi implantado o Plano Único de Classificação e Reestruturação de Cargos e Empregos (PUCRCE) e, nesse mesmo ano, a Federação participou da fundação do DNTE/CUT; Em 1988, durante a Constituinte, juntamente com outras Entidades da área da educação e do movimento social, a Federação integrou o Fórum Nacional sobre Educação, Ciência e Tecnologia e apresentou proposta de universidade; Também participou do movimento dos(as) trabalhadores(as) técnico-administrativos em educação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), apresentando proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que se transformou no Projeto de Lei (PL) 1258/88, no Congresso Nacional. Em 1988, a Assufrgs se filia à Central Única dos Trabalhadores, passando a fazer parte da agenda de lutas sindicais da central.

Entre 1989 e 1990, a Federação esteve integrada a outras entidades da área da educação e movimentos sociais e desenvolveu um amplo processo de mobilização pela aprovação da LDB, construída coletiva e democraticamente pelo movimento. No entanto, infelizmente, a proposta foi vencida no Congresso Nacional pelo substitutivo do Senador Darcy Ribeiro; no ano de 1990, contou com um papel

²¹<https://fasubra.org.br/historico-da-entidade/>

importante na aprovação e implementação do Regime Jurídico Único (RJU)²²; Em 1991, na luta em defesa da universidade pública, participou do movimento de mobilização que derrotou a PEC 56 B, através da qual o governo propunha a transformação das Instituições Federais de Ensino Superior em um novo ente jurídico com caráter privatista.

Ainda na década de 1990, a FASUBRA promoveu encontros e desenvolveu atividades com militantes do movimento antirracismo, que marcaram a entidade como de vanguarda na discussão sobre a questão do negro e a educação, sendo a primeira federação a instituir, em suas instâncias, uma Coordenação para trabalhar as questões sobre antirracismo; Em 1995 foi intensificado o debate sobre a construção do Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores; Em 1997, a FASUBRA lançou os alicerces do Projeto Memória, que busca resgatar a história de luta e os acontecimentos que se constituem no patrimônio sócio-político da Federação; Em 1998, na luta em defesa da universidade pública, por pressão do movimento, foi derrotada no Congresso Nacional e retirada do cenário nacional a PEC 370, que tratava da autonomia universitária, com uma visão privatista; No mesmo período foi instalada a Agenda Autonomia, com a participação da FASUBRA, ANDES, SINASEFE e UNE; e a Federação, com outras entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), participou da construção do Plano de Ação para disputar o Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira, elaborado no II Congresso Nacional de Educação; Neste ano, a categoria em greve unificadamente não abriu mão da paridade entre os(as) trabalhadores(as) ativos(as) e aposentados(as).

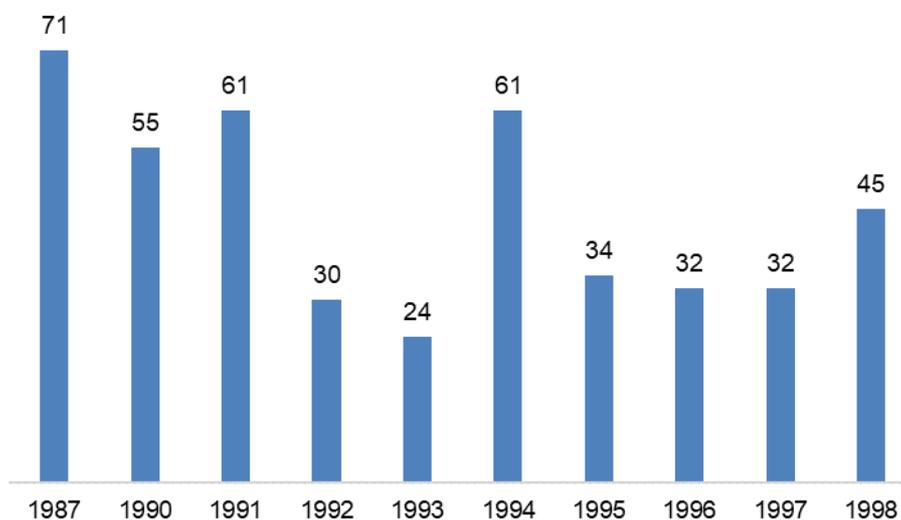
²² Sobre o Regime de trabalho, antes da entrada deste novo sistema RJU, onde todos os trabalhadores de Universidade passaram a ser regidos por este sistema; os trabalhadores da UFRGS eram regidos sob diferentes tipos de contratos de trabalho. Celetistas do quadro, que eram contratados pelo regime FGTS, os Estatutários sob a Lei 1711 de 28 de outubro de 1952, os Tabelistas que era contratados (FGTS) em processos seletivos diferenciados e entravam sob regime de tabelas especiais e vencimentos diferenciados na Universidade e ainda os Convênios, que eram trabalhadores contratados por um convênio entre a Universidade e uma Fundação.

Após apresentar o breve histórico tanto da federação FASUBRA como também da Assufrgs Sindicato, é possível afirmar que há anos existe uma jornada em defesa da classe trabalhadora, com caráter não apenas político, mas de compreensão e humanização do trabalhador, sobretudo nas consequências que este sofre em momentos cruéis da história. Essa memória deve ser preservada e evidenciada em registros. Por isso da necessidade da pesquisa em questão.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para dar conta do produto final da pesquisa, que é a construção de uma coleção de referência sobre a memória sindical, passa-se pelo momento de construir a memória sindical da Assufrgs, compreendida no período de 1987 a 1998, a partir dos Boletins Informativos produzidos pela Assufrgs Sindicato e disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM). Para tanto, buscou-se uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa documental, que utiliza fonte secundária e, de acordo com Marconi e Lakatos, “[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa [...]” (2010, p.166). Recorre-se à análise de conteúdo para a produção dos achados da pesquisa.

Foram analisados os Boletins Informativos (BI) no período de 1987 a 1998, que se encontram armazenados fisicamente no CEDEM, buscando-se, então, atender aos objetivos do estudo. O centro de documentação possui um acervo de BI que abrange os anos de 1984 a 2003. Contudo, a seleção do período da pesquisa deu-se pelo grande volume de fascículos entre os anos de 1987 a 1998, sendo que, no intervalo de 1988 e 1989, não faz parte do período, pois estes não foram encontrados junto aos demais Boletins quando se sucedeu a busca em uma das sedes do sindicato. Temos, então, uma memória silenciada deste período. Assim que se constatou a ausência deste período significativo, optou-se, então, por delimitar a pesquisa entre um período da história com mudanças econômicas e sociais no Brasil, que foi entre 1987 e 1998. O fim do período ditatorial e a entrada de um período de redemocratização tornam o período intenso de informações, que eram veiculadas nestes Boletins - único meio de divulgação entre os sindicalizados -. Abaixo, o quadro quantitativo do *corpus* da pesquisa. Um total de 445 Boletins Informativos.

Ilustração 2 - Quantitativo Boletins Informativos

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis no CEDEM ASSUFRGS

Os Boletins foram produzidos e diagramados pelo setor de Imprensa da Assufrgs e vêm evoluindo com o passar dos anos. A produção dos Boletins Informativos iniciou em 1984, sendo, em algumas ocasiões, confeccionados pela própria direção da entidade e/ou pelos próprios técnico-administrativos que estavam na gestão do sindicato ou contribuindo de uma certa forma. Contudo, nos anos mais recentes, profissionais jornalistas foram contratados para elaborar o texto e a diagramação. O primeiro jornalista profissional foi contratado em 1988. A partir daí, o setor de imprensa sempre contou com um jornalista para elaborar o Boletim. Comumente, os veículos de imprensa são utilizados como fonte documental em pesquisas acadêmicas: jornais, revistas, informativos, entre outros. Para analisar a informação constante nesses Boletins, o método escolhido será a análise de conteúdo, pela análise documental, que visa realizar um conjunto de procedimentos para representar o conteúdo do documento em uma forma diferente da original, a fim de facilitar a uma pesquisa sua consulta e referência. (BARDIN, 2010).

Para organizar, a análise será em torno de três procedimentos, segundo Bardin (2010):

- Pré-análise: é a organização do corpus documental, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais. É necessário escolher os documentos a serem submetidos pela análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.

A fim de entender o *corpus* da pesquisa, é necessário, na pré—análise, entendê-lo e discuti-lo, e, para isso, algumas decisões são importantes, desde como será explorado, analisado e compreendido. Quando se acessou o *corpus* e as condições na quais estava armazenado, em pastas-arquivo separados em folhas plásticas no formato A4, percebi que a coleção de BI era vasta e heterogênea, pois possui desde numeração de páginas, tamanho, espessura e gramatura diferentes de papel; logo, tive que pensar com quais variáveis iria trabalhar devido tipologia do material, pois se tratava de um periódico, uma publicação de imprensa.

- Exploração do material: Aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise. Operação de codificação, decomposição ou enumeração em função das regras formuladas.

Para a exploração do material e início da coleta de dados foi utilizada a planilha eletrônica na organização dos dados. As variáveis escolhidas foram: ano, mês do fascículo, número de fascículos/exemplares, número de boletim de greve/especial, data, assuntos, tema/referência, conceito, Absufrgs/Assufrgs, Sintest/Assufrgs, número de páginas, colaboração, charge, obs.

À medida que os Boletins eram analisados e os dados coletados, novas variáveis foram acrescentadas, como, por exemplo, colaboração ou comissão editorial, charges, vinculação a centrais sindicais, se eram Boletins de greve, entre outras variáveis. Cada Boletim apresenta assuntos diversos, desde campanhas salariais ou informes sobre os setores, como por exemplo, o setor de convênios e de imprensa; sobre atividades esportivas, sobre a colônias de férias de Garopaba, entre outros.

Para entender as minúcias de toda a análise, é importante atentar aos detalhes e escolhas necessárias da abordagem metodológica. Não seria possível,

por exemplo, realizar uma amostragem na coleção, pois o *corpus*, em sua totalidade, é que representa a memória de um período importante, onde cada boletim apresenta um fato distinto, e não há como deixar de fora da pesquisa alguns Boletins, pois este conjunto de documentos é que forma a memória desse período e cada documento possui esta memória, sendo distinto um do outro.

- Tratamento dos resultados: tratar os resultados para que sejam significativos e válidos permite propor quadros de resultados. Por exemplo, tendo estes resultados é possível propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos.

Optou-se, nesta pesquisa, por tratar somente assuntos correspondentes às pautas das lutas sindicais, como, por exemplo, carreira, campanha salarial e isonomia salarial no serviço público federal, a fim de que a memória sindical ficasse contemplada. Em outro momento poderiam ser explorados, por exemplo, somente assuntos relacionados ao lazer dos sindicalizados, contemplando boletins que abordassem a colônia de férias de Garopaba e a sede Campestre da Pitinga. Com estas variáveis, foi possível construir uma planilha eletrônica e cruzar as possíveis variáveis. Após a escolha dos assuntos e preenchimento da planilha com as palavras-chave foi possível formar nuvens de palavras e perceber quais foram as palavras que mais se destacaram no ano vigente e, a partir destas evidenciar a memória sindical. As informações utilizadas foram retiradas de diversos Boletins Informativos desta forma deixou-se de especificar de quais BI's os dados pertencem os fatos históricos. A narrativa memorial baseia-se nos atores sociais.

5 REGISTROS SINDICAIS DE UMA TRAJETÓRIA DE LUTA: OS BOLETINS INFORMATIVOS DA ASSUFRGS SINDICATO

Nesta seção serão apresentados os dados da análise de conteúdo. A seção se divide em duas subseções. Por se tratar de publicação periódica, no primeiro tópico será apresentada uma amostra anual dos cabeçalhos dos Boletins. Já no segundo tópico será apresentada a análise de conteúdo da temática sindical. As duas seções buscam rememorar as lutas sindicais travadas pelos servidores técnico-administrativos em educação da UFRGS.

5.1 APRESENTANDO O UNIVERSO E COMPILANDO OS BOLETINS INFORMATIVOS

A Assufrgs Sindicato possui uma trajetória de lutas que será apresentada nesta pesquisa pelo que Halbwachs chamou de “sementes de rememoração”, que são como o ponto de partida para uma memória mais elaborada e pode ser entendido como algo que nos ajuda a reviver eventos passados - estes são os Boletins Informativos -. A linha temporal da pesquisa contempla os anos de 1987 a 1998, compreendendo o início da retomada do sindicato pelos técnico-administrativos até um período de governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que operou muitas reformas e arrochos salariais para o funcionalismo público. Dois anos importantes desta história foram silenciados, pois estes Boletins não foram recuperados, dos anos de 1988 e 1989, anos célebres para a conjuntura nacional, a começar pela promulgação da Constituição Brasileira e o Governo Sarney. Este período, nesta pesquisa, ficará esquecido em se tratando de memória sindical dos Boletins Informativos.

Para apresentar o *corpus* da pesquisa, utilizaremos a imprensa como fonte, que são os Boletins. Logo, é necessário que se faça uma apresentação da estrutura e formato como são apresentados, pois são diferenciados por ano, numeração, entre outras peculiaridades, não há um padrão pré-definido para publicação. Por exemplo, no ano de 1987, até o mês de maio, não existe indicação de fascículo, somente data, passando a ser adotada a partir de junho, sendo que no mês de junho há

ocorrência de seis fascículos e, no mês de abril, apenas um fascículo. Até 1994, os fascículos eram mimeografados, passando a utilizar a impressão de imprensa após 1995. O formato do Boletim Informativo mudou com o passar dos anos e fascículos. Nesta seção não há como apresentar todas as tipologias existentes no *corpus* da pesquisa, pois o foco é apresentar as narrativas das lutas sindicais. Na coleção de documentos do CEDEM não há todos os fascículos de todos os anos, mas há um conjunto significativo de fascículos que evidenciam a memória sindical.

Ao analisar uma publicação periódica, observa-se como ela é composta. Como não teremos como apresentar os boletins na totalidade, nesta seção será apresentada uma amostra dos cabeçalhos dos Boletins, a fim de demonstrar como eram confeccionados, demonstrar as mudanças do sindicato ao longo dos períodos e a memória que se criou.

5.1.1 Cabeçalho dos Boletins Informativos

Como já havia mencionado anteriormente, estes Boletins de imprensa se apresentam sob outras nomenclaturas no decurso dos anos como: Informa; Boletim Sintest/RS, Informa Seção Sindical Sintest/RS; Boletim informativo; Extra! Extra! Seção Sindical Assufrgs, entre outras. Nesta seção serão apresentados como Boletins Informativos e na seguinte ordem cronológica: 1987, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998, um cabeçalho de cada ano do intervalo da pesquisa.

Para analisarmos um cabeçalho, é necessário que analisemos como uma publicação de imprensa,

O cabeçalho da primeira página – que pode ser considerado como uma espécie de “carteira de identidade” do jornal, traz informações que identificam o jornal, como o seu nome, publicado em letras destacadas na parte central da página [...] além do endereço da redação do jornal, [...] ano de publicação, o número da edição e, abaixo, a data.” (KARAWAJCZYK, 2019, p. 30)

Pelo Cabeçalho identificamos a identidade visual e as principais identidades que carregou ao decorrer dos anos. Quais foram os formatos, vinculações, os logotipos, as filiações, titulações, nomenclaturas, as mudanças de endereço, colorações, entre outras. Nesta seção, colocaremos uma amostra por ano de publicação de cada cabeçalho e analisaremos o conteúdo em ordem cronológica por período.

A seguir, iniciaremos com o Boletim do ano de 1987, com o seguinte cabeçalho:

Ilustração 3: Boletim Informativo Assufrgs 1987



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

O Boletim de 1987 apresenta-se com a frase “ASSUFRGS informa” em letras garrafais, na cor vermelha. Abaixo, em fonte menor, o endereço da sede do sindicato, Av. João pessoa, 775, e o telefone, Fone 28-36-18. Logo ao lado, em letras com fonte diferente, o número do fascículo e a data. Nem todos os meses a cor do letreiro é apresentada na cor vermelha. Há meses em que o letreiro é apresentado na cor preta.

Lembrando que os anos de 1988 e 1989 não estão presentes nesta coleção de documentos, pois não foram encontrados nos arquivos. Seguindo, no ano de 1990, o cabeçalho era produzido da seguinte forma:

Ilustração 4: Boletim Informativo Assufrgs 1990



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

O Diferencial neste cabeçalho é o logotipo²³ no lado esquerdo, escrito “ASSUFRGS”, e, ao lado direito, a referência à Central Única de Trabalhadores e à Federação FASUBRA. Centralizada, a palavra INFORMA, com uma tarja com a palavra EXTRA sobreposta. Logo abaixo o endereço do sindicato e o telefone. Os dados da publicação, como ano, número de fascículo, data e dia da semana do fascículo, estão ao lado do título do periódico.

Para o ano de 1991, o cabeçalho do Boletim segue o mesmo modelo de 1990, com a diferença de não apresentar o endereço e contato telefônico, mas apresentar a seguinte expressão: “Seção Sindical-SINTEST/RS”, centralizada abaixo da palavra INFORMA. Já no ano de 1991, a Assufrgs passou a integrar a seção sindical e adotar nos boletins informativos essa expressão: “Seção-Sindical SINTEST/RS”. Segue modelo abaixo:

²³ Em 1987 a Assufrgs no mês de aniversário lançou um concurso do novo logotipo da Associação foram 32 inscritos. No boletim de n. 44 de 10.11.1987 foram publicadas as artes e o ganhador foi o logotipo de número 9, a arte foi utilizada nos cabeçalhos dos Boletins de 1990, 1991, 1994 e 95.(em anexo a lista dos logotipos concorrentes – Anexo B).

Ilustração 5: Boletim Informativo Assufrgs 1991



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

Analisando o cabeçalho do Boletim 1992, em uma versão totalmente diferente dos anteriores, com as palavras “Boletim SINTEST/RS seção sindical da UFRGS”, voltando a adotar a palavra “Boletim” e sem logotipo. Apresenta, também, endereço, telefone, número de fascículo e data.

Ilustração 6: Boletim Informativo ASSUFRGS 1992



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

O cabeçalho do Boletim de 1993 segue o mesmo padrão de 1992, com a diferença da palavra “ASSUFRGS” logo abaixo da palavra “Boletim”, e a palavra “Boletim” anterior ao número de fascículo.

Ilustração 7: Boletim Informativo Assufrgs 1993



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

Os cabeçalhos dos Boletins Informativos 1994 e 1995 assemelham-se bastante aos dos anos 1990 e 1991, pois possuem o mesmo logotipo, além das palavras “Boletim Informativo”, número de fascículo, data, sigla da Centra Única dos

Trabalhadores, da Federação FASUBRA, do SINTEST/RS e um logotipo “Universidade por Inteiro” ilustração de um prédio partido²⁴.

Ilustração 8: Boletim Informativo Assufrgs 1994

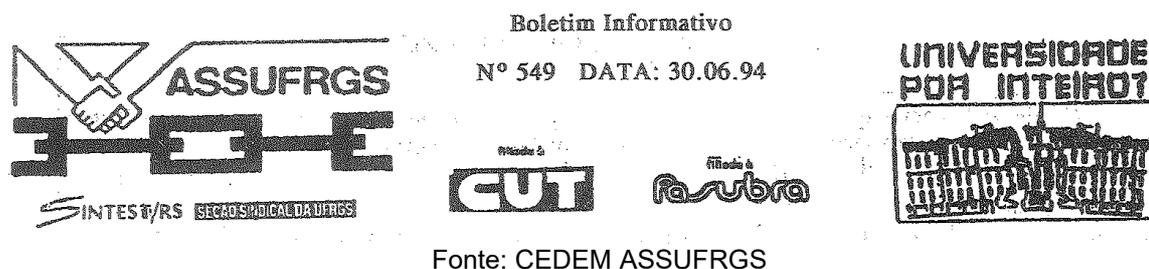
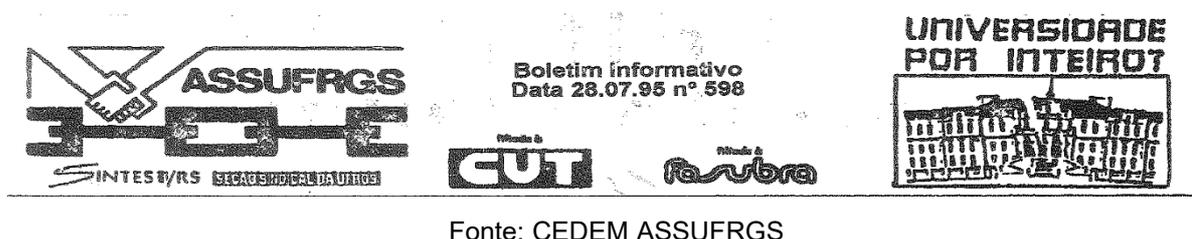


Ilustração 9: Boletim Informativo Assufrgs 1995

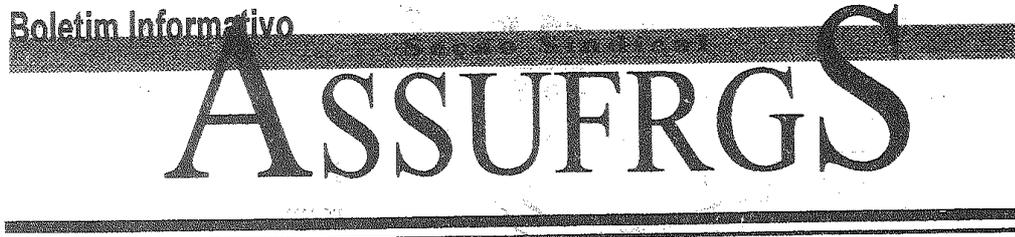


Os cabeçalhos dos Boletins Informativos de 1996, 1997 e 1998 foram muitos semelhantes, a palavra “ASSUFRGS” centralizada entre uma faixa grossa superior com as palavras “seção sindical” centralizadas e, logo acima, as palavras “Boletim Informativo”, “Extra! Extra!”, “Boletim de Greve” e outra faixa preta inferior. Ao lado, em fonte menor, número de fascículo e data.

²⁴ Na 56 Reunião Plenária do CRUB, em março de 1993, inaugurou-se uma nova fase para as Universidades Brasileiras. A “Carta de Manaus, que estabeleceu os compromissos da Universidade com a Ética e a Cidadania, baseou-se no “pressuposto de que sem a participação democrática e a transparente gestão dos interesses coletivos estaremos tão somente reproduzindo a Sociedade da Exclusão” A eleição de funcionários na Fabico e no Ibio representou a vontade dessas comunidades. Pela nomeação nessas vice-direções e respeito a Autonomia Universitária.

Ilustração 10: Boletim Informativo Assufrgs 1996

Nº 613 Data: 02.04.96



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

Ilustração 11: Boletim Informativo Assufrgs 1997

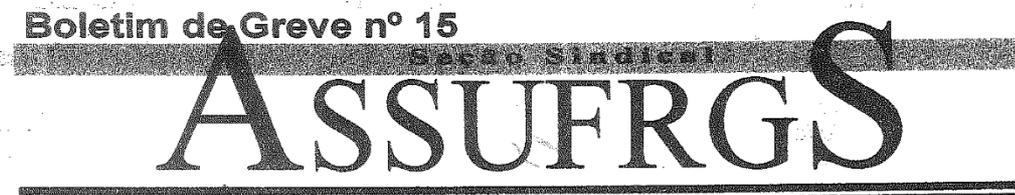
Nº 662 Data: 01.10.97



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

Ilustração 12: Boletim Informativo Assufrgs 1998

Nº 695 Data: 26.05.98



Fonte: CEDEM ASSUFRGS

Ilustração 13: Boletim Informativo Assufrgs 1998

Estes foram alguns cabeçalhos de Boletins que fazem parte da coleção do *corpus* da pesquisa e demonstram a diversidade de situações de análise. Na próxima seção entraremos já na seleção dos Boletins Informativos.

5.2 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO

Os Boletins selecionados fazem parte de uma coleção que procura colocar em evidência o que foi publicado entre 1987 a 1998 pela Assufrgs. Tais publicações se constituem em rastros memoriais que possibilitam contar a luta sindical. São narrativas que salientam a participação dos servidores técnico-administrativos em educação neste período. Para chegar a essas narrativas, fez-se uma seleção deste material durante a primeira fase do trabalho identificando os Boletins disponíveis na coleção de documentos do sindicato. Após, procedeu-se com o preenchimento de uma planilha eletrônica com pontos de análise: mês, número, data, assunto, Absurgs, Assufrgs, Sintest/Assufrgs, número de páginas, colaboração, charge/ilustração. O segundo passo foi dedicado à análise de todo o material selecionado, iniciando uma segunda triagem, com vias a determinar o conteúdo do *corpus* documental final da pesquisa. Essa segunda triagem foi pontuada na memória das lutas sindicais, aquelas narrativas que focavam a luta por melhores condições de trabalho, de sustento, avivar fatos relevantes para o sindicalismo, para a política brasileira que interferiam nas universidades públicas. Nesta seção as narrativas memoriais contidas nos Boletins Informativos (1987 a 1998) estão em sequência cronológica e podem conter semelhanças com o texto original. O tempo verbal utilizado está na forma em que ocorreram os fatos e na linguagem utilizada por este veículo de comunicação.

5.2.1 1987, O ano de recomeço do sindicalismo e das lutas

No ano de 1987 a moeda vigente era o Cruzado, o Presidente da República, José Sarney, o Ministro da Educação era Aloísio Guimarães Sotero, por um período, e Hugo Napoleão do Rego, por outro (vide quadro demonstrativo no Apêndice A), e o Ministro da Fazenda era Bresser-Pereira. Neste período, a população estava desgostosa com o aumento dos preços e a inflação galopante. É instalado, em Brasília, o Congresso Constituinte. O presidente Sarney anuncia, em rede nacional, a moratória unilateral da dívida externa. É diante desse cenário nacional, portanto, que os Boletins Informativos do ano de 1987 se inserem.

A luta sindical é permeada por fatores externos e internos ao sindicato, o que perpassa diretamente a universidade. Nesta seção apresentaremos as lutas sindicais do período Sarney, momento em que, ainda, os resquícios da ditadura interferem nas lutas sindicais, mas onde o sindicato faz a primeira eleição para a direção da entidade e cria departamentos. A primeira nominata da direção eleita foi a seguinte: Presidente: Décio Aloísio Scharen; Vice-presidente: Maria de Lourdes Azevedo Mendonça; Secretária Geral: Lídia Castilhos Ardohaim; Secretário Administrativo: Paulo Roberto Garcia; Tesoureiro: José Carlos Bernardes de Fraga; 2ª Tesoureira: Maria Conceição Lopes Fontoura. Nos Departamentos: Departamento de Assistência e Convênios: Maria Hedy Lubisco Pandolfi; Departamento de Imprensa: Alcides Garcia De Almeida; Departamento de Patrimônio: José Luis Antunes da Silva; Departamento de Esportes: Adir Franco Corrêa; Departamento Jurídico: Yara Coelho Carbonell; Departamento de Cultura: Helena Beatriz Petersen.

No ano de 1987 acontece uma grande vitória para a carreira do funcionalismo público federal: foi aprovado o projeto de lei da Isonomia salarial aos trabalhadores das universidades autárquicas e fundacionais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em 31 de março de 1987: “Salário igual para trabalho igual”. Para

que a Lei da Isonomia²⁵ fosse colocada em prática, era necessário novo plano de cargos e salários (PCS) e uma nova tabela salarial, ou seja, regulamentação da lei em um prazo de 90 dias. A definição do PCS foi fundamental para estabelecimento de piso de 3 salários mínimos. Para tanto, foi necessário reajuste de 78,46% sobre a atual tabela de funções. Devido a algumas intransigências do governo, a Federação (FASUBRA), na ocasião, decidiu deflagrar greve para que as reivindicações fossem atendidas e como último recurso no processo de pressão nas negociações com o governo. A greve foi deflagrada em 23 de abril de 1987. O principal eixo da greve foi: Reabertura imediata das negociações, aposentadoria integral, participação FASUBRA/ANDES na comissão para elaborar plano de cargos e salários, elevação salarial de 29,41% sobre a folha de março das fundações e elevação salarial de 35% sobre a folha das autarquias. A Federação das Universidades Brasileiras, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (FASUBRA/ANDES/CRUB) estavam negociando com a comissão interministerial do Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (MEC/SEDAP) a proposta de regulamentação da isonomia.

Também neste período, uma conquista adquirida em 1985 e implantada em 1987 foi a conquista das 12 Referências²⁶. O Conselho Universitário aprovou estender o reposicionamento em 12 Referências para todos os funcionários do quadro e tabela permanentes da UFRGS, inclusive inativos²⁷, ex-tabelistas²⁸, servidores em final de carreira e os posicionados na tabela permanente. Assim corrigiu-se a injustiça que existia nas Referências desiguais. Essa correção só foi

²⁵ Os trabalhadores das Universidades e do Executivo, recebiam salários diferentes do Legislativo e Judiciário. Com a lei da Isonomia, "Salário igual para trabalho igual", todos trabalhadores com atividades iguais passariam a ganhar o mesmo salário.

²⁶ As Referências eram níveis de progressão, de evolução na carreira por mérito, que foi concedido pelo ex-presidente João Figueiredo em 1985, em uma forma de regulamentação de progressões. As 12 Referências, foram progressões concedidas com ganhos salariais. Em anexo a Tabela das 12 Referências (ANEXO C).

²⁷ Também chamados de aposentados.

²⁸ Ex-tabelistas, eram pessoas que ingressaram na Universidade em tabelas permanentes, como já abordado anteriormente, esses tabelistas eram contratados em processo seletivo diferenciado, e recebiam além do vencimento, uma complementação diferenciada do quadro, por gratificações.

possível pela pressão da Assufrgs, que organizou a luta na justiça e articulou com diretores de unidade, pró-reitores e reitor para garantir boa votação no Conselho Universitário (CONSUN). Em enquadramentos anteriores (1976, por exemplo), muitos colegas foram mal enquadrados, tendo que entrar na justiça posteriormente para rever, e, somente assim, reposicionar-se adequadamente.

Neste período, o governo Sarney congelou preços e salários, e a inflação de maio chegou a 23,2%. O Plano Bresser acabou com o gatilho e estabeleceu o sistema de reajuste trimestral pela média da inflação acumulada dos últimos 3 meses, mas o objetivo não era conter a inflação, e sim aumentar as exportações, criando condições para suspender a moratória, fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional e pagar a dívida externa. A Central Única de Trabalhadores convocou greve geral contra o pacote, arrocho salarial e fim do gatilho.

O Decreto do plano Bresser concretizou a política de arrocho salarial. Orientada para pôr fim às conquistas econômicas dos trabalhadores e garantir os grandes monopólios nacionais e internacionais, a política econômica da Nova República.

Em meio a essas batalhas salariais, a Comissão Interministerial e a FASUBRA passaram o ano de 1987 modificando prazos e propostas, mas a mobilização geral em defesa da isonomia de salários no serviço público e contra o arrocho continuaram. Desde o início das negociações, a FASUBRA alertou para a necessidade de contínua mobilização em defesa do PCS, lei da isonomia da antecipação de 35% para autarquias e 20% para fundações, da negociação dos pisos salariais mais os gatilhos.

Depois de muitas discussões, o MEC envia uma proposta para avaliação são dezesseis capítulos de parte normativa, sem anexos. Os pontos são: tabela salarial, número de nível por subgrupo, diferença percentual entre os níveis, rol de cargos e descrição, alocação dos cargos nos grupos e subgrupos, metodologia da estruturação dos cargos e percentual de sobreposição de tabelas salariais.

Analisando melhor as condições, pode-se tirar as seguintes conclusões: que a clientela de enquadramento como foi redigida só se traduz em garantia para integrantes dos atuais planos existentes nas Instituições de Educação Superior (IES); comparando a propostas para professores e técnico-administrativos, nenhum técnico poderá disputar um cargo de direção ou assessoramento de nível superior, violando o processo de democratização do movimento; a quantidade de grupos e subgrupos podem gerar, manter ou aprofundar distorções existentes; não há nenhuma garantia de extinção das macro categorias. No ingresso do servidor, a redação pode deixar a critério das IES alocação de vagas existentes para concurso público, concurso interno ou transferência, sem prioridades para os referidos institutos. Está clara a investida para retirar uma conquista das Instituições de Educação Superior Fundacionais e aprofundar a distorção na ascensão funcional das autarquias. Além disso, realizado o concurso público, não só se obriga a obedecer a ordem de classificação, como também não estipula tempo de validade do concurso e o número de vagas. Isso pode levar a que os profissionais das Instituições de Ensino Superior, mesmo qualificados, não tenham acesso ao concurso público interno. A lotação global não é bem assim; dispensa autonomia universitária no momento que submete à aprovação do Presidente da República, Ministro da Educação, não só a lotação inicial, bem como alterações desta natureza. Já o MEC propõe jornada de trabalho de 40h semanais; uma clara intenção do aumento da jornada de trabalho para pelo menos metade dos funcionários, ou seja, isonomia pela maior jornada. O projeto não traz em seu bojo nenhum dispositivo que garanta o cumprimento da lei de salário mínimo profissional das profissões regulamentadas.

Ao colocar a readaptação, no caso, se for por saúde, é uma forma de produzir em outra área, mas se for por extinção do cargo, pode ser uma violência com o servidor, que pode ter suas atividades mudadas sem aquiescência. Além do mais, com o objetivo de minar a atividade sindical, o governo proíbe a possibilidade de afastamento de qualquer servidor, não só para exercer atividade sindical de direção, mas também para participar de reuniões, seminários, plenárias ou congressos sindicais. E sobre afastamento, qualquer servidor pode ser emprestado sem consulta

prévia para qualquer órgão federal ou administração pública; limita a concessão da suspensão contratual, sem vencimentos por dois anos no seguinte sentido: só será possível concessão de uma licença a cada 10 anos; e condiciona a aceitação no interesse das Instituições de Educação Superior. Sobre a rescisão contratual, qualquer um dos técnicos, sem motivo aparente, pode ser demitido sem qualquer direito de defesa. A comissão faz duas concessões: quinquênio para todos à partir de 01 de abril de 1987 e direito de transformar em abono pecuniário, 1/3 das férias e outras concessões: aposentadoria integral e auxílio-doença. Às profissões que tenham como exigência a experiência comprovada não será possível sua ocupação por concurso interno, a menos que os servidores que se candidatarem tragam consigo experiência externa a Instituições Federais de Ensino Superior ou então estejam, naquele momento, em desvio de função;

Não está contemplada a promoção por tempo de serviço, e os interstícios para promoção atualmente em vigor foram abandonados. Só terá direito à promoção em outubro de 1988, mantendo a avaliação em vigor. A educação formal não é incentivada e não tem como avaliar melhor porque falta o anexo. Em caso de Remoção: se o servidor quiser sair, dependerá de dois acordos; Se a chefia quiser, transfere o servidor a sua revelia. Proíbe o desvio de função; estende aos aposentados estatutários os direitos de plano, exceto os incentivos. Mantém os direitos que cabe aos celetistas e estatutários no que requer a isonomia. A Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA) é órgão de assessoramento das Instituições de Educação Superior para formulação de política de pessoal. O enquadramento, chamado de classificação no documento, pode ferir o acordo da greve de abril, onde se previa enquadrar todos os servidores na atividade exercida.

Percebe-se falsa contraproposta do governo. Uma clara política de pessoal autoritária; uma concepção de universidade que não permite que o saber seja descentralizado e, por consequência, democratizado; coerência com política de enfrentamento com a classe trabalhadora por parte do Estado e da burguesia, agradar ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e pagar a dívida externa. Essa proposta da comissão interministerial foi rejeitada pelos servidores da UFRGS, que

exigem que a discussão fosse com base na proposta da FASUBRA. O governo tinha até 13/07/1987 para regulamentar a isonomia, e não ocorreu a regulamentação. E então, a Federação, junto com o Comando de Greve, resolveu intensificar as ações. Até então, eram 30 universidades em greve. O governo Sarney estava sendo intransigente em negociar as pautas com a categoria. Conseguiu reverter algumas propostas iniciais, como a administração do plano pelo MEC, ingresso por concurso público após concurso interno, incorporação DAI e DAS²⁹, venda de férias, salário mínimo profissional, complementação auxílio-doença, licença gestante, enquadramento por atividade exercida, respeito aos pisos e estabilidade (para trabalhadores das Fundações). No entanto, alguns pontos ainda não puderam ser atendidos: isonomia em todos os sentidos, estabilidade, aposentadoria integral, tabelas salariais, jornada de 30h, intersecção das tabelas, cargos em comissão, comissão paritária de enquadramento e prazos das promoções. Além de outros pontos indefinidos: lista de cargos e sua posição na tabela salarial, critérios de promoção e cronograma de negociação do plano de cargos e salários.

O Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, chamou a FASUBRA para comunicar que iria se reunir com o Ministro Aluísio Alves e o Presidente Sarney para despachar e entregar o decreto de regulamentação. Chegada a hora, Sarney assinou o decreto-lei da isonomia. Faltava, então, formar a comissão para avaliar o enquadramento. Nas universidades, os sindicatos, de maneira informal, já foram organizando a documentação e fichas com as informações necessárias. O MEC convocou os dirigentes dos departamentos de pessoal das autarquias e fundações, das escolas técnicas e cinco membros de cada entidade (FASUBRA, ANDES e CRUB) e criou cinco comissões para a negociação: 1) Comissão para descrição de cargos; 2) comissão para enquadramento técnico-administrativo; 3) comissão para enquadramento docente; 4) comissão para função de confiança; 5) comissão para

²⁹ São gratificações previstas na Lei 6732 de 4 de dezembro de 1979, constantes no Art 2º O funcionário que contar seis (6) anos completos, consecutivos ou não, de exercício em cargos ou funções enumerados nesta Lei, fará jus a ter adicionada ao vencimento do respectivo cargo efetivo, como vantagem pessoal, a importância equivalente a fração de um quinto (1/5 a) da gratificação de função do Grupo Direção e Assistência Intermediárias; b) da diferença entre o vencimento do cargo ou função de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores ou do cargo de natureza especial previsto em Lei, ou da Função de Assessoramento Superior (FAS), e o do cargo efetivo.

redação. A portaria de cargos e salários foi assinada pelo ministro. A universidade teve o prazo de 60 dias, a partir de 31/08/87, para fazer o enquadramento e apresentar ao MEC. Na UFRGS, uma comissão nomeada pelo reitor fez a análise do enquadramento para encaminhar a comissão do MEC, composta por seis pessoas, sendo cinco indicadas pela reitoria e uma pelos funcionários. Todas as universidades receberam um telex informando que a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) não vai liberar dinheiro para o pagamento da isonomia em 1987. Além disso, se o pagamento não for feito, cai em exercício findo e, para sua liberação, será necessário um pedido de verba especial no ano subsequente (1988), que demorará mais tempo para ser liberada e vem sem juros e correção monetária.

Uma orientação do reitor é que se deva formar, nas unidades e nos órgãos auxiliares, suplementares e da administração central, uma comissão para, em articulação com a comissão de enquadramento, realizar os trabalhos de levantamento e conferência de dados funcionais dos servidores para o enquadramento no novo plano. A comissão criada pelo Reitor Francisco Ferraz já começou a trabalhar. Neste primeiro momento estavam sendo discutidos os critérios empregados durante o trabalho. Em princípio, a comissão foi dividida em subcomissões: uma para enquadramento docente e outra dos funcionários. A comissão dos funcionários, que terá o maior volume de trabalho, foi composta por cinco pessoas, e a dos professores composta por sete pessoas. O ministro Aluísio Alves, da SEDAP, baixou o decreto 94.993, de 02 de outubro de 1987, que dispõe sobre a classificação dos servidores no plano único de classificação e redistribuição de cargos e empregos a que se refere a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987. Este decreto dificulta o enquadramento dos servidores em alguns pontos. A FASUBRA diz que as últimas normas da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP) tornam praticamente impossível a aprovação de qualquer enquadramento e que o exame minucioso vai levar aproximadamente dez meses. O prazo para entregar o enquadramento era 04 de dezembro. A FASUBRA avaliava entrar em greve, pois algumas pautas ainda não estavam contempladas pelo governo, como o pagamento da isonomia ainda em 87, a reposição salarial das perdas de março a setembro de 87, a garantia e manutenção das 12 referências, a

jornada de trabalho de 30h, a garantia dos quinquênios e a revogação do Decreto 94.993/87. Na ocasião, também haveria o V Congresso da FASUBRA, em Viçosa. As bases deveriam eleger os delegados para o congresso que aconteceria de 03 a 06 de janeiro.

Iniciou-se, no período, as discussões de uma universidade mais democrática com as eleições diretas para reitor. Foi uma batalha, sendo que a questão era a participação dos seguimentos no processo de eleição. Eram três as possibilidades: 1- Voto proporcional: estabelece um valor para cada categoria. 2- Voto paritário: quando todas as categorias estão representadas com a mesma força. 3- Voto universal: considera que todos os indivíduos são iguais e devem ter a mesma força independentemente do número de indivíduos de cada categoria. Essa temática perdurou por algum tempo.

Em meio às discussões, a Procuradoria Geral da República emitiu o parecer n. 38, no Diário Oficial da União de 30/10/1987, mandando cortar as 12 referências. Foi um impacto muito grande, já que geraria muitas perdas salariais. A FASUBRA entregou ao MEC um documento assinado pela FASUBRA, ANDES e CRUB, denunciando as graves consequências do Decreto-Lei 2365/87 para o nosso Plano e propôs algumas medidas para sanar as problemáticas causadas.

A greve já avançava com mais de 500 funcionários parados. As pautas eram: Enquadramento Já, com pagamento de 87, reajuste de 59,36% e a da tabela do Plano de Cargos e Salários (PCS), e contra o corte das 12 referências. Depois de muito esforço, a comissão de enquadramento da UFRGS fez o pré-enquadramento e disponibilizou a listagem para correções. O CRUB insistiu com MEC para acatar as 12 referências que já tinham sido cortadas, mas o MEC foi irredutível na decisão. O Número de Instituições de Educação Superior em greve só aumentava, e poucas conseguiam enviar o enquadramento pronto ao MEC. A Tática do MEC é aprovar o enquadramento de pequenas Instituições de Educação Superior sem grandes repercussões financeiras e devolver propostas das grandes. Na audiência com o secretário geral do MEC foi colocada a gravidade da situação das universidades, onde se somam: cortes de verbas e pessoal, das verbas de custeio e capital,

enquadramento dos técnicos e perda da autonomia das IFES, garantidas pela lei da isonomia. O MEC respondeu o seguinte: Que não dará autonomia ao enquadramento. A demora no enquadramento é deliberadamente culpa das universidades. Quanto às 12 referências, o MEC acatou o parecer do Procurador Geral da República. Quanto ao índice de reajuste, o Ministro Napoleão e o Ministro Aluísio Alves estariam ponderando. Algumas pautas conseguiram ser atingidas: correção da tabela salarial; Respeito aos pisos de abril e só gatilhos; Dispensa somente por justa causa; Enquadramento pela atividade exercida e levando em conta o tempo de serviço; Administração do Plano pelo MEC; Complementação do Auxílio doença; Ingresso por concurso público depois de concurso interno; CPPTA com direito de fiscalização; Quadro de pessoal global; Definição de grandes grupos de acordo com a proposta da FASUBRA; Transferência só a pedido; Comissão de enquadramento; Remuneração do cônjuge servidor transferido quando ambos forem transferidos; Extensão aos aposentados e pensionistas; Plano de capacitação com orçamento próprio; Transposição dos cargos para o novo Plano será como a proposta da FASUBRA; Correção do enquadramento dos tabelistas; Salário mínimo profissional; Venda de 1/3 de férias (para todos); licença-gestante de 4 meses; Proibição do desvio de função; Quinquênio (para todos); Licença especial (licença-prêmio para todos); Afastamento para aperfeiçoamento; Licença para tratamento de interesses; e promoções por mérito, tempo de serviço e titulação, podendo ser cumulativas.

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras lançou nota nos jornais de Brasília, denunciando alguns pontos: 1) As universidades federais brasileiras estão enfrentando um gravíssimo colapso financeiro pelo não recebimento do terceiro crédito suplementar para o corrente exercício. Esse atraso ameaçava inviabilizar a conclusão do período letivo de 1987. 2) A implantação da isonomia salarial entre as universidades federais autárquicas e fundacionais vem enfrentando entraves burocráticos no MEC e está ocasionando greve dos servidores técnico-administrativos, o que causa transtorno na vida universitária, podendo prejudicar o vestibular, por exemplo. Os reitores estão insistindo junto ao MEC que tome providências ágeis e concretas, visando a superação da crise. 3) O decreto lei 2365,

de 37/10/1987, instituiu gratificações diferenciadas em lugar de índice de reajuste idênticos, o que reascendeu descontentamentos e feriu profundamente os princípios da isonomia. Sarney desautoriza ministros a negociarem em separado com FASUBRA, ANDES e CRUB. A conferência do enquadramento é morosa, pois o governo conferia ficha por ficha de enquadramento. Houve uma reunião com o MEC, UNE, CNG/FASUBRA, entre outras entidades, para discussão da crise da universidade e a greve das IFES. Não foi aprovado nenhum enquadramento de autarquia. Devido a esta conjuntura, os atos em todo o país se intensificaram, e, na UFRGS, também houve ato pelas Diretas para reitor. A reitoria da UFRGS chegou a divulgar panfleto anônimo intitulado "Informação à comunidade Universitária", com informações tendenciosas e quem beiravam a inverdades, para tentar desmotivar o movimento grevista, o que acabou não ocorrendo, pois o movimento só sairia da greve com reajuste da tabela salarial e aprovação do enquadramento. Em outras universidades do país, ocuparam as delegacias regionais do MEC; até prisões ocorreram. A pressão do movimento e a notícia de que, devido à greve, até os vestibulares poderiam ser inviabilizados, acarretou uma reunião com governo, onde o secretário geral afirmou que a função do grupo é propor soluções e que sem repercussão financeira não há condições de negociar o índice de reajuste. O enquadramento do MEC tem as seguintes características: a) processo moroso de discussão; b) não conta tempo no enquadramento para casos de correção de desvio de função; c) não considera o tempo de serviço público federal para casos de recontrações; d) Não corrige nenhum desvio de função para nível superior; e) as 12 referências apontam para perda salarial, em alguns casos (nível superior).

A pressão com o governo aumentava e os vestibulares foram adiados em nove universidades. Houve o rompimento de negociações total e agressivo por parte do MEC, que se recusava a receber comissão de negociação; a Cassação, pela SEDAP, de direito ao enquadramento de nível superior e o corte total das 12 referências a partir de dezembro demonstrou a intenção do governo em prejudicar o Plano de Carreira.

Por fim, ao final de dezembro de 1987 foi aprovado o enquadramento e publicado no Diário Oficial da União. Cabe cobrar a liberação dos recursos da

UFRGS pelo MEC. Contudo, a SEDAP não aprovou a correção da tabela de desvio de função para nível superior, e, na avaliação do movimento, a greve na UFRGS teve problemas desde o início, a devido ao enquadramento e o plano de cargos e salários. Em consequência, houve dificuldades na mobilização. Além disso, os servidores estiveram indiferentes em relação a qualquer movimento em relação à política em geral. Uma parcela da categoria está insatisfeita com seu salário, o que evidencia a não compreensão política do que foi a conquista do plano de cargos e salários e das 12 referências, além dos gatilhos, URP (Unidade de Referência de Prelos) e gratificações. A greve foi encerrada, pois havia falta de perspectiva de negociação, que já vinha sendo anunciada, tendo como pano de fundo a política geral do governo, de medidas recessivas e de arrocho salarial, cortes drásticos dos gastos públicos, aliada ao fato de que a maioria dos funcionários não chegou a acreditar na possibilidade de pagamento da isonomia em 87. Havia, também, fatores internos, como: o panfleto divulgado pela administração e esquemas alternativos montados pela administração para manter funcionando setores essenciais. Logo no início, a FASUBRA conseguiu negociar com o MEC, e a greve fez apressar o enquadramento. Devido à divulgação do panfleto, foi possível que os funcionários cobrassem do reitor a viabilização do pagamento da isonomia. O pagamento da isonomia ainda não havia ocorrido até o momento e provavelmente não seria feita ainda em 87. A greve continua com a intensificação das discussões internas sobre as novas condições que serão enfrentadas para o próximo ano, dependendo da conjuntura.

Os temas que mais se destacaram em 71 Boletins Informativos foram: Lei da Isonomia, Carreira e Enquadramento. Nestes três pilares, a luta se centrou, durante o ano de 1987, e duras batalhas foram travadas, mas com grandes vitórias.

A seguir, distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1987.

Ilustração 14– distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1987

The illustration features three words in green cursive script: 'Carreira' at the top, 'Isonomia' in the middle, and 'Enquadramento' at the bottom. Below these, a large red 'L' is drawn on the left, and a red 'ei' is drawn on the right, with the 'L' and 'ei' appearing to be part of a larger, partially visible word.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.2 1990, ano da adesão ao SINTEST/RS.

No ano de 1990 acontecia o fim da Guerra fria e o colapso da União Soviética. No Brasil, estávamos entrando na Era Collor. O Ministro da Educação era Carlos Chiarelli, precedido de José Goldemberg e Eraldo Tinoco. A Ministra da Economia era Zélia Cardoso de Mello, precedida de Marcílio Marques Moreira (conforme apêndice A). A moeda era o cruzeiro e a inflação era galopante. A dívida externa avultava. Neste momento de instabilidade econômica, Collor confiscou a poupança. Neste cenário se insere a memória dos Boletins Informativos da Assufrgs Sindicato.

Os anos de 1988 e 1989 foram anos de batalhas sindicais. Contudo, como já abordado anteriormente, ficou fragmentado, porém não esquecido, pois em alguns momentos poderão ser retomados, e é nesses momentos que traços de memórias serão recordados. Um ponto que foi debate nestes anos e retomado a partir de 1990

foi a necessidade de ter um sindicato próprio e, desde o início do ano, a discussão em torno do tema foi pautada e foram realizadas assembleias em torno da possibilidade para aderir em conjunto pelos trabalhadores da educação do Rio Grande do Sul, através de suas entidades de base das instituições públicas de 3º grau, e os trabalhadores do HCPA, que é o único hospital escola no Brasil que está diretamente vinculado às universidades. A forma de sindicato vigente, de Imposto Sindical (desconto obrigatório de um dia de trabalho por ano de todos os trabalhadores sindicalizados ou não), não é aprovada pela categoria, pois parte do imposto vai para o Ministério do Trabalho e o restante é devolvido para sindicatos e federações. Pensando nisso, o sindicato deve ser mantido com contribuição da categoria decidida em Assembleias Gerais democraticamente convocadas. Luta-se por uma Contribuição Assistencial, que tem seu valor decidido em Assembleia Geral e descontado apenas uma vez por ano. A FASUBRA, em Conselho de representante, propôs às Associações de Servidores e aos Sindicatos filiados, o desconto de 1% do Salário Bruto de todos os servidores com Contribuição Assistencial. No caso da Assufrgs, será enviada para a FASUBRA, que é a representante na mesa de negociação, e esta verba será utilizada para investimentos na área de formação sindical - realização de cursos, congressos, seminários-, para custear os gastos da entidade durante a campanha salarial e para a realização de outras campanhas que envolvam a FASUBRA como um todo. Na universidade, a discussão está aberta para todos opinarem e decidirem em assembleia quando vai ser descontado e autorize a Assufrgs a receber a contribuição e repassar à FASUBRA. A discussão em torno de sindicato próprio perpetuou no decorrer do tempo do Sindicato. Desde quando começou a falar em eleição da Assembleia Nacional Constituinte, em fins de 1985, o funcionalismo federal vislumbrou uma de suas reivindicações mais importantes, enquanto categoria profissional: o direito à sindicalização. Mas para que serve um Sindicato se nós temos a associação? O tema foi incluído na pauta da discussão do Congresso Nacional da FASUBRA, e em congressos de todos estes anos 85, 86, 87, 88, 89. Nas associações, o debate surge poucos meses antes, de forma tímida, mas, atualmente, ele tem uma amplitude bastante grande, pois o passo inicial já foi dado: a Constituição de 1988, garante o direito de sindicalização dos servidores públicos,

revogando, automaticamente, a proibição que consta no Estatuto do Servidor, a lei 7511, de 1959. A Comissão Estadual de Estudos Jurídicos Pró-Sindicato encerrou mais uma etapa dos trabalhos, visando a elaboração de uma proposta para os Estatutos da Entidade. O trabalho da comissão será discutido durante o Seminário Estadual sobre Sindicato, em Porto Alegre. O Congresso de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Ensino de Terceiro Grau no Rio Grande do Sul – SINTEST/RS foi realizado após muita discussão sobre todos os pontos do Estatuto a fim de encontrar uma definição mais democrática e avançada. O Sindicato-SINTEST/RS foi fundado em agosto de 1990. Estiveram presentes as delegações de Rio Grande, Santa Maria, Pelotas, Faculdade de Ciências Médicas e do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Os 95 congressistas participaram de um momento histórico na luta e de grande avanço em nível nacional do movimento dos trabalhadores das universidades. O SINTEST/RS abriu, conforme deliberação da Assembleia Geral, a consulta-plebiscito sobre a incorporação da Assufrgs ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro-Grau - SINTEST/RS. A transformação da Assufrgs em Seção Sindical, visando a incorporação ao SINTEST/RS, contou com plebiscito: sim PARA AVANÇAR³⁰, em uma Assembleia-Plebiscito dos associados da Assufrgs. A Comissão Eleitoral anunciou o resultado oficial do plebiscito de consulta sobre a transformação da Assufrgs em Seção Sindical do SINTEST/RS. O pleito foi realizado e os números da Comissão Eleitoral mostram, entretanto, que o quórum almejado, que era de 50% mais um voto - 2,026 associados presentes - não foi alcançado, e o número total de participantes no plebiscito foi de 47,7%, isto é, 1.931 pessoas. Faltaram 95 presentes para que se atingisse a meta programada. Na seção da assembleia permanente, instalada com o objetivo de decidir sobre a incorporação da Assufrgs ao Sindicato dos Trabalhadores em Ensino de Terceiro Grau - SINTEST/RS decidiu-se pela prorrogação da consulta plebiscitória, definindo um intervalo maior para a recepção dos votos dos associados que ainda não compareceram às urnas. Após o período, efetivou-se a incorporação.

³⁰ Este foi o título dado ao plebiscito. SIM PARA AVANÇAR.

Neste mesmo ano aconteceu o 7º Congresso da FASUBRA, de 1º a 7 de abril, em Fortaleza, Ceará, para debater e deliberar sobre a implementação dos Sindicatos, a estratégia frente ao novo Regime Jurídico, a política educacional e a de saúde. A CUT-Metropolitana realiza Congresso para reativar regional e a comissão intersindical que vem discutindo o tema marcou, para os dias 28 e 29 de julho, a realização do Congresso, visando a eleição da nova diretoria e discussão do plano de lutas para este período.

Um outro ponto muito discutido em 1990 foi a sucessão para reitor. A saída do professor Gerhard confirma seu desinteresse pelas questões da Universidade Pública e Gratuita. O abandono repentino da reitoria da UFRGS não surpreendeu a comunidade universitária. Foi uma atitude perfeitamente previsível, de uma pessoa que lançou mão de protocolos ilegítimos e de influências subterrâneas para se adornar de um determinado poder e que não hesitou em desonrar sua palavra de professor universitário, empenhada perante o público em um debate eleitoral. O CONSUN negou pedido de vistas em reunião do conselho e decidiu legalizar sucessão na UFRGS. Quem ocupará o lugar do professor Gerhard será o vice-reitor, professor Tuiskon Dick, depois da negação do pedido de vistas ao parecer na Comissão de Legislação do CONSUN, feito pelos representantes dos funcionários e dos alunos. O procedimento tinha como objetivo o confronto dos pareceres do CONSUN e o da comunidade universitária. Quando foi negado o pedido de vistas ao parecer solicitado à Comissão de Legislação e Regimentos, foi legalizada a investidura do vice-reitor no cargo máximo da UFRGS. A universidade, desde março, estava sem reitor, quando o professor Gerhard Jacob trocou o gabinete por uma cadeira na presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). O posicionamento das quatro entidades representativas do movimento docente, discente e de funcionários da UFRGS sobre a sucessão na universidade foi levado ao secretário nacional do ensino superior do MEC, Silvino Lopes Neto, na Delegacia do MEC, em Porto Alegre.

Um assunto que vinha sendo abordado antes de 1990 era o RJU – Regime Jurídico Único - e DPC - Diretrizes de Planos de Carreira -, pelo então ex-presidente José Sarney. Em outubro de 89, o poder executivo enviou ao Congresso Nacional

sua proposta de Regime Jurídico Único (RJU) e de Diretrizes de Planos de Carreira (DPC). Desde então, as entidades representativas dos servidores públicos federais estão no Congresso Nacional discutindo essas questões. Foram realizados dois seminários na Câmara dos Deputados e também três fóruns nacionais sobre o RJU e DPC. No fim do ano passado (1989), o governo anterior remeteu para o Congresso Nacional dois projetos de Lei. O primeiro dispunha sobre o novo regime jurídico para os servidores públicos federais. O segundo propunha diretrizes para o estabelecimento dos planos de carreira para os órgãos e entidades da União. Os projetos estão engavetados no Congresso Nacional sem que tenham sequer tramitado até as comissões que devem se pronunciar a respeito. Enquanto o Ministro Carlos Chiarelli aguarda a contraproposta dos reitores das universidades federais, pelo Congresso Nacional as notícias são de que o governo Collor quer ver o novo regime jurídico aprovado o mais breve possível. A proposta do Regime Jurídico Único – RJU -, apresentada pelo presidente Collor ao Congresso Nacional, é preocupante. Passa os funcionários celetistas concursados para o estatuto - lei nº1.711. Os não concursados deverão fazer um concurso e, se forem aprovados, serão enquadrados neste mesmo estatuto. A Câmara Federal aprovou o projeto de lei do Regime Jurídico único, mas ele deverá passar pelo Senado e pela Presidência da República para ser sancionado. Regime Jurídico Único e Diretrizes de Plano de Carreira voltam para a Câmara Federal, pois a definição foi adiada para após as eleições. Na semana anterior, a matéria foi votada no Senado, que aprovou um substitutivo apresentado pelo Senador Cid Saboya, relator da Comissão de Justiça e Cidadania, que retornou à Câmara e foi aprovado. RJU aprovado no Congresso. Falta a sanção do presidente. Os CLTistas passarão a ser estatutários. Um Regime Jurídico Único é um imperativo constitucional e regime único para os três níveis do Poder Público - União, Estado e Município. Já as Diretrizes de Plano de carreira foram adiadas para decisão na nova legislatura. O fórum de entidades de servidores públicos que acompanha o assunto em Brasília, em reunião com o Senador Cid Sabóia de Carvalho, recebeu a informação de que a matéria deverá continuar em sua tramitação no Senado a partir do reinício dos trabalhadores, em fev. 1991.

Em 1990, as universidades públicas federais estavam ameaçadas de interromper as atividades. A previsão foi oriunda das contas do próprio Ministério da Educação e foi confirmada indiretamente pelo ministro Carlos Sant'Anna. As verbas para custeio - investimentos em geral e contas, sem incluir salário - cresceram muito pouco, em termos reais, no orçamento de 1990 - de NCz\$ 1,55 bilhão para NCz\$ 1,83 bilhão, em valores mensais, e, se o processo inflacionário continuar e não for parada pelo então presidente Fernando Collor, as perspectivas para as universidades não são boas.

A avaliação da FASUBRA é que, diante da frequência dos comentários extraoficiais, deverá se confirmar a edição de um pacote para as IFES, buscando adequá-las ao Plano Collor, que já as afeta com os cortes de subsídios aos restaurantes universitários, transportes, verbas, entre outros. O Movimento Nacional em Defesa das Estatais e do Serviço Público definiu uma proposta de calendário de lutas, durante a plenária em Brasília, com a presença de 134 entidades. ASSUFRGS, ADUFRGS e DCE estiveram no sexto andar da reitoria para debater a crise instalada na UFRGS pelo governo Collor. Na audiência, a Associação cobrou a divulgação do levantamento de gastos da universidade, prometida pelo professor Dick, há uma semana, e que não aconteceu. A assembleia tratou, especificamente, da crise instalada na universidade a partir da exigência do corte de 30% dos gastos com pessoal. Houve protesto no Campus do Vale, que reúne 300 pessoas, aproximadamente. Os servidores são contrários a qualquer corte de verbas na UFRGS. Este posicionamento foi mostrado durante o último dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade Pública. O ato foi chamado pela Assufrgs. As demissões na UFRGS atingiriam 1.760 funcionários, entre técnicos e professores. A informação apoiou-se em um documento da Secretária de Planejamento do governo, quando ele cobrou o corte de 30% em todas as universidades. O número é representativo e a atitude da associação foi duramente criticada. Collor garante demissão de 360 mil - ele não se importa em "patrolar"- e, com resistência de reitores, o presidente Collor de Melo chamou os ministros para cobrar a execução da reforma administrativa - leia-se demissões - no serviço público, dando um novo prazo para o início dos processos.

As perdas salariais são significativas, e os 44,8% da inflação de abril (1990) vêm comprovar a perda do poder real de compra dos salários que o Ministério da Economia insiste em negar. No entanto, ao refazer as contas das perdas salariais provocadas pelo Plano Callote (uma forma de ironia ao Plano Collor) percebe-se que o resultado é de 166,47%; exatamente 72,78% a mais que os 54,47% da conta anterior.

Nesta etapa do processo é necessário ampliar a greve nacional contra as demissões e pela reposição dos 166% de perdas, e a FASUBRA indica a continuidade da greve nacional das universidades e reforça a necessidade de ampliar a paralisação - Foi decretado o estado de alerta na UFRGS, visando a rápida mobilização dos funcionários contra qualquer corte que haja nas verbas ou pessoal. Esta foi uma das principais decisões aprovadas na assembleia geral da categoria, marcando o Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade, das Estatais e da Democracia -. Apesar do grande esforço feito pelo professor Dick, no sentido de tranquilizar os servidores da UFRGS, garantindo que não haverá demissões, os jornais têm publicado, todo os dias, as metas de contenção de gastos do governo, onde estão incluídas as 360 mil demissões na administração direta e indireta. O governo Collor vai promover cortes nas universidades. Esta informação veio de Brasília, após reunião do CNG e FASUBRA com representantes do MEC, ocorrida no dia seguinte ao das negociações com os reitores. O MEC, segundo Secretaria Nacional de Ensino Superior, não está satisfeito com as proposições apresentadas pelos reitores e, se elas não forem alteradas, o Ministério utilizará de instrumentos mais fortes para garantir sua meta de redução de gastos nas IFES. Neste sentido, é preciso ampliar a mobilização. O endurecimento do governo não foi novidade. A meta da demissão de pessoal está impregnada em todo o primeiro escalão governamental. Sintomas deste endurecimento são notados em todos os momentos que representantes do governo falam na reforma administrativa.

Cerca de 400 trabalhadores participam da manifestação contra o Plano Collor, em frente ao Hotel Plaza São Rafael, onde acontece o Fórum da Liberdade. O protesto foi convocado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, Fórum Estadual em Defesa das Estatais e Serviço Público, CPERS - Sindicato, entre outros. Lançando mão de

muita propaganda e de duras ameaças a milhares de trabalhadores, o Presidente Fernando Collor está mesmo disposto a fazer a reforma administrativa e colocar na rua, ou no banco de reservas, cerca de 380 mil funcionários públicos federais, em uma clara intenção de privatizar o Brasil o mais rápido.

O último Conselho de Representantes da FASUBRA indicou à diretoria da entidade a deflagração de uma campanha para pedir a inconstitucionalidade da Medida Provisória 193 - sobre a política salarial -. A Medida Provisória não inclui os servidores públicos federais no rol das categorias que receberão as perdas salariais decorrentes do Plano Collor.

Como a situação tornou-se insustentável durante o Plano Collor, os rumos da greve estavam sendo tomados. O Plano Collor trouxe o maior arrocho da história do país. Os trabalhadores sentem isso a todo o momento. O dinheiro não dá mais nem para pagar as contas. As necessidades básicas do trabalhador e sua família não são mais atendidas. Os trabalhadores não assistem sem reação a esse festival de ataques. As greves se sucedem: metalúrgicos de São Bernardo e Volta Redonda, ferroviários, metroviários, professores estaduais e particulares e eletricitários foram algumas das mais importantes categorias que já se colocaram em luta. Trata-se de uma greve que se choca de frente com o Plano Collor e com os objetivos do governo de manter baixos os salários dos trabalhadores, principalmente dos funcionários federais. A luta tem ensinado que de nada adianta uma grande articulação de entidades preparando uma greve geral - nem negociações com o governo - se na base a greve não estiver bem discutida pelos trabalhadores. A inflação já consumiu 318% do salário dos servidores públicos federais e a reposição, de acordo com o governo, virá somente em janeiro do ano que vem (1991). O Congresso Nacional dos Servidores Públicos, além de deliberar sobre a formação da Confederação Nacional dos Servidores, definiu a data da deflagração da greve nacional, visando a conquista desta reposição - a mais alta nos últimos anos -. Até final do ano (1990) o salário vai perder 90% do poder de compra. Desde que o governo apresentou seu plano econômico e anunciou o congelamento de salários, os trabalhadores retomaram a rotina de fazer as contas apertadas no dia do pagamento, tentando esticar ao máximo o salário do mês.

A paralisação atingiu 60% dos funcionários da universidade que reivindicam a reposição salarial de 318%, juntamente com outros trabalhadores do serviço público federal. Depois de mobilizações ocorridas nos campi, funcionários se reuniram no saguão da Reitoria para entregar a pauta de reivindicações internas ao professor Dick. Ele não estava, mas o pessoal foi atendido pelo seu substituto, o professor Geraldo Kroeff de Farias, que se comprometeu em defendê-la, dentro das possibilidades, no âmbito do CONSUN e da Administração. O professor concordou com as reivindicações, mas destacou que está interinamente no cargo.

Depois de muitas assembleias, começa a greve dos servidores públicos federais, que já é uma realidade em todo o país e é para conquistar os 318%. As negociações já começaram em Brasília. A FASUBRA-Sindical entregou a pauta de reivindicações ao MEC, enquanto o Comando Nacional Unificado abria as conversações com o secretário da Administração, João Santana. O primeiro dia de greve atinge 70% da UFRGS e comprovou a tendência que era sentida na categoria desde as mobilizações iniciais visando a campanha salarial. A primeira rodada de negociação com a Secretária de Administração do governo está acontecendo em Brasília, com o Secretário do Ensino Superior, Silvino Lopes, que será o interlocutor do Ministério para este assunto. Os professores da universidade terão importante assembleia quando será discutido o indicativo de adesão à greve nacional dos servidores públicos federais. O Vice-Presidente, Itamar Franco, recebeu Meneguelli e prometeu ligar para os Ministérios da Administração, Previdência e Educação para pedir a reabertura das negociações.

Os 19 dias de greve na UFRGS deram novo fôlego para o movimento dos trabalhadores em ensino superior. A greve gozou de ganhos políticos importantes e recolocou a mobilização nos mesmos índices da luta pela isonomia e pelo Plano de Cargos. O movimento ultrapassou as fronteiras da universidade, indo para a grande imprensa, e conquistou o apoio da sociedade gaúcha, mostrando-se através de manifestações na Câmara dos Vereadores e na própria compreensão daqueles que vieram para se inscrever no vestibular. A imprensa nacional noticiou que o governo atendeu ao pedido de Luís Antônio Medeiros e anunciou o índice de reajuste do funcionalismo federal. O Comando Nacional Unificado, após mais um dia de

reuniões com os interlocutores governamentais, informa que o MEC concorda com o recálculo da tabela salarial dos servidores das universidades, a partir do piso da tabela do restante do funcionalismo. Informa, ainda, que já existe uma equipe da Secretaria de Administração Federal trabalhando nesse sentido.

O Conselho universitário esteve reunido e, na ocasião, foi realizada a última etapa da reunião que discutiu a Reforma Administrativa na UFRGS. O professor Dick relatou a finalização das negociações do CRUB e da UFRGS com o MEC. A proposta da UFRGS, de redução de gastos em torno de 10%, foi aceita.

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA e o Comando Unificado enviaram para as entidades de base uma avaliação política sobre a recém-encerrada greve nacional dos servidores públicos federais. O documento destaca que a mobilização dos trabalhadores foi vitoriosa, embora a força da greve tenha ficado restrita aos setores da educação, saúde e previdência. A reposição salarial almejada não ocorreu, mas também se obteve ganhos políticos no crescimento quantitativo e qualitativo das manifestações, o que transpareceu nas passeatas, assembleias, piquetes na reitoria e nas paralisações. O movimento ultrapassou as fronteiras da universidade e foi parar na imprensa. A greve vinha em um crescente e obrigou o governo federal a entrar na negociação. A greve da UFRGS acabou, mas os funcionários públicos federais continuam mobilizados, lutando pela conquista da isonomia salarial entre as categorias, pelo não desconto dos dias parados, contra a privatização dos serviços essenciais e pela reintegração dos demitidos ou colocados em disponibilidade.

O presidente deixa servidor sem reajuste. A última jogada do presidente Collor afastou, por um ano, qualquer possibilidade de reajuste salarial para o funcionalismo federal; nem mesmo a reposição das perdas verificadas desde antes do Plano Collor, que já somam mais de 180%.

Campanha Salarial/91 – Começa a Campanha Salarial, já que dezembro é o mês de negociação coletivas dos servidores públicos federais, que têm sua data base em 1º de janeiro. Em todo o país as categorias estão preparando sua

mobilização, uma vez que a campanha não será da mais tranquila. O governo já indicou que vai endurecer. O sinal foi durante a greve do SPF, em setembro/outubro. O governo apresentou sua proposta para o reajuste salariais dos servidores públicos federais, apresentando, na última reunião de negociação, o índice de 75,38%. O MEC já deu o sinal verde para o recálculo da tabela salarial, solicitando, inclusive, a mudança, a partir de 1º de dezembro - e pediu a manifestação da Secretaria de Administração Federal (SAF) sobre um anteprojeto de lei a respeito, e a reposição pedida é de 448%, enquanto o governo ainda não ultrapassou os 81%.

Os temas que mais se destacaram em 55 Boletins Informativos foram: Campanha Salarial, Sindicalização, Contribuição Assistencial, Regime Jurídico Único, SINTEST/RS, Reforma Administrativa, Sucessão, CONFASUBRA, Plano Collor, Privatização, Arrocho Salarial, Reposição Salarial, Paralisação, Greve, Carreira, CUT, Tabela Salarial, Plebiscito, Plano Econômico, Plano Callote, Universidade Pública.

A seguir, distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1990.

Ilustração 15– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1990



Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.3 1991, mais um ano de Governo Collor e arrocho salarial

No ano de 1991 começava a Guerra do Golfo. Os países do Leste anunciam o fim da URSS e se aproxima do fim o primeiro ano do governo Collor, no Brasil. Um rápido balanço mostrará um ano em que o Produto Interno Bruto do país caiu 3,5%, o desemprego chegou a níveis insuportáveis e o salário mínimo é o mais baixo da história recente do país. Este ano, o governo ainda era de Fernando Collor de Mello, o que subentendia poucas mudanças quanto às expectativas dos servidores.

Neste ano, o sindicato passou a ser Seção Sindical do SINTEST/RS. Ano de eleições, em que tomou posse a gestão Assufrgs 1991 a 1993, com a seguinte nominata e composição: Coordenação geral: Laura Emília Nunes, Régis Udinajara Figueiró e Gilmar Godoy Gornes; Coordenação de Finanças: Clara Maria Scott da Silva e Antonio Carlos Rodrigues; Coordenação de Educação Política e Sindical e de Segurança do Trabalho: Afonso de Souza e Gregório da Silva Pereira; Coordenação de Divulgação e Imprensa: Armando Molina Divan Jr. e Maria Luiza Silva da Silva; Coordenação de Cultura, Esportes e Lazer: Adilson Monteiro Duarte e Luiz Carlos dos Santos; Coordenação Jurídica e Patrimonial: Marco Antonio Balconi Clarino e João Manoel Santos Lencina.

A Assufrgs, no decorrer dos anos, travou várias lutas sindicais com o governo que, neste momento, estão sendo revertidas em ações na Justiça, como o pagamento do FGTS, insalubridade, isonomia salarial e ação da URP (Unidade de Referência de Preço).

A Polêmica da contribuição assistencial, desde o anúncio, pelo Boletim da FASUBRA, de que a FASUBRA está propondo um desconto de 1% a título de Contribuição Assistencial, tem gerado várias discussões. Essa polêmica se centraliza basicamente na aprovação do desconto individual ou coletivo. É importante que lembremos que tal desconto aconteceu pela primeira vez no final da greve de março de 1990, até porque só foi legalizado pela Nova Constituição.

No ano anterior foi aprovado o RJU e, a partir de 1991, a vigência do novo regime jurídico para os servidores públicos federais mudou em muita coisa na vida

funcional. Afinal, aqueles que eram estatutários - regidos pela lei 1711/52 - deixam de ter esta lei como referência e, apesar de continuarem a ser chamados de estatutários, devem obedecer aos deveres e buscar seus direitos na lei 8.112/90. Vetos ao RJU vão à câmara junto com vários outros vetos presidenciais, para serem discutidos e definidos pelo Congresso Nacional. Estes vetos viraram vitórias e foram importantes, como os seguintes vetos do presidente: Art. 192: promoção na aposentadoria; Art. 193: Cabe ao tesouro da União o custeio da aposentadoria; Art. 240: Direito à sindicalização, negociação coletiva e ajuizamento pela justiça do trabalho; Art. 250: Os antigos estatutários em condições de se aposentar até 12.12.1991 poderão fazê-lo com os proventos aumentados em 20%.

A pressão dos sindicatos de base fez toda a diferença para lotar as galerias e corredores do Congresso Nacional. Depois de muito tempo de luta na UFRGS, conquistamos a incorporação de quase todos os funcionários que tinham este direito a partir da aprovação do RJU. Ao todo, são 485 funcionários, além dos 127 que já tinham esta conquista. Estão excluídos momentaneamente os dispensados após 12 de dezembro de 1990 e os conveniados via Finep. Neste momento se espera uma autorização do governo para enquadrar os incorporados pelo RJU. O reajuste de 20% para uma parcela de mais de 700 funcionários da universidade é uma decisão política que o Reitor Tuiskon Dick deve tomar, dando uma política salarial única, igual a proposta da UFRJ, que é que os incorporados passem a receber contracheques, como os demais funcionários.

Mais de 250 trabalhadores da UFRGS, discriminados no quadro de pessoal como "redistribuídos", estiveram em reunião e definiram que estão em estado de greve. O impasse do reitor se mantém sem uma posição política com relação aos incorporados pelo RJU, discriminados em seus contracheques como "redistribuídos". A notícia de que 123 trabalhadores incorporados não serão enquadrados por determinação do Tribunal de Contas da União não permitiu que a luta, que é de todos, terminasse ali. Pelo contrário: todos se comprometeram de continuar lutando para que o direito conquistado seja da categoria como um todo. A Brigada Militar, auxiliada pela guarda da UFRGS, inclusive do Campus do Vale, montou guarda no saguão da reitoria, impedindo a entrada de muitos trabalhadores que se

manifestavam contra a demissão de 123 funcionários. Na audiência com o professor Dick, a Coordenação e Comando pediram um tempo, até que se efetivem as demissões. Ele foi claro ao dizer que iria cumprir as determinações da Secretaria de Administração Federal, excluindo do quadro todos os funcionários admitidos depois de 17 de maio de 1990. A Assembleia determinou alguns encaminhamentos para a questão dos incorporados que estão ameaçados de demissão por uma determinação da Secretaria de Administração Federal. O sindicato está fazendo um levantamento da situação e o Reitor Tuiskon Dick informou que os 118 funcionários não enquadrados e, inclusive, sujeitos à demissão, terão seus salários equiparados aos demais.

Em um ano de muita recessão, a greve estava mais do que evidente, mas a questão era a seguinte: Greve Geral: Sim ou Não? Houve uma discussão a respeito das duas possibilidades dos servidores públicos: ou fazer uma greve da categoria e/ou apoiar a Greve Geral, e foi unânime a ideia de que a categoria não se encontra em condições de bancar uma greve novamente. O pleito também pretende julgar a política salarial do Governo Collor: "Greve Geral - Roxo é o salário ". Projeto Chiarelli acaba com a isonomia. O chamado "projetinho", que é o projeto do Ministro Carlos Chiarelli para as universidades, está sendo anunciado como algo que acaba com elitismo da educação. A direção nacional da Central Única dos Trabalhadores, reunida com 128 dirigentes sindicais, de 24 estados e das principais categorias profissionais representando trabalhadores do campo e da cidade, acabou deliberando pela Greve Geral.

A Assufrgs acompanha a Greve Geral em 22 e 23/05 - a greve é contra o arrocho, abaixo aquilo roxo -, como campanha emergencial: a Pauta Emergencial de reivindicações foi entregue pela FASUBRA ao Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, bem como à Secretaria de Administração Federal.

Apesar de a grande imprensa ter anunciado aos quatro ventos o fracasso da Greve Geral, a CUT avalia o movimento como um marco para a luta dos trabalhadores contra a política recessiva do governo Collor Na visão dos dirigentes e

de todos que contribuíram para a Greve Geral, a partir de deste momento os trabalhadores de todo o país vão seguir suas lutas de forma a mudar este quadro.

A Assembleia Geral decidiu pela greve por tempo indeterminado. Desta forma, os servidores da UFRGS passam a aderir ao movimento nacional do funcionalismo público, que cresce a cada dia. Os companheiros do Serviço Público Federal já apelidaram o Projeto Lei 910 de Projeto Collor, assim como a Medida Provisória 296. Como todos sabem, a cólera é a doença da miséria, porque aparece em regiões onde a população não tem as mínimas condições de saneamento e vive em estado de miséria. Além disso, esta doença se alastra rapidamente, além de ser fatal, no caso de o paciente estar com suas defesas debilitadas. O Supremo Tribunal Federal considerou a Medida Provisória 296 constitucional. Representantes do Comando de Greve dos funcionários e dos professores da UFRGS, bem como do SINTEST/RS, participaram de um encontro com o Ministro Carlos Chiarelli e o secretário da Secretaria Nacional de Ensino Superior. Na reunião, da qual participou, também, o professor Dick, o Ministro explicou o encaminhamento da tabela que o MEC entregou ao presidente Collor.

Uma nova Assembleia Geral dos servidores da UFRGS rejeitou por unanimidade a proposta do MEC de incorporação das complementações ao salário. A tabela, além de não considerar o "*step*"³¹ de 5% da nossa tabela original, rebaixa salários de alguns níveis. Por exemplo, todos os cargos até o nível 10 da tabela terão seu salário reduzido. O comando nacional dos servidores se reuniu com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Segundo relato do representante eleito para nos representar junto ao Comando, o Ministro se mostrou perplexo com relação ao rebaixamento proposto por Chiarelli e se colocou como interlocutor do processo junto ao governo. A Medida Provisória 296 foi rejeitada pelo Congresso Nacional. Isso é uma importante vitória, especialmente porque o congresso, até aqui, vinha votando sempre com o governo, e essa mudança de direção foi fruto de nossa mobilização nacional e pressão direta sobre os parlamentares. Assim, finalmente

³¹ Steps, são marcos salariais, para evolução na carreira profissional.

está aberto o canal de negociação do governo Collor com os servidores públicos federais. Em reunião realizada com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, foi estabelecida a comissão que discutirá a pauta dos servidores. Nos jornais estão circulando notícias de que o governo e os militares estão criticando o Congresso Nacional pela derrubada da Medida Provisória.

Uma questão delicada veio à tona: o corte no ponto. No encontro do Comando de Greve dos Funcionários com o reitor, mais de uma vez ficou claro que os chefes são mais realistas que o rei, na questão dos cortes de ponto. Dick afirmou que a decisão virá de Brasília e que iria orientar os diretores e chefes pelo não desconto dos dias parados. Reiterou que o problema será tratado entre governo e Comando Nacional.

Em meio à greve, o Comando de Greve esteve em reunião com o departamento de pessoal, mostrando o cálculo do que o pessoal, de convênios, ainda tem que receber a título de diferença de salário. O pessoal que foi incorporado (RJU) em janeiro, segundo os cálculos, ainda devem receber 23%, enquanto os incorporados em maio, 10%.

Outro tema que se misturou à greve foi a contribuição assistencial. Na assembleia, a diretoria da Assufrgs pretende iniciar com a categoria uma discussão a respeito da necessidade de aumento da contribuição dos associados. É importante pensar que a criação do SINTEST nos traz uma nova dinâmica em termos de atuação sindical.

Um fato curioso que aconteceu durante a greve foi a violência na madrugada. Houve a invasão da sede nacional da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), por dois policiais militares, armados de revólver e escopeta, e agrediram covardemente dois companheiros do Comando Nacional de Greve, que estavam trabalhando no envio de informes aos Comandos Estaduais via Fax. Este episódio só demonstra a tensão do governo, na avaliação da FASUBRA. O adiamento do envio do Projeto de Lei ao Congresso mostra que o governo não se encontra em

situação confortável para fechar acordo com o parlamento, mas não revela negociação efetiva com o movimento. O presidente Collor de Mello, mais uma vez, deu mostras de que não tem mesmo paciência com o povo. Além disso, não suporta qualquer ato contrário ao seu governo. Desta vez foi a manifestação dos servidores, professores e estudantes na rampa do Planalto.

Em greve há 46 dias "recepção" ao Ministro foi calorosa, pois demonstrou a indignação ao "Governo Cóllera", no almoço em homenagem aos 500 "maravilhosos" dias de exercício do Ministro Chiarelli, oferecido pela FIERGS, na SOGIPA. "Aproximadamente 400 pessoas, entre alunos, funcionários e professores da UFRGS e UFPEL, caracterizados "a rigor" - com togas, faixas e cartazes - receberam os convidados, entregando-lhes uma carta aberta, expondo os motivos da greve e, mais uma vez, a Brigada Militar tenta transformar uma manifestação pacífica em caso de polícia. Desta vez foi a prisão arbitrária do companheiro Luís Antônio Bertotti Jr, presidente do DCE da UFRGS, durante manifestação.

Em greve há 54 dias, FENASPS fecha acordo. Os servidores da previdência terminaram sua greve por terem atendidas praticamente todas as reivindicações de sua pauta específica. Isto pode significar que o movimento também possa mudar o quadro, antes da aprovação o PL que concede os reajustes ao funcionalismo público federal, através de negociação com o Congresso Nacional. Aos 55 dias de greve, o lamentável PL 1390/91 foi aprovado. (Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências). Em função da votação do PL, entende-se que se esgotou o espaço de negociação e, por isto, foi proposto ao Comando Nacional de Greve o indicativo de fim do movimento grevista. Na posição sobre as propostas de enquadramento enviadas ao Comando Nacional, entendemos que a tabela imposta pelo MEC é ruim e, por isto, qualquer enquadramento proposto virá em prejuízo de nossa carreira. No entanto, em função desse Comando Nacional de Greve estar encaminhando o que é sentimento médio da categoria, entendemos que a proposta do CNG para o enquadramento é a que menos prejuízo acarreta à categoria. As emendas ao Projeto de Lei, o Projeto de Lei

1390, que dá um reajuste linear de 20% para todo o funcionalismo público federal e para os servidores técnico-administrativos, conseguiu uma proposta melhor: 120% Nível de Apoio, 100% Nível Médio e 95% Nível Superior.

"Se não houver frutas, valeu a beleza das flores. Se não houver flores, valeu a sombra das folhas. Se não houver folhas, valeu a intenção das sementes" Henfil. Este foi o espírito que reinou na Assembleia Geral que deliberou pelo final da greve. Se a categoria não atingiu o índice de reposição que reivindicava já em maio, teve algumas conquistas. O Ministro Chiarelli caiu. Se alguém pensa que devemos comemorar, em um primeiro momento até é à vontade. Ocorre que, como na queda da Ministra Zélia, muita gente achou que alguma coisa ia melhorar.

A greve durou 70 dias na UFRGS e 74 em nível nacional. A greve, no marco da atual relação dos trabalhadores com o governo Collor, obteve êxitos políticos, econômicos e organizativos. Políticos pelo enfraquecimento que causou ao governo Collor, com manifestações de norte a sul, desgastando o Ministro e forçando o enfraquecimento do governo com a derrubada da medida provisória 296 pelo Congresso Nacional. Econômicos por ter conquistado, durante a greve, os índices de reajuste na tabela do enquadramento. Organizativos pela plena unidade com o movimento nacional, apesar da baixa adesão da UFRGS.

Em 1991 também ocorre o II CONSINTEST - Congresso Estadual do SINTEST – RS. Ele acontece de sexta a domingo e mais de 90 delegados de todos os estados estarão debatendo importantes temas a respeito da consolidação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau.

A situação econômica do país e os projetos do governo para o funcionalismo público que envolvem a política salarial e dispositivos do plano de carreira são as razões que fizeram a FASUBRA encaminhar para todo o Brasil o indicativo de greve, mas a participação na última greve mostrou pouca disposição da categoria aderir ao movimento nacional. Mais uma vez o governo faz demagogia e prova sua submissão ao FMI. Vai reduzir despesas em cima do arrocho salarial do funcionalismo. O governo enviou uma mensagem para o Congresso, propondo um

reajuste linear de 20% para todos os servidores públicos civis, militares e inativos, que vai incidir sobre os salários de outubro. Apesar disso tudo, a campanha salarial será lançada e a FASUBRA encaminhará um dia de paralisação em nível nacional. Está negociando, além dos 20%, nossa data-base, diretrizes do Plano de Carreira e vale-refeição. A negociação está difícil mesmo, porque o governo sabe que estamos desmobilizados.

No ano de 1991 foram analisados 61 Boletins Informativos, e os temas que mais se destacaram foram: Campanha salarial, Sindicalização, Contribuição assistencial, SINTEST/RS, RJU, Plano Collor, Arrocho Salarial, Plano econômico, Greve, Carreira, Plano Callote, SINTEST/RS, CUT, Greve, Reposição salarial, Estatuinte³².

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1991.

Ilustração 16 – Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1991



Fonte: elaborado pela autora (2023)

³² Estatuinte é o processo pelo qual uma Instituição define seu Estatuto, que é o conjunto de leis internas que irá reger a sua existência.

5.2.4 1992, o primeiro Impeachment da história desse país.

No ano de 1992, o Rio de Janeiro sediava a ECO92; ocorria o Massacre no Carandiru; falecia o deputado Ulysses Guimarães e Collor de Melo era afastado da Presidência da República. Os Ministros da Educação, na ocasião, eram José e Eraldo Tinoco. A crise, a miséria e o arrocho salarial seguiam o projeto neoliberal de Collor.

No ano anterior (1991), a campanha salarial foi intensa. Já em 1992, ela começa tímida, com uma defasagem de 850,93%. O Slogan da campanha era “Estado de Miséria”. O governo oferece um projeto de reajuste de 100% que merece alguns esclarecimentos: não é cumulativo e será concedido em parcelas, sempre sobre o salário de dezembro. Na avaliação do DIEESE, este reajuste não contempla algum ganho para a categoria, ele apenas repõe as perdas salariais. Além dos famigerados 100%, a FASUBRA está negociando com o MEC uma recomposição de tabela em nome da implantação da isonomia de vencimentos. Até este momento, no entanto, só se tem a proposta do MEC, que, inclusive, vai contra a posição da categoria dos técnico-administrativos. Para dar visibilidade à campanha, show de Taiguara³³, que será na Esquina Democrática e tem como objetivo levar ao grande público a situação de miséria em que se encontram os trabalhadores da universidade. Um reajuste de 100% sobre o salário de dezembro não chega nem aos pés dos 850% que temos de defasagem salarial. Durante o show, também vamos denunciar a manobra da direção da UFRGS ao lançar uma proposta de Estatuto da Universidade há poucos meses do processo de eleições. Queremos uma Estatuinte ampla e democrática, eleição direta para reitor e o fim do estado de miséria.

O governo quer vender a universidade. Quer privatizar os setores públicos. Enquanto o governo gasta milhões em publicidade, vendendo a ideia de que tudo que é do Estado dá prejuízo, esconde que, em vários setores, o Estado investiu por

³³ Taiguara Chalar da Silva foi um cantor, compositor e instrumentista uruguaio radicado brasileiro.

pura incompetência da iniciativa privada. As próximas estatais do Rio Grande do Sul, Petroflex e Copesul, serão as próximas a serem vendidas. Temos que garantir a Universidade Pública e de Qualidade.

Os servidores públicos federais estão negociando com o governo a questão de retroagir os 100% sobre a tabela a partir de fevereiro de 1992, alegando que ela não atingiria o conjunto do funcionalismo. A Secretaria de Assuntos Financeiros está realizando discussões com os ministérios sobre a questão das 30h e a questão do auxílio-creche e auxílio-alimentação. O retorno que há é que sairá um projeto-decreto do Presidente Collor, regulamentando o procedimento em todos os ministérios. Os jornais de Brasília divulgaram a notícia de que os servidores públicos federais teriam uma jornada de 30 horas já a partir de janeiro. Em contato com o MEC e a Secretaria de Assuntos Financeiros, no entanto, a FASUBRA dispôs da informação de que a Lei 8.270 abriu oportunidade para implantação do horário corrido, mas não significa sua imediata implantação.

No Dia Nacional de Lutas - Contra o Governo Collor e o Fundo Monetário Internacional -, haverá vigília contra a recessão. A abertura oficial será do prefeito Olívio Dutra, com a participação de Lula, Ciro Gomes, Pedro Simon, Vicentinho, Evandro Lins, Volmer Nascimento e outras lideranças nacionais.

E dentro da Universidade, nas unidades da UFRGS, seguem as discussões sobre a campanha salarial e as pautas de reivindicações: reposição das perdas salariais, política salarial, cumprimento dos acordos de greve, não à privatização dos serviços públicos e das estatais, contra o “emendão” e pagamento dos passivos trabalhistas. O servidor federal tem seu salário arrojado em 16,41%. Isto é o que vale os salários dos servidores públicos, com relação ao que se recebia no dia 01 de janeiro de 1990. Segundo o DIEESE, que é o órgão sindical que pesquisa as variações da economia brasileira, seria necessário um reajuste de 509,46% em nosso salário recebido em 01 de março, para que tivéssemos o mesmo poder de compra de janeiro de 1990. Além disto, a política econômica levou os demais trabalhadores ao desemprego e o salário mínimo atingiu seu valor mais baixo da história. Toda essa situação nos motiva a lutar e provar à população que não vamos

ser bodes expiatórios do governo que atribui a crise ao funcionalismo. Estamos publicando um manifesto da Campanha Salarial Unitária, onde assinam CUT, ANDES, ASSIBGE, CONDSEF, FENASPS. A pauta de reivindicações foi entregue ao representante do governo na UFRGS, Tuiskon Dick.

As entidades nacionais (FASUBRA, ASSIBGE, ANDEF, SINABEFE, SINDIFISCO, SINDIJUS e SINDILEGIS) tiveram audiência com o Ministro do Trabalho, João Mellão, e ficou clara a indisposição em atender às reivindicações dos SPF's. Salientou que o governo pretende acabar com a aposentadoria por tempo de serviço integral, além de continuar a agenda de privatizações: previdência social e as universidades (através do projeto de Autonomia Universitária). Já na reunião com o MEC, Goldemberg disse ser contrário às 30 horas e a reformulação das tabelas está se empenhando em fazê-las. Quanto ao cumprimento ao acordo da última greve, disse que não será cumprido e que não seremos incluídos na isonomia salarial entre os três poderes.

Diante das afirmações do governo, o indicativo de greve era iminente. Na plenária da FASUBRA, onde 36 Universidades participavam, com exceção da UFRGS, propuseram greve, que seria avaliada em assembleia posterior. Com receio da PEC 56 (Projeto de Emenda Constitucional), que significa o fim do ensino público e gratuito e, portanto, a exclusão do serviço público federal, exige uma posição diante da situação. Os servidores em assembleia resolveram paralisar e tomar decisão posterior junto com o conjunto do funcionalismo público. Em nível nacional, quase 80% das IFES aderiram à greve em apenas 19 dias de paralisação. A primeira derrota do governo foi retirar do caráter de urgência o PLC 125 (Projeto de Lei Complementar), de autoria da Deputada Rita Camata. A proposta da parlamentar é estabelecer 60% da receita líquida para o pagamento dos servidores. A pressão também retirou da ordem do dia a PEC 56, que estabelece as bases para a privatização do ensino público.

Com um mês de greve conseguimos estabelecer uma mesa de negociação com a Secretaria de Assuntos Financeiros. Reafirmamos a necessidade de recuperar o *step* de 5% sobre o piso salarial dos funcionários da Instituições

Federais de Ensino Superior. Com a derrubada da PEC 56, o governo colocou autoritariamente o novo projeto da LDB. Esse novo projeto, além de defender os interesses das escolas particulares, mantém, no seu artigo 56, a mesma tese de autonomia contida na PEC 56. Colhemos assinaturas para o requerimento de urgência da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na Câmara dos Deputados e a pressão exercida sobre os parlamentares contou com a força do Fórum em Defesa da Escola Pública, apresentando substitutivo global à proposta, derrubando mais uma vez a tática do governo. Por isso a greve tem que se manter viva.

Devido à pressão e corte de ponto, acabou a greve dos funcionários das universidades federais após 52 dias e atingiu um máximo de 32 IFES. Inclusive, o MEC enviou ao Congresso nacional a tabela MEC 2, amplamente repudiada pela nossa base. Nossa participação foi decisiva na campanha pelo impeachment para Collor, polarizando a base da categoria e somando esforços à campanha da CUT. É fundamental que resgatemos a disputa com o projeto neoliberal, esclarecendo a opinião pública das implicações desse projeto e a política privatizante dos serviços públicos e da universidade. A coordenação nacional dos servidores está tentando reverter o corte de ponto. Algumas categorias, como servidores da saúde e IBGE não tiveram ponto cortado.

No projeto da isonomia, PL 2990 (Projeto de Lei), que foi colocado em votação no Senado, as emendas apresentadas não correspondiam às necessidades dos servidores, pois negava a ajustar as tabelas e recalcular índices isonômicos. O projeto da isonomia retornou à Câmara. A Lei Delgada, que dá amplos poderes ao presidente para decidir que isonomia vamos fruir, ainda não foi aprovada. A FASUBRA está tentando insistentemente ser recebida pelo MEC, para iniciar a discussão sobre a nossa tabela.

Como se não bastasse, o governo quer derrubar o RJU: está pedindo inconstitucionalidade de dois incisos ao artigo 240 do Regime Jurídico Único, que prevê a negociação coletiva e a possibilidade de ajuizar ações na Justiça do Trabalho.

Resistir ao Governo Collor representa um dos maiores desafios para as universidades públicas federais. Não podemos assistir passivamente ao desmoronamento das maiores conquistas das Instituições Federais de Ensino Superior, fruto de muitas lutas desencadeadas por nossa categoria. Utilizando-se de projetos, de forma fragmentada ou não, o governo abre diversas frentes para o desmonte da universidade pública e gratuita, viabilizando o seu projeto maior, que é o da privatização do ensino. O PEC-56, que, em nome da autonomia das universidades, desobriga o Estado de sustentar financeiramente os estabelecimentos de ensino, empurra as Instituições Federais de Ensino Superior para o autossustento e à perda do Regime Jurídico Único (RJU).

O corte de verbas do governo nas áreas de habitação, saúde e educação faz com que o MEC reduza o orçamento das universidades. Essa postura continua sendo um desrespeito ao artigo 212 da Constituição, que define o percentual de 18% da receita dos impostos para a educação. O ministro do Trabalho, João Mellão, assegurou, em audiência com a FASUBRA, que os servidores federais terão reajuste já neste mês de agosto. Para o Ministro, a greve não foi derrotada, porque a categoria conseguiu a isonomia. Informes da FASUBRA advertem que a intenção do governo não é das melhores. A FASUBRA está alerta para as medidas que estão sendo tomadas, pois a intenção é trabalhar apenas com uma tabela para todo o funcionalismo, o que acabaria com toda a estrutura do PUCRCE. Embora o governo tenha adiado a divulgação do índice oficial para o reajuste linear aos funcionários públicos civis e militares, do Executivo, Legislativo e Judiciário, dentro do projeto de isonomia salarial, o indicativo é de que o reajuste seja de 20%. O Ministério do Trabalho prevê que a isonomia trará um acréscimo de 60% na folha de pagamento do funcionalismo, mas tudo ainda é especulação. A situação está insustentável. O governo não poderá mais atrasar o índice de reajuste. Em nível de governo, Senado e Congresso Nacional, está sendo travada uma verdadeira guerra. Os bastidores da economia retratam uma correlação de forças bastante acirrada entre as entidades representativas dos servidores públicos federais e as forças retrógradas do governo, que querem nos manter na miséria. O Senado modificou o projeto de lei do Executivo, aprovado pela Câmara dos Deputados, que concede 20% de aumento

linear ao funcionalismo e estabelece as novas tabelas de vencimentos dos servidores do Executivo. Com isso, o projeto tem que retornar à Câmara para análise das emendas. A FASUBRA quer manter a estrutura do PUCRCE e contrapor a proposta do governo. As entidades representativas apresentaram 32 emendas ao Projeto de Lei 3.170/ 92 e todas as emendas foram atacadas. Contudo, quatro foram aprovadas. Precisamos manter o plano: ficar fora do “tabelão” e recuperar o *step* de 5% entre níveis, um ganho médio maior na nossa proposta.

Paralela às decisões governamentais, corre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do caso Paulo Cesar Farias, que levaria ao impeachment do presidente Collor por crime de responsabilidade e crime comum sobre o erário público. Em meio às contradições dos dados a CPI, certamente têm forte fator de pressão no governo. Quanto mais frágil o governo, mais evasão de milhões. Vamos ficar assistindo ou vamos conquistar o nosso espaço, pedindo o impeachment de Collor, nas ruas? Em Porto Alegre, 40 mil pessoas lotaram o Glênio Peres, pedindo o afastamento do Presidente Collor.

O projeto de Reforma Fiscal, elaborado pelo Governo Collor, a mando do FMI, ataca as conquistas dos trabalhadores favorecendo os patrões e obtendo recursos para pagar a dívida externa. Mais trabalhadores passam a pagar mais imposto de renda. O projeto ainda acaba com o direito de representação sindical e estabilidade de emprego, incidindo sobre todos que não possuem dez anos de serviço público na data de votação do projeto, reduz o salário dos servidores que forem postos em disponibilidade, cria contribuição para custear os benefícios previdenciários e proíbe a criação de universidades públicas. Além disso, muda as regras para a aposentadoria, criando critério único para homens e mulheres. No artigo 14 das disposições transitórias do projeto, fica claro que “será utilizado exclusivamente no pagamento do serviço da dívida”. Devemos lutar contra essa reforma que deixa os banqueiros felizes e aumenta ainda mais a nossa miséria. As entidades ligadas à área da educação estão encaminhando abaixo-assinado a ser passado nas suas respectivas bases pela manutenção dos direitos consagrados na constituição, dentre eles a estabilidade no emprego e a aposentadoria por tempo de serviço. Está

prevista audiência com o Presidente do Congresso Nacional para a entrega do abaixo-assinado.

Neste ano ainda acontecem o Congresso da FASUBRA, eleições para reitor com a concorrência de duas chapas. O SINTEST/RS segue com programa na Rádio da Universidade e obtivemos êxito com a ação na justiça para receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a advogada carioca Marcia Albuquerque, que encaminhara o recebimento do FGTS; foi suspensa a demissão dos funcionários mantidos por convênio da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências (FUNDATEC).

No ano de 1992 foram analisados 30 Boletins Informativos. As temáticas que mais se destacaram foram: Campanha salarial, Isonomia, Reforma fiscal, Fora Collor, Impeachment, Privatização.

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1992.

Ilustração 17 – Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1992

Isonomia
Privatização *Fiscal*
Campanha
Reforma *Collor*
Fora *Salarial*
Impeachment

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.5 1993, a discussão da Carreira

Um ano marcado por acontecimentos no mundo: Nelson Mandela pede o fim das sanções contra a África do Sul, discursando na Organização das Nações Unidas. No Brasil, alguns acontecimentos, como a Chacina da Candelária e a Chacina de Vigário Geral, ambas no Rio de Janeiro.

Após a queda do Presidente Collor, assume o Vice-Presidente, Itamar Franco. A moeda brasileira passa a ser Cruzeiro Real. O Ministro da Fazenda passa a ser Fernando Henrique Cardoso, que anuncia o programa de estabilização econômica chamado “Plano FHC”, e cria a URV (Unidade Real de Valor), indexador que será base para a nova moeda, o Real.

Neste ano ocorreu eleição para a nova direção da Assufrgs/Seção Sindical 1993/1995, pós sindicância da entidade. A nominata que assume para a Coordenação Geral: Maria de Lourdes Azevedo Mendonça, José João Maria de Azevedo e Alcides Garcia de Almeida; Coordenação de Finanças: Dorvalino de Oliveira Ribas e Carmen Regina Soares de Almeida; Coordenação de Educação Política e Sindical e de Segurança do Trabalho: Raul Fernando Zeni e Izaque Cláudio do Nascimento; Coordenação de Divulgação e Imprensa: Rui Paulo Dias Muniz e Cristina Carvalho Domelles; Coordenação de Cultura, Esportes e Lazer: José Carlos Gonçalves de Freitas e José Luís Machado; Coordenação Jurídica e Patrimonial: Antenor Marques dos Santos e Márcia Abreu da Silva.

Os processos trabalhistas sobre o gatilho de julho de 87 e a URP de abril e maio de 88, assim como a Revisão do Enquadramento, ainda estão em andamento.

Acontece o IV Congresso do SINTEST/RS, em dezembro, no Retiro Vila Betânia, no bairro Glória, em Porto Alegre.

As entidades que discutem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ADUFRGS, ASSUFRGS e DCE, buscam formas de barrar o substitutivo do senador Darcy Ribeiro, que pretende, autoritariamente, se contrapor ao parecer, cujo relator foi o senador Cid Sabóia - PLC 101/93-, que resultou de um amplo processo de

discussão com a sociedade e seus movimentos organizados, ANDES, FASUBRA, CPERS e SINPRO. Foi proposta uma vigília no ato durante a votação na Comissão de Educação do Senado.

O Ano de 1993 começou com a batalha do FGTS. O governo bloqueou o saque às contas inativas do FGTS, que começaria em maio de 1993, e chega a 50 trilhões de Cruzeiro Real. A liberação do dinheiro das contas inativas do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS -, com início previsto para maio, deverá se transformar em uma batalha judicial entre governo, que quer evitar os saques, e trabalhadores, com direito adquirido de retirar os depósitos. A CUT quer desbloqueio das contas do FGTS. A informação consta de um documento apresentado ao Conselho Curador do FGTS pela CUT (Central Unica dos Trabalhadores) no conselho. O documento é uma minuta de voto, onde a CUT propõe o imediato desbloqueio do dinheiro e a formação de uma comissão especial, com representantes dos empresários, governo e da bancada dos trabalhadores, para apurar as responsabilidades.

Como o FGTS dos servidores tinha sido liberado em 1991, muitos servidores já tinham feito o saque ou ainda estavam aguardando a assessoria jurídica liberar os valores, ao passo que alguns valores já tinham sido repassados à categoria, e outros ficaram descontentes porque não receberam. O Conselho de Delegados, em reunião com a Coordenação do Sindicato, constatou a necessidade de um amplo e minucioso estudo de todas as operações realizadas pela coordenação, bem como pela Advogada contratada. Este estudo tem como finalidade verificar se as pessoas foram lesadas nesta operação. Após este estudo houve a constatação de irregularidades no processo de saque do FGTS dos trabalhadores da UFRGS. Encaminhada por ação coletiva, através da advogada Márcia W. Albuquerque e de reclamações de associados referentes à administração da Assufrgs/Seção Sindical, o Conselho de Delegados se reuniu, onde foi formada a Comissão de Sindicância. A Coordenação solicitou prazo para defesa.

Então, em Assembleia Geral, foi destituída a coordenação da Assufrgs/Seção Sindical. O pedido de destituição foi feito pelo conselho de delegados e pelo

conselho fiscal da ASSUFRGS/Seção Sindical, com base em relatórios elaborados pela comissão de sindicância e por uma auditoria externa, executada pela empresa BLW&A. A comissão esclareceu que foram dadas várias oportunidades para a coordenação se explicar a respeito dos fatos apontados no relatório. Na assembleia, a coordenação da Assufrgs/Seção Sindical fez ampla distribuição de um documento, com a finalidade de contrapor os dados contidos nos relatórios. Chamou, ainda, a atenção no plenário a intervenção de um coordenador do SINTEST/RS, que advertiu para que o processo de destituição não se tornasse uma mera política de desmonte do sindicalismo. Por outro lado, a FASUBRA, que assegurou o recebimento dos documentos da comissão, reafirmou as irregularidades, acenando, ainda, com a ideia de que realmente houve a malversação da verba e do patrimônio e irregularidades administrativas. O espaço democrático criado à categoria proporcionou, ainda, questionamentos de toda ordem, desde a capacidade de organização da coordenação, sua competência administrativa e política, além da irresponsabilidade para lidar com o dinheiro alheio. Uma coordenação provisória, formada por quatro servidores, permanecerá atuante até a posse da nova diretoria. A posse da nova Coordenação da Assufrgs/Seção Sindical e do Conselho Fiscal, para o biênio julho de 1993 a julho de 1995, ocorreu no último dia 13, no salão de Atos II da Reitoria.

Mudou o Presidente da República, mas os problemas continuam. Itamar ignora servidores. Com o anúncio dos 33% de reajuste salarial e a moratória dos débitos trabalhistas – MP 314. Art. 6 - aprofunda a política de arrocho salarial e discriminação: o salário mínimo foi reajustado em 36,6% e gratificações de várias categorias foram reajustadas até o valor de 367%, como no Senado Federal. No final de 1992, foi entregue, na Secretaria de Administração e Finanças, a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, com 43 itens. Todas as respostas dadas até este momento foram negativas, na medida em que se constituem evasivas. Tampouco houve negociação na questão do índice, já que foi unilateral a decisão do governo de dar a reposição salarial de 33% - bimestralidade -, que sequer repõe a inflação do período, calculada em 60%. A política neoliberal implantada por Collor, que impôs a compressão salarial, o sucateamento do serviço

público e as privatizações, está tendo continuidade com o Governo Itamar, que, ao anunciar a moratória dos débitos trabalhistas, ignora direitos legítimos dos servidores públicos federais. Após, houve paralisação para assembleia, com mais de 80% de adesão os funcionários da UFRGS, com indicativo de greve. Está é uma amostra clara de que os trabalhadores não querem mais o arrocho, miséria e o entreguismo do patrimônio nacional por parte do Governo Itamar Franco.

Como se não bastasse, mais um ataque: o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, no dia 13 de novembro, inconstitucionais as alíneas do artigo 240 do Regime Jurídico único, que tratam da negociação coletiva e do ajuizamento das ações impetradas pelos servidores contra a União. A Justiça do trabalho perde a competência para julgar nossas ações, passando a competência à Justiça Federal, o próprio Superior Tribunal Federal.

A universidade federal está sendo vítima da terceirização, a exemplo do que acontece com as outras instituições federais. A terceirização é a contratação de determinados tipos de serviços nas administrações públicas por empresas privadas. Esta é uma manobra de privatizar serviços públicos. Além de não querer pagar um reajuste salarial digno da categoria dos técnicos, o governo quer contratar empresas para fazer o nosso trabalho.

O sindicato chama assembleia extraordinária, que tem como pauta a adoção de medidas administrativas e judiciais, inclusive mandados de segurança coletivos, visando a obtenção, para categoria, do reajuste deferido aos servidores militares da União, pela Lei n. 8.627/93; Adoção de medidas administrativas e judiciais, inclusive mandados de segurança coletivos, visando a retificação e/ou suplementação de orçamento do exercício 1993 do Ministério da Educação e da UFRGS, no tocante às verbas para pagamento de sentenças judiciais, bem como efeitos preventivos para orçamentos subsequentes; autorização para contratar advogados e efetuar as despesas necessárias, bem como para o desconto em folha, em favor da entidade, das contribuições destinadas a custeá-los. O governo está tentando modificar nossa política salarial, o que aumentaria ainda mais as brutais perdas salariais que vêm se

acumulando no decorrer dos anos, onde o processo inflacionário corrói diariamente nosso poder aquisitivo.

O reajuste de julho (1993) é de salário + Gratificação de Atividade Executiva (GAE). Os servidores civis e militares da União terão um reajuste salarial de 33,67%. A política salarial será da seguinte forma: A cada dois meses ocorrerão reposições de 50% do índice de reajuste do salário-mínimo. No quadrimestre, os reajustes serão de 80% da inflação do período. A reposição integral da inflação acontecerá na data-base, em janeiro de 1994, se a arrecadação não for inferior à variação do índice de reajuste do salário mínimo. A GAE será parceladamente aumentada de 80% a 160%, com início em agosto de 1993 e término de julho de 1994. Os ganhos, se houver, estão vinculados ao crescimento da arrecadação. Essa política tem início em agosto, com salário sendo reajustado em 33,67%. A comissão do orçamento do governo se reuniu para fazer o cálculo do índice de reajuste salarial de janeiro e decidiu que o índice de reposição será de 187,94%.

O grupo de trabalho da carreira FASUBRA reuniu-se para discutir os detalhes que faltam para preparar a versão final do projeto, que será discutido na Comissão Ministerial que elabora uma proposta de carreira. Elementos da nova carreira, em boletim especial: a nova carreira está baseada no reconhecimento que todos que atuam nas Instituições Federais de Ensino são trabalhadores em educação e, com diferentes graus de responsabilidade, devem atuar como agentes ativos no processo educativo. Assim, a nossa contribuição neste processo nos leva a propor reconhecimento desta participação através do cargo único: técnico- administrativo em educação. Este fazer coletivo está subdividido por inúmeros ambientes, e a hierarquização do trabalho e sua comparação entre ambientes distintos possibilitou a chegar em 11 ambientes de trabalho, correspondentes ao conjunto de atividades profissionais e/ou ocupacionais, com semelhança ou área de atuação correlata: ambiente administrativo; de infraestrutura; ciências humanas, jurídicas e econômicas; ciências tecnológicas; ciências exatas e da natureza; da saúde; de informações; de arte, comunicação e difusão; agropecuário; marítimo, fluvial e lacustre.

A nova estrutura da carreira não contempla a ideia de subgrupo, que era uma forma de hierarquizar os cargos dentro de um mesmo nível de escolaridades e permitir o desenvolvimento de um cargo para outro. Na nova carreira, esta hierarquização se dá em nível de diferentes classes que contêm relação com o nível de escolaridade e complexidade das tarefas de uma especialidade. A hierarquização se dará por hierarquização em cinco classes de A até E, sendo o nível A 1º grau incompleto (ensino fundamental) ou definição da especialidade e E nível superior completo ou definição da especialidade. O desenvolvimento da carreira se dará de duas formas por níveis de treinamento dentro de um mesmo ambiente ou entre ambientes distintos ou desenvolverá em cursos de atualização.

Em 1993 foram analisados 24 Boletins Informativos. Os temas que mais se destacam no período foram: FGTS, Seguridade social, Eleição sindical, Campanha salarial, Carreira, LDB.

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1993.

Ilustração 18– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1993

A hand-drawn word cloud in brown and green ink. The words are arranged in a roughly circular pattern. The largest word is 'FGTS' in the center. Other prominent words include 'Seguridade Social', 'Eleição', 'Campanha', 'Sindical', 'Ldb', 'Salarial', and 'Carreira'. The words are written in a casual, handwritten style.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.6 1994, a greve da URV e da Campanha Emergencial

A moeda que circulava no país era o Cruzeiro Real (CR\$), vigente de 1º de agosto de 1993 até 30 de junho de 1994. Operava junto com a Unidade Real de Valor, a URV, cujo valor, em cruzeiros reais, variava diariamente. Em 1º de julho de 1994, uma URV passou a ser igual a R\$ 1 (um real). O Presidente era Itamar Franco, completando o mandato do presidente deposto, Fernando Collor de Mello.

São 42 anos de sindicato e a Assufrgs inaugura sede própria: um patrimônio imóvel na Av. João Pessoa. Ano de Congresso da FASUBRA (XI CONFASUBRA, em Brasília), Congresso da CUT Estadual (em São Leopoldo), Congresso da CUT Metropolitana (em Porto Alegre), Congresso Nacional da CUT (V CONCURT, em Brasília) e o Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Terceiro Grau do RS (V CONSINTEST/RS em Pelotas).

O ano de 1994 foi muito significativo para o sindicato, pois, no Congresso do V CONSINTEST/RS, que ocorreu na cidade de Pelotas, de 16 a 20 de novembro, a delegação da Assufrgs, ao retornar (20), sofreu um grave acidente no ônibus que transportava os participantes do congresso. Entre eles, funcionários do sindicato, técnicos-administrativos da UFRGS, entre outros colaboradores. O acidente provocou 13 vítimas. Formou-se, então, o Comitê de Solidariedade aos Familiares e Vítimas do Acidente, para colaboração efetiva para angariar recursos para despesa médico-hospitalares. O Departamento de Saúde da Universidade, juntamente com o Setor de Recursos Humanos, estão à disposição, juntamente com um comitê de saúde composto por colegas profissionais da área de psicologia e serviço social. A Assufrgs se endividou por conta das despesas dos funerais e cirurgias. Teve que recorrer a um sistema privado de saúde. A UFRGS não colaborou com as despesas, ao contrário do que foi noticiado na imprensa. Foram muitas perdas humanas e, por tudo isso, a Coordenação teve que se reconstituir e seguir em um ano de luto e luta sindical.

As assembleias marcam a política salarial do ano, além das ações na justiça para cobrar a correção monetária dos atrasados dos redistribuídos no RJU. Foi

publicado no Diário oficial o Decreto 1.403, que institui o pagamento dentro do mês de trabalho, a partir do mês de abril. Conquista da greve de 1993. Mesmo tendo o salário reajustado seis vezes em 1993 (33% em março, 85% em maio, 33,67% em julho, 86,13% em setembro, 41,18% em novembro e 192,95% em jan. 1994), o nosso salário continua defasado; este ano, com ou sem URV, será a mesma coisa. A expectativa é de que o governo faça a média dos nossos últimos salários, e esta média em dólar será transformada em URV. O DIEESE calcula que com a conversão para URV, o salário dos servidores sofrerá uma perda de 47,50%. As centrais sindicais, visando combater mais esse ataque ao povo brasileiro, estão chamando greve geral. Os eixos são: contra a revisão constitucional; contra o plano FHC; por uma política salarial com reajuste mensal que reponha integralmente a inflação; reposição das perdas dos planos econômicos; isonomia salarial já. Não bastando a grave crise social, a fome e o desemprego, o governo quer aprovar o “Fundo Social de Emergência”, que tira verbas da previdência e educação.

A Assufrgs fez assembleia e deliberou por greve. Na pauta: reposição das perdas salariais impostas pelos planos FHC, Bresser, Verão, Collor, e pelos 28,86% concedidos aos militares; reajuste salarial calculado pelo índice de custo de vida medido pelo DIEESE; política salarial de reajuste mensal; pagamento dos passivos trabalhistas; contra a revisão constitucional; contra a terceirização; contra o corte de verbas da educação e saúde; contra a privatização do Estado; Diretrizes de Planos de Carreira; Plano de seguridade social; reposicionamento no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE); plano nacional de capacitação e desenvolvimento. Além disso, como pauta na UFRGS: posse dos vice-diretores eleitos; creche e ambulatório no campus do vale; por melhores condições de trabalho para todos.

Não só os servidores públicos federais estão em luta, mas também o movimento sem-terra, pela Reforma Agrária, política agrícola etc. Os sapateiros do vale dos sinos, metalúrgicos, professores privados e rodoviários de Porto Alegre, além de estudantes, estão mobilizados. A CUT está em jornada de lutas com calendário de mobilização.

O Plano FHC impôs medidas de controle para as empresas e bancos que determinam a economia, mas garantiu a diminuição dos salários. Os servidores públicos perderam 90,49%, que seriam necessários para repor as perdas da implantação do plano. Não bastando, a URV dos produtos variou seu preço e essa mesma URV não é repassada aos salários. A intenção do governo é negociar somente as perdas da implantação do plano da data-base de cada categoria, o que, para os servidores, seria só em janeiro 1995. O Ministro Ricupero apela aos trabalhadores e nos responsabiliza se o plano não der certo.

O primeiro de maio deve ser marcado pela participação em massa dos servidores públicos federais. Trinta e dois milhões de miseráveis, sistema de saúde e previdência no caos, educação desmantelada, chacinas, roubalheiras, preços livres e salários arrochados. Motivos não faltam para uma grande manifestação no país.

O Consun da UFRGS se posiciona em moção pela abertura de negociações com a direção do movimento nacional dos servidores públicos, em busca de um encaminhamento adequado das reivindicações e da consequente recuperação das condições para o desempenho das suas atividades e cumprimento de sua função social.

Passeatas de ato público sensibilizam o legislativo contra o sucateamento do serviço público, contra as privatizações, contra a revisão constitucional e contra o plano FHC, exigindo imediata abertura de negociações entre o governo e o Comando Nacional de Greve dos Servidores Públicos. Foi entregue documento que foi assinado pelo Presidente da Assembleia, os líderes de cada partido e outros deputados. O Documento foi enviado ao Ministro Canhim.

O governo determina abertura de negociações com a Secretaria de Assuntos Financeiros – SAF. Foi reafirmado com o Ministro Romildo Canhim a necessidade de manutenção das negociações e fim das medidas repressivas contra o movimento grevista. O ministro foi favorável à pauta dos servidores. O Ministro da Educação, Murílio Hingel, encaminhou à Secretaria de Assuntos Financeiros proposta do

Ministério da Educação para alcançar a isonomia de vencimentos entre os poderes da União. Os relatos das discussões em Brasília é que foram concluídas as discussões com a SAF quanto ao custo da implantação da primeira etapa de proposta da isonomia. Já na discussão com o MEC a respeito da re-hierarquização³⁴ dos cargos no PUCRCE não teve acordo em apenas três cargos. Neste momento a SAF quer assumir a regulamentação, o que impediria de efetivar as alterações e levaria a uma nova negociação. O comando de greve avalia como uma manobra do governo. Se aceitarmos o pacote da isonomia, teremos como atendidas nossas reivindicações, rebaixando a possibilidade de ter ganhos imediata.

O Superior Tribunal Federal desengavetou um mandado de injunção para dizer que não poderíamos estar em greve, mesmo que esta não tenha sido julgada ilegal. A decisão do Superior Tribunal Federal visa propiciar, ao Poder Executivo, respaldo para reprimir o movimento. A greve continua. O presidente da CUT fez reunião com Itamar, garantindo que o ponto não fosse cortado e confirmou a liberação do vale-alimentação.

Para agilizar as negociações, caravanas se dirigem à Brasília para fazer um ato em frente ao MEC. Tanto na pauta específica, com o MEC, como na geral, com a SAF, o quadro está caracterizado pela evolução do impasse formado quando o governo tentava impor, com as retaliações, um recuo do movimento, levando-o ao fim da greve.

O CNG e o GT Carreira, da FASUBRA, acertaram, em conjunto com o MEC, a redação final das portarias e hierarquização dos cargos, faltando somente a assinatura do ministro e da Secretaria de Assuntos Financeiros.

³⁴ A rehierarquização é um reagrupamento dos cargos e subgrupos do PUCRCE, dentre os seus diversos níveis (auxiliar ou apoio, intermediário ou médio, e superior), da forma como estão agrupadas as especialidades, nas cinco classes constantes da proposta de nova carreira, corrigindo distorções geradas ao longo do tempo, recompondo a hierarquia funcional e salarial entre os atuais cargos, constituindo-se a sua aplicação como um importante passo para a conquista da Nova Carreira, bem como o resgate de princípios mínimos da Isonomia.

Fim do Golpe da revisão constitucional. Foram seis meses de denúncias e de esclarecimentos sobre o que estava por trás da revisão constitucional. As elites, que são os empresários nacionais e estrangeiros, apostavam no engessamento do próximo presidente em alterações na lei máxima para poderem privatizar o Estado. A greve disse não à privatização e à tentativa de golpe, demonstrando que o movimento democrático popular construído por sindicatos, organizações populares e de classe são capazes de lutar e que o Estado deve servir aos interesses da classe trabalhadora.

Os trabalhadores da UFRGS, em Assembleia Geralm deliberaram pelo fim da greve dos servidores públicos federais na UFRGS, depois de 49 dias de greve. O movimento estava enfraquecido e havia mais gente trabalhando do que em greve. Na avaliação, a greve foi positiva, pois não teríamos a possibilidade de mudar de tabela, aumentar a Gratificação de Atividade Executiva (GAE), receber os 28,68% e as três referências se não fosse a greve dos servidores públicos federais com a participação da CUT. A greve terminou na UFRGS, mas, em nível nacional, ela se sustenta para garantir que não haja punições. No plano político, a greve contribuiu para o fim da Revisão Constitucional. Continuaremos acompanhando o desfecho da greve dos SPF e as negociações com o MEC e com a Secretaria de Administração e Financeira.

Em meio às batalhas sindicais acontece um crime: dois dirigentes da FASUBRA foram assassinados. Os dois servidores da Universidade de São Carlos (UFSCAR), militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), além do trabalho na universidade, atuavam em apoio às lutas dos boias frias da região de Tabatinga e São Carlos. A CUT promove ato de denúncia contra o assassinato dos sindicalistas, no plenarinho da Assembleia Legislativa. Além dos sindicalistas, outros dois assessores do PT e integrantes da comissão de defesa dos direitos humanos da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro que organizavam os trabalhadores contra a exploração dos donos de canaviais em São Paulo, também foram assassinados. Pede-se punição aos responsáveis e não à violência contra os trabalhadores, militantes, estudantes e sindicalistas. A Assufrgs e o DCE entregarão uma carta aberta à comunidade, com o título “Assassinato de Trabalhadores”, para

levar à comunidade o repúdio aos assassinatos covardes que aconteceram, denunciando o descaso do poder público.

Mais um Plano econômico é dado aos trabalhadores pelo governo. O Plano Real substitui a moeda Cruzeiro Real para Real. Um Real é o equivalente a dois mil setecentos e cinquenta Cruzeiros de Reais ou iguais a uma URV. Contudo, nossos salários e data-base reajustam no início do ano, ou seja, janeiro de 1995, porém a inflação é em real e estamos perdendo poder de compra a cada mês. O salário foi o único preço convertido compulsoriamente à URV, em 1º de março.

A autonomia universitária é um tema que vem sendo discutido pela comunidade universitária. Através da Portaria nº 350/94 – MEC -, foi constituída a comissão nacional responsável pela Agenda Autonomia 1994. Fazem parte dessa agenda a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), ABRUEM (Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais), a SESu (Secretaria do Ensino Superior/MEC), ANDES e a FASUBRA. Essa comissão visa à descentralização e normas que limitem o exercício da autonomia das universidades públicas e privadas. A FASUBRA, através do GT Educação, aprofunda a discussão sobre a autonomia. Na Assufrgs, o GT Educação está sendo organizado com o objetivo de aprofundar e ampliar a discussão sobre o tema.

O Dia Nacional de Luta (25 de agosto) vai ser marcado por marcha unificada por emprego e salário, convocado pela CUT. Em todo o país vão acontecer paralisações e atos públicos de categorias com data-base em setembro, categorias em luta por reposição salarial e cumprimento de acordos já firmados, que é o nosso caso, assim como pela implementação da isonomia e pelo cumprimento do acordo firmado durante a greve. O texto da Medida Provisória que o governo entregou às entidades dos servidores públicos federais não aponta para isonomia efetiva e não atende às perdas causadas pelo plano FHC.

A Plenária Nacional dos SPF decidiu pela realização de uma campanha salarial emergencial. Foram aprovados os seguintes itens como eixos da campanha:

1 – Isonomia – Cumprimento do acordo firmado na última greve e implementação da primeira etapa da isonomia (unificação da tabela; GAE de 170%; 28,86%); 2 – Reposição das perdas salariais causadas pelos planos FHC, e 3- Reajuste mensal pelo ICV/DIEESE. A Plenária aprovou participação nas manifestações que estão previstas, junto com a CUT, bancários, petroleiros e outras categorias. Outra deliberação foi a não participação da FASUBRA e outras entidades na Comissão de Isonomia.

A disputa presencial elegeu FHC em primeiro turno. Contudo, a maioria da população não votou em FHC, apesar de não ver em Lula a alternativa, preferindo se abster. O Congresso se manteve de maioria conservadora. FHC vai cumprir a agenda neoliberal do FMI e Banco Mundial. A proposta de FHC de Programa Comunidade Solidária visa o sucateamento e destruição do serviço público através de políticas sociais compensatórias. Busca-se substituir o serviço público por entidades privadas. A ideia é descentralizar, ou seja, transferir às comunidades a responsabilidade do serviço público. O programa substitui os órgãos e agências que atendem o público por ONGs, comunidades religiosas, fundações sem fins lucrativos etc. A plenária dos SPF convoca a categoria a se mobilizar desde já combatendo o Plano Real. A plenária aprovou a pauta de reivindicações para a data-base e aprovou protocolar a pauta de reivindicações: manter um calendário de reuniões, solicitar audiência da CNESF (Comissão Negociação Econômica Serviço Público Federal) com o Ministro Canhim, na qual será exigido um representante da área econômica para participar do processo de negociação, retorno da Comissão de Isonomia, intensificar a mobilização da categoria, Dia Nacional de Luta, com assembleias e atos públicos e a recomendação de discussões com eixo da valorização dos serviços públicos.

Na Assufrgs houve uma interrupção na greve devido ao acidente do CONSINTEST. Após, isso, retomada a coordenação, as notícias não são muito boas: o pagamento de dezembro está atrasado. A Secretaria de Administração e Finanças não vem cobrindo a folha de pessoal do MEC, e este vem cobrindo com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A FASUBRA quer acionar o governo judicialmente para liberar os recursos financeiros para

remuneração relativa a dezembro de 1994, gratificação natalina e saldos de precatórios judiciais. Em assembleia da Assufrgs, foi deliberadas paralisação e participação no mandado de segurança coletivo para liberar valores.

O ano de 1994 foi difícil para a classe trabalhadora. Houve muitas perdas salariais com a implantação da URV e, depois, com o Plano Real. O que conseguimos foi o início da implantação da isonomia, com a greve de abril, que conquistou uma variação salarial em torno de 40%, pago em setembro e dezembro. Para o próximo ano (1995) a tendência é de um grande enfrentamento, pois se indica um reajuste da data-base de 25,94% e parcelamento em 4 vezes.

Em 1994 foram analisados 61 Boletins Informativos. O tema que mais se destacou no período foi: Campanha salarial, URV, Greve, Acidente de ônibus, Plano FHC, Plano real.

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1994.

Ilustração 19– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1994



Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.7 1995, a luta contra as Reformas Constitucionais do governo

Em 1995, o presidente passou a ser Fernando Henrique Cardoso. O Ministro da Educação era Paulo Renato de Souza e o da Fazenda, Pedro Malan. Esta configuração de governo permaneceu até a posse de Lula, em 2003. Neste período, a agenda neoliberal estava praticamente toda implantada. Apesar dos percalços com o *impeachment* de Collor e a sucessão de Itamar Franco, Fernando Henrique foi eleito com uma votação expressiva e promessas para tirar a população da miséria.

A Assufrgs tem nova direção, que tomou posse com a seguinte nominata: Coordenação geral: Alcides Garcia de Almeida, Cícero de Moraes Neto e Ana Maria Carlos; Coordenação De Finanças: José Luis Rockenbach e José João Maria de Azevedo; Coordenação de Educação Política e Sindical e de Segurança do Trabalho: Milton André Mazzochi e Vera Rosane Rodrigues de Oliveira; Coordenação de Divulgação e Imprensa: Carmem Regina Soares de Almeida e Arthur Gustavo dos Santos Bloise; Coordenação de Cultura, Esportes e Lazer: Claudia Porcellis Aristimunha e Marcos Hein; Coordenação Jurídica e Patrimonial: Marcia Abreu da Silva e Aguiomar Atiense.

No ano de 1995 também acontece o XII CONFASUBRA - Congresso da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA Sindical, em Belo Horizonte - MG.

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, entra no governo com um índice de perdas salariais em torno de 213%, pelo índice do DIEESE, e vem de imediato com a proposta da Revisão Constitucional, que será enviada ao Congresso, em seguida. Esta proposta atinge principalmente os servidores públicos, no entendimento de que já não se trata mais da luta por meros índices de reposição salarial, pois o que está em jogo é a própria existência do serviço público e as conquistas históricas dos trabalhadores e do povo brasileiro. O governo decidiu arbitrariamente por transferir a data de pagamento dos servidores públicos e dos funcionários das estatais para o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalho, que

será definido em Medida Provisória. Já não bastasse ter reposição, ainda mais essa intransigência na folha.

O assunto atinge todo o funcionalismo público federal, e, em Plenária Nacional dos SPF, ocorrida no dia 19 de março, em Brasília, no DF, foi aprovada a nossa participação efetiva no calendário aprovado pela CUT, na perspectiva da Greve Geral e, neste processo, construir unilateralmente - servidores públicos federais e estatais- a greve pelo atendimento às nossas reivindicações. É hora de nos posicionarmos contra as reformas constitucionais, que procuram retirar as poucas conquistas obtidas na Constituição de 1988. FHC infligiu uma grande quantidade de Medidas Provisórias, além disso, o descaso do governo em relação às nossas reivindicações salariais também já passou dos limites. Os eixos de luta são: (1) Políticos (Contra a Reforma Constitucional, do Estado e Administrativa, e defesa da aposentadoria e da previdência); (2) Econômicos (Política salarial com reposição mensal, conforme índice ICV-DIEEESE³⁵), Recuperação das perdas salariais, cumprimento do acordo coletivo e termos de compromisso (SPF – Isonomia), Unificação das datas base (SPF – 1º de maio), contra as mudanças nas datas de pagamento dos salários, e pela reintegração de demitidos).

Acontece, também, a primeira Conferência Nacional sobre Organização dos Servidores Públicos na CUT. Esta conferência foi orientada pelo V Congresso Nacional da CUT e tem como objetivo discutir e orientar a Plenária Nacional da CUT, que irá deliberar sobre a forma como os servidores públicos devem se organizar na Central. Entre os eixos centrais: conjuntura e reforma do estado, o serviço público e a sociedade, as relações de trabalho do serviço público e a organização dos servidores públicos: estágio atual e perspectivas. A Assufrgs poderá enviar três delegados escolhidos em assembleia geral.

“Unificar para fortalecer a luta dos trabalhadores estatais” enfatiza o eixo principal da greve, caracterizando-se pelo seu aspecto ideológico e político. Se faz

³⁵ICV-DIEEESE: Índice de Custo de Vida

cada vez mais necessária a manutenção da resistência contra as reformas constitucionais através da deflagração de uma greve forte e unificada, baseada nos seguintes eixos específicos: A rejeição do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro para a LDB e manutenção dos hospitais universitários, a realização imediata de concurso público para as IFES, contra a terceirização no interior das universidades, a revisão, democratização e transparência do processo de distribuição de verbas às IFES, o cumprimento do acordo formado na Greve Nacional de 1994 a implantação do Plano de Carreira para os trabalhadores das IFES e a isonomia interna entre as IFES. Nos eixos gerais: Controle social da Empresas estatais e do Serviço Público, defesa da previdência pública e da aposentadoria por tempo de serviço e a criação de uma política salarial com reposição mensal conforme o ICV do DIEESE.

A greve estava crescendo em todo o território nacional, através da adesão de novas categorias. A estimativa é de que 550 mil trabalhadores das categorias atingidas pela greve - petroleiros, eletricitários, telefônicos, previdenciários e servidores públicos federais - já estejam parados, dentre elas, 19 universidades já estavam em greve, com bom índice de adesão. Foi deflagrada a greve por tempo indeterminado dos servidores técnico-administrativos da UFRGS. Pela primeira vez, servidores de estatais e federais estão unidos em uma greve. A greve nacional unificada de servidores públicos e de estatais já é um fato marcante na conjuntura do país, como bem atesta a ampla cobertura da imprensa, sobretudo dos canais de televisão. Os servidores técnico-administrativos desta universidade entendem como sendo de suma importância a unidade do movimento nacional que está sendo deflagrado por todo o país. Para isto, se faz necessário que os docentes se juntem aos funcionários nesta greve. Em assembleia na UFRGS, foi deliberada a continuidade da greve, por haver entendimento da necessidade de manter a unidade a nível nacional, apesar do baixo quadro de paralisação na UFRGS. A diretora da Associação dos Docentes da UFRGS levou o relato da assembleia de professores, que deliberaram pelo estado de greve. Grevistas querem aumentar a mobilização, na tentativa de buscar adesão junto aos servidores que ainda estão trabalhando, passando nos setores e realizando reuniões nas unidades.

As categorias em greve (CUT estadual, representantes dos ferroviários, SINDSERF, ADUFRGS, SINDSPREV, SINDIFAZ, ASSUFRGS, SINDAGRI), decidiram reforçar o movimento realizando uma caminhada na Esquina Democrática e pelas ruas do centro da cidade. O eixo que une as categorias é “A luta contra as reformas constitucionais do governo”.

Em assembleia foi deliberado o final da greve, a fim de repensar nossas estratégias de lutas. Assim, fica mantido o movimento de luta através das atividades de mobilização, dando continuidade ao enfrentamento com o governo. O eixo central da greve, que era a luta contra as reformas, foi adequado ao quadro dinâmico de mudança do movimento. A grande disputa de projetos indica um novo momento no movimento, onde devemos lançar mão de todas as iniciativas possíveis para definir, o mais rapidamente possível, o seu destino. Conscientes da gravidade da conjuntura do país e da necessidade de enfrentamento ao governo para barrar as reformas constitucionais, alunos, professores e servidores técnico-administrativos estiveram reunidos para discutir e avaliar atividades de mobilização. Após a reunião houve a Caminhada da Soberania e Contra as Reformas Neoliberais de FHC, organizada pelo Fórum em Defesa das Estatais e do Patrimônio Público, envolvendo cerca de 500 pessoas, que seguiram da Praça Argentina até a Praça da Matriz, onde se juntaram a manifestantes da Frente de Segurança Pública.

Surgido em meados da década de 80, o chamado Fórum das Estatais evoluiu no nome e nos objetivos. Neste ano realizou uma plenária da qual participamos e onde foram definidos seus rumos gerais. Nossa participação no Fórum em Defesa da Soberania e do Patrimônio Público é fundamental, pois, através desse instrumento que unifica a luta contra o projeto neoliberal, temos condições de lutar para garantir a soberania, a democracia e os direitos sociais. A caminhada pela soberania, contou com as presenças de Lula - PT, Brizola - PDT e Orlando Silva. Realizou-se, também, a caminha pelo Plebiscito Já, campanha de caráter nacional, com o objetivo de aprovar a realização de um plebiscito onde o povo seja consultado se quer ou não que a Constituição de 88 tenha seu texto alterado, como quer FHC e seu governo.

Em meio à campanha de combate à revisão constitucional, a pauta de demissão dos redistribuídos volta à tona, a Pró-reitora de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade (PRORHESC) convocou 84 colegas para se apresentarem com seus documentos de trabalho. Esta atitude por parte da reitoria se dá quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados vota, em um verdadeiro "circo armado", a quebra do Regime Jurídico Único e da estabilidade como princípios do serviço público. Isso significa que ninguém está assegurado por direitos adquiridos, pois, se passar no congresso e no Senado, esta emenda, ficará à critério dos governantes a decisão de quando e de quem demitir. O objetivo desta proposta é dismantelar o serviço público e aumentar o controle dos partidos que estão no poder em detrimento dos interesses da população.

Na ocasião acontece, também, a Marcha sobre Brasília Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. O movimento negro, em todo o Brasil, os sindicatos, os partidos e entidades democráticas, estão organizando, para o dia 20 de novembro, a grande "Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida", em comemoração aos 300 anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares. De todo o país, incluindo da base da FASUBRA, partirão caravanas para Brasília.

Em 1995 foram analisados 34 Boletins Informativos. As temáticas que mais se destacaram no período foram: Reforma constitucional, Campanha salarial, Isonomia, CONFASUBRA, FGTS, Seguridade social, Reajuste salarial, Greve, Estado de greve, LDB, Demissões, RJU, Privatização.

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1995.

Ilustração 20– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1995



Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.8 1996, da Reforma da Previdência ao PDV

No ano de 1996 ocorreu um dos maiores massacres do Brasil: o Massacre de Eldorado do Carajás. Neste ano, Fernando Henrique era Presidente e Marco Maciel era o Vice-presidente, continuando o governo e as medias de austeridade.

Ano em que acontece o Seminário Carreiro dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, no contexto da autonomia e da Reforma Administrativa, promovido pelo sindicato. É ano, também, de promoção de cursos de formação política e sindical para servidores, entre os temas estão a discriminação racial no mercado de trabalho, gênero, educação e democracia, entre outros.

Neste ano também acontece o XIII CONFASUBRA, em Guarapari, ES. O Congresso discute os rumos do movimento nacional. O serviço público e a universidade brasileira vêm sofrendo o maior ataque da sua história. Para nos prepararmos e oferecer resistência a estas ações de FHC e das elites, é necessário debatermos os rumos do nosso movimento.

A Assufrgs consegue a liberação dos precatórios devidos pelo governo que estavam previstos para serem pagos durante o ano de 1995. Esta batalha se desenvolveu nos níveis local e nacional e pelos planos administrativos, político e jurídico.

O governo FHC quer terminar com a Previdência alegando que está à beira da falência, mas o Tribunal de Contas da União comprovou que, em 1994, ela arrecadou R\$22 bilhões e gastou 20,6 bilhões. Dinheiro, cargos, obras faraônicas e muito mais. Estes foram os argumentos utilizados pelo governo de Fernando Henrique para convencer os deputados a votarem a favor da proposta de reforma da previdência social, apresentada no plenário da Câmara Federal. Contudo, o governo sofre derrota na votação da reforma da previdência, o que fez o governo cogitar a retirada do projeto do Congresso, invalidando, assim, as votações realizadas.

Para tanto, decidiu-se paralisar as atividades por um dia, com o objetivo de mostrar nosso repúdio à forma autoritária com que o governo de FHC tem tratado o servidor público e à sua política de desmantelamento dos serviços públicos essenciais à população. Os estudantes também estão mobilizados na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. A UNE - União Nacional dos Estudantes - e a UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - vão estar novamente nas ruas, exigindo mais verbas para a educação, entre outras questões, como, por exemplo, o fim do recém-instituído "provão de final de curso". Queremos 46,19% de reajuste salarial, pois o governo federal desrespeitou os direitos trabalhistas dos servidores públicos federais e decidiu não reajustar os salários na data-base, em 1º de janeiro deste ano, conforme determina a lei 7.706/88.

Após 14 meses sem nenhum reajuste e na eminência de perdermos direitos conquistados através de nossa organização e luta, se aprovada a reforma administrativa, fica cada vez mais claro que a única resposta possível é a deflagração de um movimento de resistência, que exige a união de todos. Os servidores técnico-administrativos da UFRGS comunicam à comunidade universitária que, em assembleia geral massiva - cerca de 700 pessoas - da categoria, deliberaram por entrar em greve por tempo indeterminado. O movimento

grevista dos servidores públicos federais recebe mais adeptos a cada dia. Os professores da UFRGS que decidiram entrar na greve nacional, em uma assembleia geral com cerca de 180 professores. A assembleia geral que deflagrou a greve no dia 16 de abril iniciou a discussão sobre a sustentação financeira das atividades de greve. Durante a greve, os gastos aumentam. A entidade está investindo bastante em divulgação na mídia - tv, jornais, rádios, outdoors -, como forma de denúncia à população sobre a destruição do serviço público praticada pelo Governo Federal. Estão parados, também, os trabalhadores de 13 escolas técnicas federais e no judiciário federal a paralisação já atinge mais de 80% da categoria. A paralisação já atinge 70% de adesão aqui em Porto Alegre e se intensifica no interior do estado.

O Comando Nacional Unificado de Greve - CNUG - esteve em audiência com o Ministro da Administração e Reforma do Estado - MARE -, Bresser Pereira. Nesta primeira reunião, após o início da greve, o ministro, depois de algumas discussões, admitiu que ocorreu perda salarial em 1995, mas colocou que não há nem orçamento nem dinheiro, portanto, não tem o que negociar. A assembleia geral aprovou a proposta apresentada pelo Comando de Greve, que, durante dois meses - maio e junho -, a mensalidade seja de 2%, retornando a 1% em junho, neste ano. Essa arrecadação será utilizada para garantirmos a sustentação financeira das atividades de greve. Na ocasião, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, visitaria o Hospital de Clínicas, que acabou não ocorrendo, após ficar sabendo que os servidores federais iriam fazer uma manifestação em frente ao hospital.

Na medida provisória que definiu o novo e inaceitável salário mínimo – R\$112,00-, incluiu-se a definição de que os inativos do serviço público deverão descontar a contribuição previdenciária – Plano de Seguridade Social (PSS) -, que só cabe aos ativos. A greve completa 23 dias de movimento, que repercute na sociedade conseguindo fazer um questionamento importante sobre o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso para o Brasil e, em especial, de sua aplicação no desmonte do Estado, no que se refere aos serviços públicos - saúde, educação, previdência-. Enquanto isso, o arrocho salarial só aumenta, e um servidor de 48 anos, desesperado com dívidas para pagar e com baixo salário, foi levado a um ato extremado: suicidou-se.

Com 29 dias de greve, os servidores aumentam pressão sobre o governo, com a ocupação do Ministério da Fazenda. O governo não tem mais como dizer que a greve não existe, pois sentiu de perto a força do movimento nacional. A audiência com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, após longa discussão, onde, desde o início, este deixou claro que ali estávamos conversando e não negociando, o Ministro apresentou as seguintes conclusões: 1 - o Ministério da Fazenda dará uma análise detida de cada um dos 34 pontos da pauta e dará a sua opinião, no que toca a coisa econômica; 2- o resultado deste trabalho será enviado ao Ministro da Administração, Bresser Pereira, e ao Ministro do Trabalho, Paulo Paiva; 3- que o interlocutor do governo com os servidores é, por decisão coletiva, o Ministro Bresser; 4- que, se Bresser constituir a mesa de negociações, e para a mesma sejam convocados técnicos da área econômica, o Ministério da Fazenda não se oporá a participar. Ao contrário: colaborará. O Supremo Tribunal Federal decidiu negar o mandado de segurança impetrado pelos partidos de oposição - PT, PDT, PSB e PCdoB - e entidades sindicais - entre elas a FASUBRA - que reivindicam o reconhecimento do dia 01 de janeiro como sendo a data-base dos servidores públicos federais.

Servidores fazem ato público exigindo punição aos assassinos da chacina de Eldorado dos Carajás. Trinta dias já se passaram e os assassinos continuam sem punição.

Assembleias Gerais nas 40 universidades em greve no país, seguindo orientação do Comando Nacional de Greve - CNG - da FASUBRA, em conformidade com as deliberações da Plenária dos Servidores Públicos Federais, que adquiriu caráter de convocação permanente, os servidores discutiram a continuidade da Greve Nacional dos Servidores Públicos Federais.

“Sem Reajuste, sem salário, não tem trabalho!” - A reitoria parou - parte II: foi dia de piquete na reitoria. Mais uma vez os servidores da UFRGS fecharam as portas da reitoria e mostraram que a greve continua. O piquete foi em protesto à atitude autoritária do Ministério da Educação - MEC -, que reteve o pagamento dos servidores - ativos e inativos- como forma de pressionar as administrações das

universidades e provocar a divisão entre os servidores, tentando utilizar os não-grevistas como instrumento de pressão contra o movimento. O Comando Nacional de Greve - CNG FASUBRA - chegou a uma minuta de acordo com o Ministério da Educação -MEC -. Após se identificar não ser possível construir um acordo conjunto dos docentes, técnico-administrativos e o MEC, se discutiu a proposta de acordo apresentada pelo CNG e aprovado na grande maioria das assembleias gerais (AGs) realizadas nas universidades.

A Central Única dos Trabalhadores - CUT- resolve convocar os trabalhadores e suas organizações, entidades da sociedade civil, estudantes e todo o povo brasileiro para a greve geral, dia 21 de junho de 1996, em uma luta de resgate da dignidade e cidadania. Neste momento em que cresce o desemprego, os salários perdem poder de compra e o número de excluídos aumenta, o governo do FHC, ao invés de atacar os problemas estruturais de nosso país, atende, mais uma vez, às exigências das instituições financeiras internacionais - FMI e Banco Mundial - para o ajuste neoliberal. Apesar de toda mobilização, os servidores públicos federais terão "reajuste" de 9%, no mês de janeiro. O governo anuncia que dará reajustes diferenciados aos servidores federais. Bresser Pereira informou que terão prioridade nos aumentos os funcionários de nível superior das chamadas "Carreiras Exclusivas do Estado".

A nota lançada pelo candidato a reitor, professor Dênis Rosenfield, intitulada "Eleições para reitor ameaçadas", repercutiu na forma negativa entre os servidores técnico-administrativos. Os servidores técnico-administrativos da UFRGS decidiram, em assembleia, não participar do processo eleitoral para escolha do próximo reitor da universidade. Voltando ao passado, quando os trabalhadores técnico-administrativos da UFRGS eram tratados como meros auxiliares na condução das atividades acadêmicas, o governo, a administração, o Conselho Universitário, o Colégio Eleitoral e, paradoxalmente, grupos organizados de técnico-administrativos tentam nos impor uma condição de 2ª categoria. Não podemos aceitar que onde se decide quem vai ser o novo reitor, ou seja, os rumos que a UFRGS vai trilhar nos próximos quatro anos haja um retrocesso de tal monta onde não só os servidores técnico-administrativos e estudantes não tem poder de influenciar (15% dos votos na

consulta) como também a comunidade universitária está a ser iludida com uma falsa democracia.

Além dessas lutas, iniciou--se a luta contra O PDV, Plano de Demissão Voluntária. Este plano troca a estabilidade funcional por uns “30 dinheiros”, oferecido pelo poder público e com o aceno de possibilidade de instalação de um negócio próprio, o que não é uma saída digna para o servidor, somente para o governo. É ilusão.

Os estaduais que já aderiram ao PDV estão arrependidos, pois as perdas são mais significativas que os ganhos. O sindicato está com uma campanha contra o PDV e fará um ato. Dos 3.508 servidores técnico-administrativos da universidade, somente 66 pessoas aderiram ao programa de desligamento voluntário do governo federal. O Ministro da Administração, Luis Carlos Bresser Pereira, declarou publicamente que o PDV - programa de desligamento voluntário - obteve uma adesão muito aquém do esperado. Contudo, na UFRGS, servidores protestaram contra o PDV na reitoria. Logo após, os funcionários, através da Assufrgs, foram recebidos pelo Conselho Universitário, onde devolveram as cartilhas - sugerindo serem doadas à uma instituição de caridade ou recicladas - e também apresentaram uma proposta de resolução para que o Consun aprovasse, manifestando, também, a opinião da entidade acerca do momento grave pelo qual a universidade pública passa.

E 1996 foram analisados 32 Boletins Informativos. As temáticas do período foram: Reforma administrativa, Greve, Arrocho salarial, Reforma Previdência, Reajuste salarial, Abono pecuniário, Greve, PSS, Salário-Mínimo, Desconto da GAE, PDV, Carreira, Formação política, Formação sindical.

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1996.

Ilustração 21– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1996



Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.9 1997, Reformas e Pacotes que prejudicam os servidores

No ano de 1997, alguns fatos marcaram o Brasil, com destaque, o Senado aprova em segundo turno a emenda que possibilita reeleição de prefeitos, governadores e presidente. O MST coloca 40 mil pessoas nas ruas de Brasília, na chamada Marcha dos Sem, em protesto contra o governo de Fernando Henrique Cardoso.

É ano de eleição na Assufrgs, e a nominata eleita para a gestão 1997 a 199 foi: Coordenação Geral: José Luis Machado, Cláudio Luiz Garcia e José Luis Rockenbach; Coordenação de Finanças: José Dirceu Souza Ferreira e Ana Maria Carlos; Coordenação Jurídica e Patrimonial: Arnaldo Hansen Colchete e Márcia Abreu da Silva; Coordenação de Educação Política e Sindical e de-Segurança do Trabalho: João Manoel "Chacal" Santos Lencina e Marcos Hein; Coordenação de Divulgação e Imprensa: Arthur Gustavo Dos Santos Bloise e Amália Regina da

Silveira Pauletti; Coordenação de Cultura, Esportes e Lazer: Cláudia Porcellis Aristimunha e Marco Aurélio Claro Silva.

O ano começou e o governo já brindou o servidor com calote, não repassando o total de recursos destinado ao pagamento de passivos trabalhistas já incluídos no orçamento do ano. A coordenação em contato com a Reitora Wrana Panizzi deixou claro que vai tomar as medidas judiciais cabíveis, responsabilizando a administração e a União para garantir pagamento. Precatório é o requerimento feito pelo juiz ao governo para que se inscreva no orçamento anual o valor ao qual foi condenado judicialmente a pagar aos reclamantes. O orçamento da União é votado pelo Congresso Nacional para execução em 1998. Os precatórios são expedidos até 30 de junho de um ano para serem incluídos no orçamento do próximo ano. Após muita pressão, o governo liberou o pagamento dos precatórios.

FHC está tentando reeleição e fará uma visita ao presidente do grupo RBS, Jaime Sirotsky, para o encerramento do Congresso dos Donos de Jornais. Faremos ato público contra a reeleição e por emprego, salário e terra.

O Superior Tribunal Federal decidiu que 11 servidores públicos federais têm direito a 28,86% do reajuste dos militares concedido no governo Itamar; A Assufrgs já ajuizou a mesma ação de cobrança do reajuste de 28,86%. O governo estuda reajustes diferenciados. Bresser fala em flexibilizar a reforma administrativa no valor do teto salarial e volta a falar em demissões. FHC resolveu cancelar qualquer reajuste salarial para os servidores públicos federais, alegando que o aumento provocaria um rombo nas contas do governo, sendo argumento para aprovar as reformas administrativas e previdenciárias, além de mais cortes no orçamento. O real motivo das constas não fecharem é o pagamento das dívidas interna e externa, que são recursos direcionados para salvar bancos falidos. Além disso, ainda temos os Anões do orçamento (gang da previdência) e o escândalo dos precatórios. É preciso barrar as reformas neoliberais e o projeto de reeleição.

Acontece o Dia Nacional de Luta, com caminhada que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou, a favor da reforma agrária, do

emprego e pela previdência. O Governo Federal anuncia que, em 1997, não haverá reajuste. Mesmo com cerca de R\$ 4 bilhões previstos no orçamento para a concessão do reajuste, a Assessora Econômica do Ministério de Planejamento, Amury Bier, afirma que não terá reajuste. Para além disso, FHC ataca, com a Medida Provisória - MP nº1.570 de 26.03.1997, que prevê que todo o pedido de liminar que for impetrado contra os cofres do governo deverá prever o depósito de valor correspondente ao prejuízo que o governo poderá ter com a concessão da liminar. Com isso, o juiz nega antecipação de tutela para a ação da Assufrgs, que incorpora imediatamente aos salários os 28,86%. Na novela do reajuste, mais adiante, a Justiça Federal do Estado concede os 28,86% aos servidores federais em ação civil pública movida pela Procuradoria da República no estado contra a União.

Por essa agenda de desmonte do Estado, em defesa da universidade pública e contra as privatizações, as entidades representativas dos segmentos que compõem a comunidade universitária, Assufrgs, ADUFRGS, DCE e APG (Associação dos Pós-graduandos), fazem ato público pela reforma agrária, em defesa da Cia Vale do Rio Doce, de emprego e da previdência.

Não sendo suficientes os ataques do governo, os reitores das universidades estão propondo que não seja mais aplicado a nós, trabalhadores das instituições federais de ensino superior, o que está escrito no inciso V do artigo 206 da atual Constituição, que diz:

V- valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). (BRASIL, 1988, [doc. eletrônico]).

Querem nos tirar do RJU e propor um novo regime estatutário próprio e único. Nós sem garantias e eles com novos poderes. Reitores querem o fim do concurso público e o poder de admitir, derrubar a estabilidade do servidor com o poder de demitir, liberdade para fixar remuneração e suprimir direitos constitucionais e ampliar seus próprios poderes. A PEC370/96 acaba com a autonomia universitária e retira os servidores do RJU - Regime Jurídico Único. A votação ao substitutivo à PEC 370,

na comissão especial, foi adiada. A suspensão da sessão foi devido ao descontentamento de vários parlamentares com o novo substitutivo e principalmente a criação de um fundo de pensão para as aposentadorias das Instituições Federais de Ensino Superior. Malan e Kandir também estão contrários ao orçamento global para a educação, o que vem prejudicando o Ministro da Educação, que defende o projeto. O governo vota esta semana os destaques da reforma administrativa.

Há atos e paralisações em defesa do serviço público presentes no decurso do ano, como por exemplo, o Ato Dia do Vermelho, que é uma caminhada com os servidores públicos estaduais. Vista roupa ou tarja vermelha: um protesto contra o desconto previdenciário. Outro ato que gerou mobilização foi convocado pela CUT, partidos de oposição e entidades, chamando todos os brasileiros para lutar pelos nossos direitos que vão sendo confiscados por FHC.

O Ministro Bresser Pereira anuncia reajuste de 65% a 200% de reajuste para carreiras típicas de Estado, provocando indignação no funcionalismo, que não faz parte desse nicho. Afirma que os servidores das universidades não fazem nada, e por isso é preciso demitir. Servidores já há mil dias sem reajuste.

A FASUBRA e os servidores públicos federais deflagram um processo de mobilização pela reposição salarial de 64,8%, quando se realizam as manifestações dos 1000 dias sem reajuste. Os servidores federais foram para as ruas protestar em Brasília em frente ao Congresso Nacional, onde os servidores colocaram mil cruces representando o sacrifício do trabalhador do serviço público. Acontece a Paralisação Nacional dos Servidores Públicos Federais, para dar continuidade à mobilização e evitar a aprovação da reforma administrativa e previdenciária, da PEC370, da autonomia universitária, e pela reposição salarial de 64,8%, relativa aos últimos 3 anos.

O Governo lança 51 medidas para salvar o Plano Real, o chamado Pacote Fiscal. As medidas que atingem os servidores são as seguintes: os funcionários públicos federais não terão reajuste em 1998. Além disso, serão demitidos cerca de 33 mil dos 55 mil servidores não estáveis. Extinção de 70 mil cargos no executivo

federal, corte de 10% no número funcionários em cargos comissionados, teto de R\$24 por pessoa para o pagamento de planos de saúde, aposentadoria proporcional: perde o direito a indenização de 40% do saldo do FGTS, e, por fim, a retirada da folha de pagamento os inativos não recadastrados.

O Congresso Nacional aprova medidas provisórias do Pacote Fiscal do governo. Dentre as mudanças propostas pela MP está o aumento do Imposto de Renda (em 10%) da pessoa física que ganha acima de R\$ 1.800,00, mantendo as atuais regras para as deduções. Demissões podem atingir milhares de técnico-administrativos e docentes. O número não oficial é de 13.706 servidores. ANDES, FASUBRA e UNE fazem um apelo à Andifes contra o pacote econômico. Em ofício endereçado à Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu), a Andifes comunica que seu conselho pleno considerou "inaceitável" a possível demissão de servidores que possam ser considerados não-estáveis.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é lançado no Congresso consolidado no II Coned (Conselho Nacional de Educação). Com a participação de mais de cinco mil pessoas representantes da sociedade organizada, foi lançado dia 3 de dezembro, em um ato público no espaço cultural, que contou com a participação de representantes de praticamente todas as entidades da educação e diversos parlamentares.

Marcha dos Sem: Trabalhadores saem às ruas contra os governos FHC e Britto. Sem-terra-, Sem-teto, Sem-educação, Sem-saúde, Sem-emprego e sem-salário digno. A Marcha reunirá gente de toda parte do Estado.

Neste contexto, inserem-se os 32 Boletins Informativos analisados, e as principais temáticas destaque foram: Precatório, Reforma administrativa, Reforma tributária, Reforma previdenciária, Autonomia universitária, Campanha salarial, Emenda constitucional, Reajuste salarial, Pacote fiscal, Marcha dos Sem e PNE (Plano Nacional de Educação).

A seguir, distribuição de palavras de palavras dos principais temas do ano de 1997.

Ilustração 22– Distribuição de palavras dos principais temas do ano de 1997



Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.10 1998, em defesa da universidade pública

Em 1998, Fernando Henrique Cardoso é reeleito Presidente do Brasil. No ano (1997) anterior, o governo tinha anunciado a demissão de 33 mil servidores federais não recadastrados, o que foi recuado nos primeiros dias de janeiro. O Recadastramento da UFRGS chega ao fim e é enviado ao Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE – e, a pesar de todos os esforços para que o recadastramento não fosse enviado, o mesmo já está nas mãos do Sr. Ministro Bresser Pereira e com informações que, se levado a cabo o projeto do governo de demitir todos os não-estáveis, poderão inviabilizar o funcionamento da UFRGS.

Outra herança do ano anterior (1997) foi a Reforma da Previdência. Mudou o ano e o governo estava pronto para votar mais essa reforma na Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

Com o objetivo de aprovar a Reforma na Comissão, todas as atenções e esforços foram concentrados para esta matéria, até mesmo a pauta do Plenário da Câmara estava vazia, sem nenhum projeto. Com a sala da Comissão repleta de parlamentares e as galerias cheias de representantes da sociedade, o presidente deu início à sessão e iniciou-se o tumulto, que durou o dia todo. Sob forte aparato de segurança, que manteve as manifestações populares longe do plenário, a Câmara dos Deputados aprovou, em 1998, em primeiro turno, a Reforma da Previdência. Através de negociações, o governo conseguiu 346 votos favoráveis à reforma. Na resistência ao fim dos direitos dos trabalhadores, 151 deputados votaram contra e três se abstiveram. Um dia antes, no Senado, as negociações garantiram a vitória do governo na votação da reforma administrativa, que acaba com a estabilidade do servidor público. Com 59 votos a favor, 18 contra e uma abstenção, a reforma passou pelo primeiro turno. O governo sofreu derrota na reforma da previdência, em um dos destaques apresentados pela oposição, que suprime o texto a exigência da idade mínima para as aposentadorias. Este era o eixo fundamental da reforma.

A luta dos servidores por reajuste salarial continua: por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal acolheu, em 11/03/98, o recurso do governo - embargos de declaração -, autorizando o desconto de todos os reajustes salariais já concedidos do percentual de 28,86% que servidores públicos federais obtiveram na justiça.

As plenárias da FASUBRA e dos servidores federais, em Brasília-DF, definiram por propor às categorias a discussão da deflagração de um movimento de greve para a segunda metade do mês de abril de 98. Há protestos em todas as universidades públicas do país, denunciando a mentiras de FHC. Além de promover um tal programa de "bolsas de incentivo" somente para os docentes - que já recursaram, por sinal -, o governo de Fernando Henrique acaba de conceder aumentos para as funções gratificadas. A Assembleia Geral da Assufrgs será para deliberar pela entrada no movimento nacional indicado pela FASUBRA. A Assembleia geral da Assufrgs ratificou o estado de greve, quando haverá um grande ato público em frente ao Palácio Piratini, em solidariedade aos 19 sem-terra mortos

em Eldorado dos Carajás, no Pará, há dois anos. Passaram-se dois anos e os culpados continuam impunes. O que é pior: continuam a assassinar trabalhadores rurais. No dia 17 de abril de 1997, quase 100 mil pessoas se reuniram em Brasília. Tudo começou com a Marcha dos Sem-Terra, que durou dois meses, planejada como uma manifestação em favor da reforma agrária, que acabou se transformando no maior protesto contra o governo de Fernando Henrique.

A greve no país se fortalece em seu sétimo dia. Como eixos das reivindicações: Defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade e reajuste salarial de 48,65% pela retirada da PEC-370; em defesa do emprego; contra a reforma da previdência; contra a reeleição de FHC. Em assembleia e paralisação, os servidores decidem aderir à greve nacional. A greve segue forte - Dia Nacional de Luta -, em defesa da educação e contra a reforma da previdência. Mais uma vez técnicos, estudantes e professores sairão unidos em defesa da universidade.

A reunião com a SESU/MEC, realizada pelo Comando Nacional de Greve, demonstrou mais uma vez como o governo trata com a categoria: achando que nós somos tolos! Apresentou várias propostas verbalmente, perguntando até qual seria a reivindicação que terminaria com a nossa greve. Quando o Comando solicitou que o MEC apresentasse cerca de duas horas elaborando um arremedo do que tinha colocado verbalmente. A greve nacional do setor de educação - universidades públicas federais - está provocando uma série de manifestações da sociedade na imprensa local e nacional em defesa do Sistema Público de Ensino Superior. Os três segmentos da universidade participarão de uma passeata em conjunto com o Centro dos Professores do Estado do RS - CPERS. Este movimento se dá em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis. O Conselho Universitário rejeita proposta do PID 2 (Plano de Incentivo à Docência) e aprovou uma resolução rejeitando a segunda proposta do Plano de Incentivo à Docência apresentada pelo MEC ao Comando Nacional de Greve do ANDES.

Uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado discute crise das universidades. Servidores técnico-administrativos, professores e estudantes das quatro universidades públicas do estado participaram de uma audiência pública com

a Comissão de Educação, sobre os motivos da greve nas IFES e da crise que vive as universidades por representantes dos três segmentos, então foi a vez dos deputados se manifestarem. O MEC dá a sua primeira cartada para minar a greve das universidades públicas. Os reitores receberam, nesta terça-feira, um ofício, determinando que tomem providências para normalizar as atividades nas instituições. Caso não sejam tomadas, o MEC irá suspender o pagamento dos vales-transportes e salários de maio dos professores e técnico-administrativos.

Em Porto Alegre houve uma grande passeata pelo centro da cidade, em conjunto com o CPERS e o Movimento Sem Terra, que reuniu cerca de 2 mil pessoas e culminou em um ato em frente ao Palácio Piratini, além de movimentada atividade no Largo Glênio Peres, onde diversas unidades apresentaram as suas produções. Reitores se posicionam contra o corte de ponto, e este apoio irritou o MEC, levando Abílio Afonso Baeta Neves (secretário da educação superior do MEC), a afirmar que não está surpreso com o fato de quase todas as universidades federais estarem em greve, pois, segundo ele, "As próprias administrações das universidades têm tomado a atitude de encorajar o movimento, que tem motivações eleitorais".

A Greve obriga o MEC a negociar com o movimento. O CNG e a SESU (Secretaria do Ensino Superior), em reunião, trataram dos seguintes pontos: Re-hierarquização, qualificação dos servidores e autonomia. O Ministro da Educação, Paulo Renato, também recebeu o movimento e nas exigências do movimento estava a retirada da PEC 370.

Em assembleia, os estudantes da UFRGS decretaram greve. Na pauta das reivindicações consta mais vagas, cursos noturnos, retirada do Plano de Re-hierarquização da carreira da autonomia e "não às reformas".

O Fórum da Comunidade Universitária analisa a proposta de autonomia para superar a crise pela qual passa a universidade pública: Autoaplicabilidade (do artigo 207 da Carta Magna) e sucateamento (Primeiro foi a PEC-233/95 que questionava a gratuidade do ensino superior. A PEC-370, que trata da constitucionalização da

autonomia) e as organizações sociais (OS), uma proposta do ministro Bresser, para os serviços que o Estado não executaria mais, passando à essas organizações, por exemplo educação e saúde.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre realiza sessão especial em apoio à greve. Compôs a mesa da sessão especial a Assufrgs, ADUFRGS e estudantes. A sessão foi proposta pelo vereador do PT, Henrique Fontana. Segundo ele, a universidade é um excelente gasto público e não deve ser atacada pela política de enxugamento do Governo Federal.

A assembleia geral dos técnicos-administrativos decidiu pela intensificação da greve. A ameaça do Ministério da Educação - MEC -, de cortar o ponto dos grevistas, só serviu para aumentar a indignação dos servidores. O ministro ameaça com a retenção das verbas para o pagamento dos salários. A Andifes se posiciona contra a repressão do MEC, que responde com a possibilidade de destituição dos reitores. O governo está utilizando um decreto presidencial assinado em maio de 1995, em plena greve dos petroleiros, para ameaçar os reitores. O decreto 1.480/95 estabeleceu que o não cumprimento da entrega das listas "implicará a exoneração ou dispensa do titular da chefia imediata". O Comando de Greve da Assufrgs avaliou que esta queda-de-braço com o Governo Federal só será vitoriosa para o movimento se intensificarmos a mobilização. É fundamental unificar ainda mais as atividades da comunidade universitária e demonstrar que este movimento não está isolado, mas conta com o apoio de toda a sociedade.

Circulou, na ocasião, nos principais jornais, uma nota paga pelo MEC a despeito das reivindicações para o fim da greve e que a FASUBRA teria recomendado o encerramento da greve. Essa nota é mentirosa. A FASUBRA está propondo, sim, uma nova hierarquia dos cargos. A implementação da re-hierarquização é um dos condicionantes para a saída da greve. No Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE -, os cargos foram hierarquizados em 11 subgrupos - 6 no nível de apoio, 4 no nível médio e 3 no nível superior -. Diante desta realidade, o grupo de trabalho de carreira da FASUBRA trabalhou uma proposta de nova hierarquia dos cargos em cinco subgrupos. Esta

proposta, baseada no projeto de carreira que estava sendo elaborado, quebrava o conceito de níveis de apoio, intermediário e superior. A proposta da federação, com a estrutura original, apresenta o piso de vencimento no valor do salário mínimo e um *step* - diferença entre níveis - de 5%, que causa uma repercussão anual da ordem de aproximadamente R\$880 milhões.

O Comando Local de Greve da Assufrgs se reuniu com a Reitora Wrana Panizzi para encaminhar uma solução ao corte dos salários dos servidores. A UFRGS é a única universidade federal do Estado em que seus servidores não receberam os salários, pois tem a sua folha de pagamento separada do hospital universitário. Enquanto, em Brasília, o Comando Nacional de Greve Unificado FASUBRA/SINASEFE recebia a proposta oficial do governo aos técnicos-administrativos, os servidores da UFRGS ocupavam a Delegacia Regional do MEC. A Assembleia Geral dessa sexta-feira, dia 5, rejeitou, por aclamação, a proposta de re-hierarquização do MEC. A proposta do MEC prevê uma reclassificação de cargos para todos os servidores e uma gratificação de 20% aos funcionários de nível superior. Quanto aos demais pontos da pauta mínima, a autonomia e a capacitação, Baeta Neves garantiu o compromisso constante do governo em ofício enviado ao CNGU. A proposta de re-hierarquização apresentada pelo MEC, nessa quinta-feira, foi rejeitada. É colocada a tarefa de iniciar imediatamente a elaboração de contraproposta, visando a efetiva negociação. A reitora afirma, em audiência com os servidores, que a universidade não tem autonomia para garantir o pagamento.

O Movimento Unificado (FASUBRA, ANDES, SINASEFE, UNE, UBES e CNGM) realizou a primeira mesa com o Ministério da Educação. Além das entidades representativas da comunidade universitária, participaram o presidente da CUT, Vicentinho, e vários parlamentares. O Secretário Abílio Baeta Neves disse que não cabe mais à esfera do MEC a apresentação de qualquer proposta salarial para os técnico-administrativos. Enquanto isso, estudantes das quatro universidades federais do RS resolveram endurecer o jogo com o governo. Durante 11 horas, permaneceram dentro da Delegacia Regional do MEC, em Porto Alegre. Além de parlamentares, vários sindicatos se solidarizam com os estudantes. Servidores técnico-administrativos e professores passaram o dia no local. Representantes do

Movimento Sem Terra, acampados em Viamão, e alunos do Julinho, também foram se unir aos estudantes. Em Brasília, a greve de fome de 16 professores completa três dias. Eles reivindicam a abertura imediata das negociações por parte do governo e o pagamento de maio. O Comando Nacional de Greve Unificado FASUBRA/SINASEFE foi ao Congresso Nacional e conversou com as lideranças partidárias na Câmara e no Senado, no sentido de pressionar o governo a apresentar sua proposta.

A greve nacional nas universidades públicas federais completa 69 dias. O Ministro da Educação tentou intimidar os servidores em rede nacional, dizendo que não ia pagar os salários de maio, mas as atividades deveriam retornar ao normal. Além disso, mentiu quanto às negociações com o movimento grevista.

O movimento grevista impôs mais uma derrota ao governo, com a não votação da GED - Parlamentares da oposição impedem a votação do projeto de gratificações (O Governo Federal queria aprovar o projeto de lei do GED - Gratificações de Estímulo à Docência, no Congresso Nacional. No entanto, como o governo não encaminhou nenhuma proposta para os técnicos-administrativos, nem para os professores de 1º e 2º graus, o movimento grevista solicitou que o Bloco de Oposição obstruísse a sessão). O governo federal tenta aprovar o projeto de lei do GED - Gratificações de Estímulo à Docência.

Os servidores técnico-administrativos presentes na assembleia geral decidiram suspender temporariamente a greve. Após 71 dias de intensa mobilização, os servidores retomam as suas atividades, mas com a certeza de que a luta contra este governo e o seu projeto de privatização das universidades públicas continua. Ao construir uma das maiores greves da educação, os técnicos-administrativos se mostraram capacitados a assumir a tarefa de defender a universidade pública.

A luta continua e a comunidade da UFRGS acende a pira da educação - A campanha "Educação Pública: Não deixe que apaguem esta chama" foi lançada na UFRGS -. Mesmo com a suspensão da greve, a mobilização em defesa da

universidade pública continua. Os três segmentos se reuniram para debater os próximos passos do movimento.

O governo quer incorporar 28,86% ao salário dos servidores por medida provisória e apresentará tabelas com a incorporação. Os percentuais líquidos a serem incorporados por força da Medida Provisória serão conhecidos somente depois da divulgação das tabelas pelo governo. O Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) diz que a regulamentação sai esta semana. O atraso se deve ao reajuste diferenciado para 4.250 cargos. Segundo a Ministra da Administração, Cláudia Costin, o pagamento será feito em folha suplementar, no início de agosto. As tabelas com o reajuste dos 28% apresentadas pelo governo denunciam a sua má-fé. O parecer jurídico solicitado pela FASUBRA a escritórios jurídicos conclui que a MP dos 28,86% não atende a decisão do Superior Tribunal Federal. O parecer analisou a Medida Provisória 1704.98 e sua posterior regulamentação. O governo tem interpretado que o judiciário, até este momento, determinou a compensação dos reposicionamentos concedidos pela Lei 8627.93, apenas. Já os assessores jurídicos divergem desta interpretação. A tabela em alguns casos, pode suprimir o reajuste de 28,86%.

A tradicional Marcha dos Sem, este ano, abrigará mais um forte elemento político: as eleições gerais 98, contra a reeleição de FHC, e encontrará a Marcha da Educação, dos professores estaduais.

A plenária da FASUBRA aprova o apoio à candidatura de Lula e Brizola. Em decorrência da discussão iniciada na greve, a FASUBRA está com força na campanha eleitoral para defender a universidade pública e o ensino público e gratuito. A plenária, realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, aprova um calendário de atividades e iniciativas para disputar voto a voto e derrotar o Governo Fernando Henrique nas eleições.

A última Plenária Nacional da FASUBRA - Sindical indicou o Dia Nacional de Luta pela Autonomia e Democracia nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Contra o autoritarismo do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, as

entidades nacionais FASUBRA, ANDES-SN, SINASEFE e UNE farão um ato na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Aqui no estado, servidores das quatro universidades federais estarão unidos em um ato na Fundação Universitária de Rio Grande - FURG.

A Assufrgs e ADUFRGS se unem contra FHC - Entidades iniciam campanha contra a reeleição de FHC -. Criada pela Assufrgs iniciará como tema "Reeleição³⁶: O Brasil não pode continuar errando. A hora de mudar". A campanha contra a reeleição de FHC é uma decisão de assembleia geral da categoria no período da greve.

O setor da educação do Comitê Lula-Olívio da UFRGS participa do comício com Lula e Olívio, no Largo Glênio Peres. Mais de 200 ônibus estão vindo do interior para participar da manifestação, que pretende mostrar a insatisfação popular com o governo do estado.

Mais um dia de paralisação dos técnicos-administrativos - Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade Pública -. Seguindo a orientação da FASUBRA Sindical - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, a Assufrgs está convocando uma paralisação dos servidores técnico-administrativos. Debate "O pacote Econômico e a Universidade".

Em 1998, o número de Boletins Informativos analisados pela pesquisa foram 45. As temáticas que mais presentes neste ano foram: Demissões Reforma Administrativa, Reforma da previdência, FGTS, Reajuste salarial, Carreira, Greve, Universidade pública, Reeleição FHC, Campanha salarial, PEC 370, Greve, Movimento grevista, Educação pública, Defesa da Educação, Crise nas Universidades, Defesa da Educação, Corte de verba, Autonomia universitária, Carreira, CONFASUBRA.

³⁶ Reeleição: termo adotado pelos servidores para se referir a uma campanha contra reeleição de Fernando Henrique Cardoso. É um erro de grafia que remete a campanha onde o Brasil "não pode continuar errando".

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao apresentar os dados da pesquisa pelas narrativas memoriais das lutas sindicais a partir dos boletins informativos contidos no período de 1987 a 1998, e produzir a memória sindical da Assufrgs sindicato, para construção de uma coleção de referência, torna-se uma tarefa desafiadora relacionar a Assufrgs sindicato com os movimentos socioeconômicos nacionais e a universidade.

Os aspectos que permeiam a memória, por vezes as recordações, elas estão sob forma oral, outras vezes escrita. Nessa pesquisa trabalhou-se com informação escrita, publicados em um veículo de comunicação, dados de um período que foram analisados e revisitados em forma de narrativas.

Percebe-se que produzir a memória sindical é uma tarefa que está vinculada a um espaço tempo; uma construção social onde indivíduos que pertencem ao mesmo grupo compartilham lembranças e acontecimentos. Expressões coletivas da luta sindical: o pertencimento que por meio da escrita é colocado para a sociedade, em lembranças individuais, que mantém as pessoas unidas em torno do grupo que são os técnicos-administrativos em educação. O espaço é a UFRGS e o tempo é aquele que cabe na lembrança, nos rastros, e que, nesta pesquisa, é invocada pelos Boletins; armazená-las nestes Boletins e rememorá-las em narrativas de memória entre a ausência e a presença dessas recordações. Arquivar lembranças coletivas e trazê-las pela memória é o que torna o material arquivístico rico em detalhes: o ponto de apoio da coletividade.

Mas o que é, enfim, a memória sindical? De onde ela vem? Onde se organiza e recupera? Creio que a pesquisa trouxe as respostas a essa questão, ao tornar as narrativas memoriais dos técnico-administrativos em educação o espaço da memória sindical.

Buscou-se, nas seções anteriores, aprofundar o estudo do sindicalismo e da política, a fim de embasar a memória trazida pelas narrativas, situar o leitor nos acontecimentos e períodos históricos, e, nesta seção, busca-se fazer a conexão das recordações contidas nos boletins e as narrativas memoriais contidas neles.

No que permeia a memória dos servidores públicos, a história se revisita nessas narrativas. Halbawachs afirmava que, para recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos literais, ou seja, não é necessário fazer parte do contexto da época, mas querer pertencer ao grupo e às memórias geradas por eles.

A apresentação da discussão quer dar esse enfoque à memória sindical. O servidor técnico-administrativo faz parte de uma memória de luta, de um conjunto de situações, de ensejos e de disputas políticas, que afetam diretamente a vida laboral e social enquanto ser humano e as necessidades básicas de sobrevivência.

O trabalhador público foi afetado tanto quanto o trabalhador da esfera privada, na seção sobre Sindicalismo no Mundo e no Brasil. Em 1987, o governo de José Sarney, trouxe o plano econômico com mais prejuízos financeiros aos trabalhadores, o Plano Bresser. Neste período, o Ministro da Fazenda era Bresser-Pereira. O índice de preços passou a ser chamado URP (Unidade de Referência de Preços). A inflação em alta, congelamento de preços e salários, provocou a CUT a convocar greve geral contra o pacote, arrocho salarial e fim do gatilho. A FASUBRA, juntamente com os sindicatos de base, aderiram à mobilização geral em defesa da isonomia de salários no serviço público e contra o arrocho salarial. Conquistar a Lei da Isonomia, as 12 Referências para o Plano de Cargos e Salários, o Enquadramento e reajuste salarial foram as lutas do ano de 1987. A greve do setor público superou a greve do setor privado. Além disso, iniciou-se a discussão de uma universidade mais democrática, com eleições diretas para reitor. Os reitores insistiam junto ao Ministério da Educação e Cultura para que se superasse a crise. A greve, em alguns pontos, obteve êxito. Contudo, a indiferença dos servidores em relação à política em geral, não fez perceber os ganhos e conquistas com o Plano de Cargos e Salários, 12 Referências, além dos gatilhos, URP e gratificações, focando somente em não ter recebido o reajuste esperado. Ao fim de 1987, a isonomia ainda não havia sido implantada, mas a perspectiva de que em 1988 fosse efetivada era grande.

Em 1988 e 1989, os Boletins não foram contemplados na pesquisa, mas, de acordo com a história, o período de greves se intensificou contra o Plano Bresser,

com adesão em massa de setores públicos e estatais. Foi o ano da Constituição Cidadã, que regulamentou políticas, como a criação dos sindicatos, dos direitos de sindicalização dos servidores públicos e criação do SUS. Apesar da livre associação sindical, proibiu a criação de mais de um sindicato por categoria. A nova moeda passou a ser chamada Cruzado Novo e a onda de demissões de funcionários públicos e privatizações havia começado. Foi ano de eleições com dois turnos e, na disputa, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, com conseguinte vitória de Fernando Collor de Mello.

No ano de 1990 ocorreram assassinatos de camponeses, religiosos e lideranças sindicais. Esses fatos tiveram um peso sobre o ano, com um refluxo neoliberal e ações severas do Governo Fernando Collor de Mello, o que dificultou a ação dos sindicatos a longo prazo. Nessa perspectiva, a discussão para ter um sindicato próprio foi pauta durante o ano de 1990, onde a contribuição assistencial para manter a luta sindical foi tema de debates de base e da federação. A Assufrgs já estava filiada à Central Única de Trabalhadores. A criação do SINTEST/RS e adesão da Assufrgs como seção sindical foi um marco para a luta sindical, que passou a ter regulamentação para atuar. Nas lutas travadas pelo movimento sindical, a sucessão para reitor foi debatida no CONSUN e levada junto ao MEC, para que houvesse uma política para o assunto. Enquanto isso assumiu interinamente o professor Tuiskon Dick como reitor.

As pautas discutidas anteriormente no governo anteriormente, entre os anos de 1988 e 1989, foram o Regime Jurídico Único (aprovado) e Diretrizes de Planos de Carreira, pelo ex-presidente do Brasil José Sarney, e que tiveram continuidade no Governo Fernando Collor, pois estes queriam extinguir direitos já conquistados. A agenda neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o funcionalismo público era preocupante, se dando em ataques aos direitos trabalhistas e enfraquecimento dos sindicatos, com o enxugamento da “máquina pública” com demissões previstas pelo governo ecoou na UFRGS, atingindo 1.760 funcionários. Com perspectivas de demitir em torno de 360 mil servidores, havia a reforma administrativa, projeto de desmantelamento do serviço público, chamada de Plano

Brasil, Plano Collor, Plano Nacional de Desestatização, ou Plano Callote, como chamavam os servidores, porque as perdas salariais do período foram gritantes.

A adesão dos trabalhadores a greves da CUT foi com a palavra de ordem “Fora Collor” e repetida entre os trabalhadores da universidade que participaram das manifestações em nível nacional. A não inclusão dos servidores públicos federais na medida provisória 193, que regia sobre a política salarial dos servidores públicos, aumentou a insatisfação e as perdas do período, trazendo o maior arrocho salarial, tornando a situação insustentável. A criação da Confederação Nacional dos Servidores deflagrou a greve nacional, que paralisou mais da metade das universidades. Apesar de toda a movimentação, o presidente deixou o servidor sem nenhum avanço salarial no período. Os setores da educação, saúde e previdência foram os que estiveram envolvidos com as mobilizações. A greve terminou, mas as mobilizações em torno da isonomia salarial, privatização dos serviços essenciais. A reintegração dos demitidos continuou no ano de 1991. Denúncias de corrupção no governo, já no primeiro semestre de 1991, despontaram os pedidos de exoneração de Collor. Na Assufrgs foi o primeiro ano de eleição da nova diretoria, após integrar a seção sindical SINTEST/RS, e a polemica da contribuição assistencial continuava. Com a aprovação do RJU, boa parte dos servidores da universidade foi incorporada ao novo regime. Os problemas em decorrência dessa incorporação abrangiam desde discriminação nos contracheques até ameaças de demissão dos não incorporados ao novo regime. A CUT deliberou greve geral contra a defasagem salarial, com adesão da Assufrgs, que determinou em greve por tempo indeterminado junto ao movimento do funcionalismo público. Na luta pela carreira, o governo aprovou o projeto de lei 1390/91, que dispõe sobre a tabela de vencimentos dos servidores, que trouxe prejuízos à carreira. Apesar de não ter ganhos significativos em relação ao reajuste real no salário (20%), mas ganhos na tabela do Enquadramento, obteve ganhos políticos, econômicos e organizativos no desgaste que causou ao governo e na força que demonstrou no movimento nacional. O ano de 1991 terminou com aumento de denúncias de corrupção no governo Collor, e que no ano de 1992, se intensificaram.

Em 1992, o aumento da fome e da miséria e os escândalos de corrupção intensificaram a indignação contra Collor. O marco da defasagem salarial estava em 850,93%. A campanha intitulada “Estado de Miséria” sinalizava que o governo daria 100% de reajuste, o que não contemplava os servidores. O governo insistiu em privatizar os setores públicos e os dias de luta contra o Governo Collor e FMI se intensificam. A greve do funcionalismo público foi iminente, com a proposta que previu o fim do ensino público e sobre o estabelecimento da receita para pagamento de servidores, sem êxito. O governo apresentou novo projeto da LDB, que defendia os interesses das escolas particulares e mantinha pontos de propostas anteriores. Devido à pressão em cima da greve, com o corte de ponto, a greve foi encerrada. Da mesma maneira, o governo neoliberal de Collor insistia em apresentar propostas que prejudicariam o funcionalismo, como o projeto de lei da isonomia, com emendas que não contemplavam o servidor. O governo pediu a inconstitucionalidade de dois incisos do Regime Jurídico Único. Junto a isso, o corte de verbas na área de habitação, saúde e educação reduziu o orçamento das universidades. Os embates ao governo continuaram com o projeto de reforma fiscal, que atingiu as conquistas dos trabalhadores, pois passaram a pagar mais impostos. Na onda de privatizações de estatais, os servidores da educação encaminharam abaixo-assinado para garantir a manutenção de direitos consagrados na Constituição Cidadã. Dentre eles, estabilidade de emprego e aposentadoria por tempo de serviço. Paralela às decisões governamentais, ocorreu a CPI do caso Paulo Cesar Farias, que levaria ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, e, na sequência, assumiu Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso no Ministro da Fazenda.

Em 1993, a moeda passou ser o Cruzeiro Real, e o Ministro Fernando Henrique anunciou o programa de estabilização econômica, chamado Plano FHC, e criou a URV – Unidade real de valor, cujo valor variava em cruzeiro real diariamente. Começou, então, a batalha para sacar o FGTS dos servidores da UFRGS; um momento em que a coordenação do sindicato foi destituída, pois houve irregularidades administrativas envolvendo a assessoria jurídica contratada pelo sindicato na utilização da verba e do patrimônio. Mudou o presidente, mas os problemas continuaram: a compressão salarial, sucateamento do serviço público e

as privatizações. A CUT executou grandes manifestações contra as privatizações. O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional parte do RJU. A terceirização teve seu começo na universidade, como forma de privatizar serviços públicos. Foi instituída a GAE (gratificação de atividade executiva), para reajustar salários, e a hierarquização na nova carreira dos servidores da universidade. Iniciaram as “Marchas à Brasília”, contra a política econômica de Itamar.

O ano de 1994 foi difícil para a Assufrgs, por conta de um acidente em que foram perdidas muitas vidas. Os gastos com assistência hospitalar aos sobreviventes, e despesas de funeral, endividaram o sindicato. As centrais chamaram greve geral contra a revisão constitucional, contra o Plano FHC e por política salarial com reajuste mensal, defasados por conta da URV. Na metade de 1994, a moeda passou a ser o Real, em plena campanha à presidência. Para a população foi bom, pois os preços caíram. Contudo, este plano garantiu a livre entrada de capitais estrangeiros e uma forte recessão, que acarretou a desindustrialização, privatizações e retirada do Estado dos serviços públicos. A Assufrgs deliberou greve, no período, contra o plano FHC, pois as perdas salariais só aumentaram: o servidor continuou recebendo em URV enquanto a inflação passou a ser em Real.

O governo abriu mesa de negociação com os servidores públicos da educação, oferecendo implantação de pautas específicas para terminar com a greve, mas a manobra não traria ganhos imediatos, então a CUT interveio na pauta para agilizar as negociações, o que garantiu uma proposta do MEC, e o fim da greve foi declarado. As greves, em geral, diminuíram no setor privado, pois foi criada a falsa ilusão de parceria e colaboração entre patrões e empregados. Passou-se a flexibilizar as leis trabalhistas. Devido à pauta emergencial do funcionalismo, foi criada a campanha salarial emergencial dos servidores públicos federais. O ganho para educação foi a implantação da isonomia. Enquanto isso, a classe média aprovou as medidas de Fernando Henrique Cardoso, o que garantiu a eleição à ele em primeiro turno, com a derrota de Luiz Inacio Lula da Silva (pela segunda vez na disputa para presidente).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, neste mandato, queria mudanças estruturais no Brasil. As perdas salariais de 213% e a proposta da revisão constitucional eram uma amostra do que poderia vir. A CUT, na perspectiva de greve geral, aprovou calendário conjuntos dos servidores públicos federais. Os eixos de reivindicações eram em cima da retirada de direitos trabalhistas: contra as privatizações, congelamento de salários e fim dos concursos e sucateamento do serviço público. A expressão “Custo Brasil” permeou sobre a recessão e a falta de empregos e a alternativa foi a flexibilização dos direitos trabalhistas. A greve dos servidores públicos (que incluía as universidades) e estatais, dentre eles os petroleiros (que lutavam contra a privatização da Petrobrás), eletricitários, previdenciários e telefônicos, tinha como mote a luta contra as reformas constitucionais do governo. Atos como a Caminhada da Soberania e contra as reformas neoliberais de Fernando Henrique, organizada pelo Fórum em Defesa das Estatais e do Patrimônio Público, contou com a participação das universidades. O governo, na agenda de dismantelar o serviço público e colocar um maior controle sob os partidos que estão no poder, colocou na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a quebra do RJU e da Estabilidade de vínculo no serviço público.

No ano seguinte (1996), Fernando Henrique Cardoso colocou no plenário da Câmara a proposta da reforma da previdência, que não foi aceita. A política de dismantelamento dos serviços públicos essenciais veio com a aprovação da reforma administrativa. Os servidores públicos federais, incluindo técnico-administrativos e professores das universidades, deflagraram greve. Como ponto principal, a recuperação das perdas salariais. Contudo, o governo sinalizou de forma negativa, alegando não haver dinheiro. Os servidores ocuparam o Ministério da Fazenda, tentando negociação. No campo mais uma chacina, de Eldorado dos Carajás. Em repúdio aos atos violentos, os servidores públicos federais fizeram ato em Brasília, exigindo punição aos assassinos. Com a diminuição do número de greves, a CUT convocou para greve geral, num momento em que o desemprego crescia, os salários perderam poder de compra e aumentou o número de excluídos da sociedade. Mesmo dentro da CUT não houve consenso quanto ao momento da greve, enquanto isso, na agenda neoliberal de privatização, Fernando Henrique

Cardoso lançou o PDV – Plano de Demissão Voluntária aos servidores do funcionalismo público num momento grave, por falta de investimento na educação pública. Contudo, o plano não ecoou na UFRGS, onde teve poucos adeptos.

O começou o ano de 1997 com o não repasse de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior para pagar passivos trabalhistas. O presidente cancelou qualquer reajuste salarial para os servidores públicos federais, alegando que provocaria um rombo nos cofres do governo. A dívida interna e externa foi o real motivo da falta de verbas, que direcionou os recursos os Bancos. Em meio a essa agenda de desmonte do Estado, em defesa da universidade pública e contra as privatizações (Cia Vale do Rio Doce que foi vendida), foi realizado ato público pela comunidade universitária. Aconteceram, também, outras movimentações, dirigidas pela CUT, como o ato Dia do Vermelho, que foi em parceria com os servidores estaduais.

Fernando Henrique Cardoso fez campanha para aprovar a emenda constitucional que permitiu a reeleição para Presidente da República, governadores e Prefeitos. Nesta campanha, FHC esteve em Porto Alegre para visitar o dono de um dos principais jornais de grande circulação da época.

Os servidores Públicos federais propuseram uma campanha salarial pois queriam evitar a reforma administrativa, previdenciária e o projeto de lei da autonomia universitária. Contudo, Fernando Henrique Cardoso apresentou a medida provisória do Pacote Fiscal que aumentou o imposto de renda. O Congresso lançou o Plano Nacional de Educação, que contou com a participação de entidades representativas da educação e parlamentares. Por fim, aconteceu a Marcha dos 100 mil, promovida pelo MST e CUT, com a participação de sindicatos e federações contra o governo do FHC e as medidas de austeridade contra a população brasileira que passava um momento de grande recessão, desemprego e falta de perspectivas.

No ano de 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito e prometia executar as reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias. No anterior (1997), o governo tinha anunciado demissão em massa de servidores federais não

recadastrados nos setores e enviados ao governo, mas recuou em 1998. A reforma da previdência, colocada no Plenário da Câmara para votação, e aprovada em primeiro turno, criou o Fator Previdenciário, que cria idade mínima para se aposentar. Outra reforma que estava no senado e foi aprovada foi a reforma administrativa, que visava a quebra da estabilidade dos servidores públicos e o fim do concurso. A agenda de reformas havia começado. Os servidores públicos entraram em greve. A greve nacional do setor da educação das universidades públicas federais teve, no seu eixo de reivindicações, a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e reajuste salarial. Em Porto Alegre ocorreu uma passeata em conjunto com CPERS e Movimento Sem Terra, que reuniu uma grande massa na capital.

A CUT convocou greve geral por todas essas reformas, e privatizações do governo FHC, foi neste período em que ocorreu a privatização da Telebrás. Fernando Henrique utilizou a grande mídia para conseguir adeptos da população com a seguinte frase “privatizar é bom”. Nesse certame, os servidores públicos foram às ruas com o seguinte mote: “5 anos sem aumento, não aguento”. Foram os servidores das universidades e previdenciários.

O governo obrigou os reitores das universidades a cortar salários, sob pena de perder os cargos caso os servidores não voltassem a trabalhar. Nas mídias, o governo pressionou para voltarem ao trabalho com o não pagamento de salários, num claro desespero, pois a campanha pela educação pública e contra as privatizações tomou corpo. O saldo da greve foi positivo: os trabalhadores das universidades incorporaram gratificações e conseguiram manter o RJU.

A política brasileira permeou o serviço público por todo esse tempo. Cabe ressaltar que a cada governo, medidas de austeridade e reformas foram implantadas para enxugar a máquina do Estado, abrindo caminho para as privatizações. Alguns setores não resistiram: as estatais foram prejudicadas pela privatização. Quem conseguiu resistir foram as universidades e os setores previdenciários, tão importantes para o funcionamento do país. O *modus operandi* das privatizações era sucatear ao máximo o setor público para colocá-lo à venda a preços inferiores ao

que valem. Em todo o período da pesquisa foi constatado o claro desrespeito com o setor público e com o trabalho realizado pelos servidores públicos. Arrochar salários do executivo foi uma regra imposta desde o fim da ditadura e permaneceu até os dias atuais. O povo, a população que foi beneficiada pelos serviços públicos, por vezes foi induzida ao erro de achar que um setor privatizado teria maior eficiência e eficácia do que uma estatal ou órgão público. Porém, a história conta fatos diferentes e nos cabe produzir uma memória que não fuja a esses fatos, mas remeta e recorde, para que nunca esqueçamos os momentos difíceis pelos quais passamos.

Os sindicatos e centrais, em sua maioria, não são patronais. Contudo, uma parte insiste em querer legalizar acordos que prejudicam o trabalhador. Sindicatos e Centrais foram criados para lutar pelo trabalhador e não para servir aos interesses dos patrões. Produzir o passado sindical nos traz à tona memórias sindicais, por vezes esquecidas, e que são rememoradas, ou melhor, têm que ser lembradas para que a história tome um curso diferente para os trabalhadores e futuras gerações. O que somos nós trabalhadores sem as memórias sindicais?

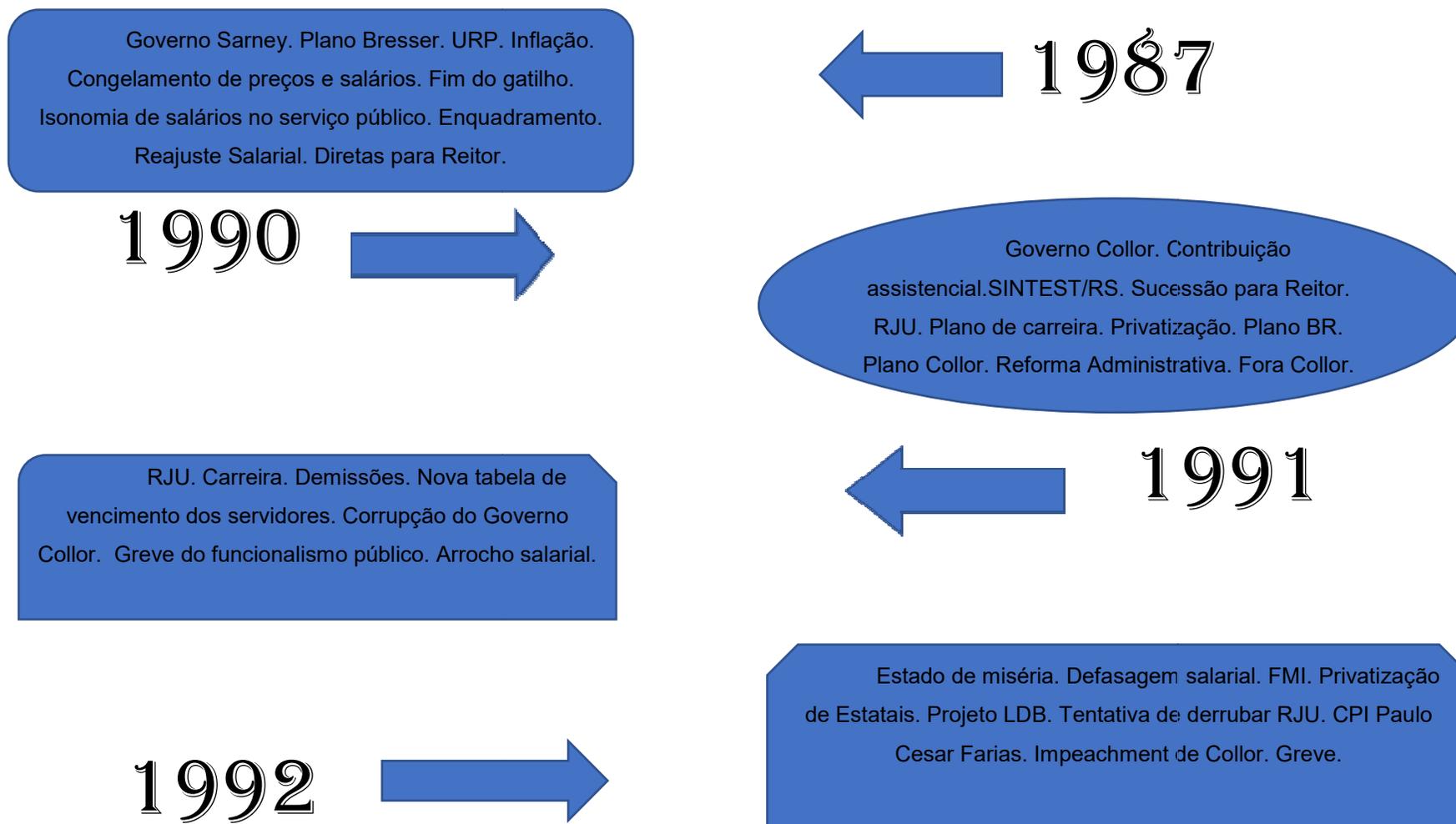
Estamos num período em que a luta sindical está tomando novos rumos. Nas décadas de 1980 e 1990, a luta sindical foi intensa: com muitas greves e lutas por direitos, mas com mutação do mundo do trabalho, sem referência classista, com a precariedade e a massificação do trabalho, numa perda vertiginosa, ao longo dos anos, dos direitos trabalhistas, fazendo com que o Direito do Trabalho perdesse a importância. O negociado vence o legislado e, em consequência, os sindicatos perderam espaço entre os trabalhadores, que começaram a atuar de forma individual. As lutas coletivas perderam o foco e as grandes greves deixaram de acontecer.

Garantir que essa memória sindical apareça para gerações futuras, principalmente do setor público, que é o foco desta pesquisa, é continuar incentivando para que haja luta. Como já dito anteriormente, não há um manual de como se faz a luta, mas há uma memória de luta de como já se fez e deu resultados positivos em algum momento.

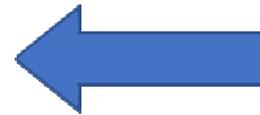
Mudam-se os governos, mas as propostas são as mesmas: extinguir o serviço público e de qualidade numa busca desenfreada para privatizar. São projetos neoliberais num país rico em solo, reservas hídricas e que produz alimento e que também atrai especulação do capital financeiro externo, que quer investir naquilo que gera divisas e lucro: a educação. É mais do que necessário termos governantes que tenham responsabilidade social e financeira para gerir este negócio, que é público; que é da população brasileira.

A educação pública, a universidade pública, é essencial para que uma nação cresça consciente, critique e proponha. A seguir, uma cronologia de lutas do período proposto, de acordo com os resultados.

Ilustração 24 - Cronologia de lutas



Moeda cruzeiro Real. Presidente Itamar Franco. Programa de estabilização econômica. Plano FHC. URV. Saque FGTS. Compressão salarial. Sucateamento do serviço público. Privatizações de Estatais. CUT organização manifestações. Inconstitucionalidade de parte do RJU. GAE. Hierarquização da carreira. Marcha à Brasília.



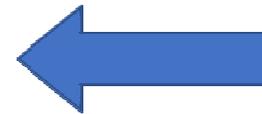
1993

1994



Acidente com ônibus da Assufrgs. Greve das centrais. Revisão Constitucional. Plano FHC. Salários defasados. Moeda Real. Desindustrialização. Privatização. Campanha salarial emergencial. Eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Revisão constitucional. Greve dos servidores públicos federais. Custo Brasil. Tentativa de quebra da Estabilidade.



1995

1996



Reforma da Previdência. Desmonte da educação.
PDV. Greve Geral convocada pela CUT. Chacina
Eldorado dos Carajás.

Calote do governo. Dívida interna e externa. Atos contra
as privatizações. EC para presidente da República. Campanha
salarial. Marcha dos Sem. Recessão e desemprego. Tentativa de
demissão em massa de servidores federais


 1997

1998



Reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Recuo de
demissões. Aprovada a reforma da previdência. Fator
previdenciário. Reforma administrativa. Greve nacional do setor da
educação. Defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.
. Greve geral convocada pela CUT. Corte de salários.
Incorporação de gratificações. Mantido o RJU.

A ilustração 25 da nuvem de palavras demonstra as principais lutas do período da pesquisa que foram: greve, plano de carreira, campanha salarial, defesa da educação, reformas do governo, entre outras.

Pautas que continuam atuantes na atualidade e que fazem parte da rotina dos técnico-administrativos em educação. Entre governo, sai governo e a política de desmonte da educação continua. Anos lutando por melhores condições de trabalho e para garantir uma universidade de qualidade.

7 PRODUTO FINAL

A partir dessa história de lutas é que surge o produto final desta pesquisa, que é a construção de uma coleção de referência³⁷ sobre a memória sindical dos trabalhadores da UFRGS no período de 1987 a 1998, como produto final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. O Espaço é *on-line*, construído a partir da ferramenta de código aberto *TimelineJS*, desenvolvida pela *Northwestern University | Knight Lab* e vinculado ao site do Projeto Memória Assufrgs. O objetivo é disponibilizar, virtualmente, Boletins Informativos da Assufrgs Sindicato no período estudado com conteúdo que se destaca no cenário das lutas sindicais da memória do período. Tecnicamente é uma plataforma gráfico-visual de fácil assimilação e navegabilidade, acessível a qualquer usuário, que indexa boletins históricos de forma organizada. O formato proposto é o de linha do tempo (*timeline*) horizontal dinâmico e interativo, que suporte diferentes formatos de mídia (pdf/foto/vídeo), tanto para *desktop* quanto *mobile*. A linguagem utilizada é *Json/Css*, ancorados em uma tabela *Spreadsheet* alocada em drive *on-line*, em formato *Od1* (*Omni*), que pode ser editada e acrescida de dados por qualquer pessoa sem conhecimento em quaisquer níveis de programação.

Para ilustrar os períodos históricos, também foi disponibilizado, no site, fotografias que trazem recordações de memórias de luta dos servidores técnicos-administrativos em educação da UFRGS.

O acesso se dá pelo seguinte endereço eletrônico:

<http://memoria.assufrgs.org.br/memoriasindical/>

³⁷ Uma Coleção de referencia viabiliza organizar de forma sistemática as informações sobre um material de pesquisa.

Ilustração 26 – Layout da interface da coleção de referência sobre a memória sindical



Fonte: site Memória Assufrgs

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi pensada e desenvolvida durante a pandemia da Covid-19. Incertezas, medos e angústias surgiram sobre como seria desenvolvê-la durante este período. A pandemia também motivou a vontade de viver, de querer produzir. E então, esse pensamento de pesquisa teve um início em 2020, ainda tímido, mas, naquele momento, apesar de tudo, era necessário e deveria ser resistido para que esse processo de construção tivesse um início, meio e fim. Alguns percalços tornaram a pesquisa morosa em algum período, mas foi necessária muita força de vontade para que desafios fossem superados.

Em um contexto conturbado, de mudanças no cenário político e no sindicalismo, era mais do que necessário construir uma memória sindical e deixar o legado de resistência dos trabalhadores às gerações vindouras. Nesse sentido, retomando um pouco das considerações iniciais, colocar o sindicato como protagonista dessas ações que, há mais de 70 anos, está à frente das lutas dos servidores técnico-administrativos em educação.

Para construir essa memória, criou-se uma coleção de referência sobre a memória sindical, compreendida no período de 1987 a 1998, a partir da análise dos boletins informativos disponibilizados pelo centro de documentação e memória (cedem), o qual foi o objetivo principal dessa dissertação. Essa tarefa foi lograda com êxito, através de uma pesquisa documental e com o método da análise de conteúdo.

Para tanto, foi necessário relacionar a Assufrgs Sindicato com os movimentos socioeconômicos nacionais e da UFRGS, no período, e ainda identificar, dentro dos Boletins, as narrativas memoriais das lutas sindicais da Assufrgs Sindicato. Nesse sentido, foi possível produzir a memória sindical da Assufrgs Sindicato, no período de 1987 a 1998, a partir dos Boletins Informativos, para construção do produto.

Algumas considerações quanto à análise de conteúdo: para trabalhar com as narrativas memoriais dos Boletins, foi necessário explorar e pensar em estratégias para construir a memória sindical e trabalhar de uma forma que ela pudesse estar

disponível a todas as pessoas que tenham interesse na temática da memória sindical. A escolha da análise de conteúdo fez com que houvesse a necessidade de analisar cada boletim detalhadamente. Explorar um material diverso, sem um padrão pré-definido de publicação, trouxe alguns desafios e limitações, como, por exemplo, as múltiplas variáveis que não foram abrangidas, havendo a necessidade de fazer a escolha das temáticas a serem abordadas. Os Boletins são diversos em temática, conteúdo e forma de publicação, como o Boletim da Assufrgs mistura a pauta sindical e associativa, a escolha da temática sindicais em meio as outras pautas foi necessária. Por vezes eram informativos de assuntos do convênio, assuntos jurídicos, entre outros. Contudo, anualmente a pauta sindical era incluída nos Boletins, o que permitiu que um material denso fosse extraído para a análise de conteúdo.

Algumas peculiaridades como a partir de 1994 onde começou a apresentar expediente com o nome da entidade, endereço, contatos, a nominata da coordenação de divulgação e imprensa, tiragem, impressão, e a seguinte frase “As matérias não são assinadas, são responsabilidade da coordenação da entidade”. A partir daí, aos poucos, o formato começou a mudar: já não eram mimeografados, mas impressos em gráfica. Já 1995, o expediente publicava a nominata de toda coordenação em exercício, do conselho editorial e jornalista responsável. As matérias eram assinadas pelo conselho editorial. Essa evolução na forma de apresentar o boletim, trazendo mais informações dos indivíduos que trabalhavam para que acontecesse, demonstrava a qualidade e o trabalho sério que vinha sendo desenvolvido para dar fidedignidade aos fatos. Também pode ser constatado que, em 1998, não houve greve, mas paralisações semanais e atos de rua. A política era em defesa da universidade pública.

A limitação, referente à completude da coleção, foi na ausência dos anos 1988 e 1989, que é memória importante e acabou criando uma lacuna entre os anos 1987 a 1990. Mesmo com essa ausência, nos anos posteriores, em algumas passagens dos textos, a memória era retomada. Outra limitação é o fato de que nem todos os boletins anuais foram abrangidos, pois não estão na coleção do CEDEM.

Na relação do sindicato, universidade e com os movimentos socioeconômicos, os sucessivos governos tiveram um papel expressivo no rumo que as Instituições Federais de Ensino Superior estavam tomando. Sucatear o serviço público para privatizar foi um ato destas gestões, o que enfraqueceu o ensino público, tanto na base, com a criação da LDB um tanto controversa, mas que atingia a universidade. Não pagar dignamente os servidores públicos federais também foi tarefa destes sucessivos governos.

Mesmo com a conquista da isonomia salarial entre os poderes, não foi o suficiente para manter uma vida digna ao trabalhador. O plano de carreira para as universidades foi tarefa expressiva para os TAEs e que resultou em ganhos financeiros para boa parte deles e, em outros casos, diminuiu salários, como foi o caso dos técnicos de nível superior. Contudo, o reposicionamento na carreira, em geral, foi satisfatório e primeiro passo para o aprimoramento da carreira. A conquista da contribuição assistencial para garantir a existência do sindicato e da federação foi um marco na evolução sindical.

Memória Sindical: conceito em construção que remete ao sindicalismo, a expressões coletivas da luta sindical, à memória coletiva de *Halbwachs*. Se refere à história das lutas dos trabalhadores por direitos e condições de trabalho. Essa memória é preservada através de um acervo de documentos e objetos históricos em locais de memória, como arquivos, bibliotecas, museus, centro de documentação de sindicatos e centrais sindicais. É importante para entender e preservar a memória identitária e a evolução dos movimentos sindicais e as lutas históricas como greves, manifestações e conquistas de direitos. A memória das lutas dos trabalhadores e das gerações que estão por vir tem que ser preservada para garantir que a conquista de direitos tenha um referencial de luta.

Algumas outras abordagens de pesquisa neste período poderiam ser realizadas, como estudo das charges, da informação associativa e as pautas de lutas travadas entre a reitoria e os servidores da universidade. Outra sugestão para estudos futuros é a análise da diagramação dos Boletins por um material de

imprensa tão diverso e assuntos relacionados ao lazer dos sindicalizados, entre outras variáveis.

O que pode ser apresentado como possibilidades de pesquisa são os Boletins pós-ditadura cívico-militar, de 1984 a 1986: um período em que o sindicato atuava como associação beneficente (ABSUFRGS) e que traz, além da memória associativa, a memória de um período em que ainda eram proibidas as greves e manifestações, apesar da resistência do povo trabalhador da universidade em fazê-las. Outra possibilidade de pesquisa é a transição do Governo FHC para o Governo Lula (1999 a 2010). No período do REUNI houve um avanço na Educação Superior com o investimento nas universidades, e criação dos Institutos Federais. E na continuação dos governos do PT com o Governo de Dilma (2011-2016) e transição para o Governo de Michel Temer (2016-2018). Outra possibilidade de estudo é a transição do Governo Bolsonaro e nova eleição do Governo Lula (2019-2023).

Esta pesquisa, para um trabalhador técnico-administrativo da universidade, trouxe ganhos tanto pessoais, mas principalmente para a memória do trabalhador: Entender os ganhos, os valores constantes nas linhas dos contracheques e os benefícios adquiridos até os dias de hoje; entender que tudo o que se adquiriu foi à custa de muita greve, luta e dias de salários cortados.

Os governos não oferecem benefícios aos trabalhadores do funcionalismo público de forma espontânea, tudo é negociado, arrancado a duras lutas. Nem sempre os movimentos grevistas obtiveram êxito financeiro, sendo, por vezes, político, fortificando a luta e o poder do trabalhador em negociar direitos.

Esta dissertação está chegando ao final, entretanto a pesquisa continua. Não foi possível fazer tudo que se gostaria, mas muita dedicação foi empregada para finalizá-la. Tratar deste assunto é envolver a política governamental que afeta a autonomia da universidade, que foi adquirida na adversidade e na batalha entre trabalhadores e patrões. As futuras gerações de servidores técnico-administrativos poderão utilizar-se dessa pesquisa para se apropriar da luta sindical e dos processos de mobilização que conquistaram cada linha do contracheque.

Chegamos ao fim sem respostas fechadas do porquê se investe tão pouco na educação superior brasileira. Contudo, pode-se afirmar com firmeza que a prioridade dos governos nunca foi a educação pública.

Vivemos o Mito da Caverna (metáfora criada pelo filósofo grego Platão), em um ambiente de ignorância comum e que demonstra a importância do pensamento crítico, a busca do conhecimento e da verdade e o reconhecimento do poder da educação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O que é Sindicalismo. In: ANTUNES; GIANOTTI; ANTUNES & NOGUEIRA. **O que é: Sindicalismo, Estrutura Sindical, Comissões de Fábrica**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Círculo do Livro, 1996, p.13-70.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe (coord.). 3. Reimpressão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

ASSUFRGS. **Revista comemorativa dos 70 anos da ASSUFRGS sindicato**. Porto Alegre, set. 2021. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2021/10/REVISTA-70-ANOS-B.pdf>. Acesso em|: 02 de jun. 2022.

BARTZ, Frederico Duarte. Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922 [manuscrito]. 2014. 300 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2014. Ori.: Petersen, Sílvia Regina Ferraz.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70 Ltda, 2010.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de **1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2023.

CASTRO, Pedro. **Greve**: fatos e significados. São Paulo: Ática, 1986.

CHIARELLI, Carlos Alberto. **Teoria e Prática do Sindicalismo Brasileiro**. São Paulo: LTr, 1974.

FASUBRA. **Histórico da Entidade**. Disponível em: <https://fasubra.org.br/historico-da-entidade/>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em 14 set. 2021.

FREITAS, Rafael. Curso Livre: por uma história do sindicalismo no Brasil. (Apostila). Alvorada-RS: 2022, 27p.

GONÇALVES, Rafael. **Curso livre: por uma história do sindicalismo no Brasil**. Alvorada: Grupo de Estudos Americanista Cipriano Barata (GEACB), 2022. 27p. (Apostila).

GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores do Brasil**. 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 29-70. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOUREIRO, Felipe Pereira. João Goulart e a cúpula do movimento sindical brasileiro: o caso das confederações nacionais de trabalhadores (1961 a 1964). **História**, São Paulo, v. 36, e3, 2017. 23p.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: Analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 29, n. 3, dez. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de uma metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MEMÓRIA ASSUFRGS. Disponível em: <https://memoria.assufrgs.org.br/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://alfabetizarvirtualltextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisasdenominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf> Acesso em: 14 set. 2021.

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 10, n.11, p. 19-35, 1998.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, vol. 13 n. 38, 16p. São Paulo Oct. 1998, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38myrian.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2013.

SILVA, R. A.; SANTOS, R. N. M.; RODRIGUES, R. S. Estudo bibliométrico na base LISA: um enfoque nos artigos sobre os surdos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, p. 283-298, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/17708/12938>. Acesso em: 10 set. 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.30, n. 6, p. 497-518, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/4pzvZkq8Cmf54NrbCfC7pCD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2022.

VIEIRA, Sofia; FARIAS, Isabel. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. 3.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Mulher deve votar?** O código Eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino dos jornais Correio da Manhã e A Noite. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

APÊNDICE A

Quadro 2- Presidentes, Vice-Presidentes e Ministros da Educação do Brasil e os respectivos períodos de mandatos na Sexta República ou Nova República.

Presidentes, Vice-presidentes / Partido	Mandatos	Ministros da Educação	Ministros da Fazenda
Tancredo José Sarney, Jose Sarney (PMDB)	1985		
José Sarney-PMDB	15 de março de 1985 até 15 de março de 1990 (5 anos)	Marco Maciel (15/03/1985 a 14/02/1986) Jorge Borhausen (14/02/1986 a 05/10/1987) Aloísio Guimarães Sotero (06/10/1987 a 30/10/1987) Hugo Napoleão do Rego Neto (03/11/1987 a 16/01/1989), Carlos Correa de Menezes (16/01/1989 a 14/03/1990)	Francisco Dornelles (15/03/1985 a 26/08/1985) Dilson Funaro (26/0/1985 a 29/04/1987) Bresser-Pereira (29/04/1987 a 21/12/1987) Maílson da Nóbrega (interino)(13/05/1987 a 06/01/1988) Maílson da Nóbrega (06/01/1988 a 15/03/1990)
Fernando Collor de Mello, Itamar Franco-PMDB	1990-1992	Carlos Chiarelli (15/03/1990 a 21/08/1991), José Goldemberg (22/08/1991 a 04/08/1992), Eraldo Tinoco (04/08/1992 a 01/10/1992)	Zélia Cardoso de Mello (15/03/1990 a 10/05/1991) Marcílio Marques Moreira (10/05/1991 a 02/10/1992)
Itamar Franco-PMDB	29 de dezembro de 1992 até 1º de janeiro de 1995 (2 anos e 3 dias)	Murílio de Avellar Hingel (01/10/1992 a 01/01/1995)	Gustavo Krause (02/10/1992 a 16/12/1992) Paulo Roberto Haddad (16/12/1992 a 01/03/1993) Eliseu Resende (01/03/1993 a 19/05/1993) Fernando Henrique Cardoso (19/05/1993 a 30/03/1994) Rubens Ricupero (30/03/1994 a 06/09/1994) Ciro Gomes (06/09/1994 a 01/01/1995)
Fernando Henrique Cardoso, Marco Maciel -PSDB	1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003 (8 anos)	Paulo Renato Souza (01/01/1995 a 01/01/2003)	Pedro Malan (01/01/1995 a 01/01/2003)

Fonte: elaborado pelo autor

ANEXO A - Termo de anuência para realização da pesquisa científica e acadêmica.



Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada

Of. 056/2021

Porto Alegre, 17 de agosto de 2021.

Prezado Senhor Moisés Waismann

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA E ACADÊMICA

A pesquisa intitulada *A Memória Sindical dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Período de 1985 A 2002*, tem por objetivo *construir a memória sindical dos trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 1985 a 2002, a partir dos arquivos do Centro de Documentação e Memória (CEDEM)*. O estudo investigativo em foco será desenvolvido e fundado na natureza da pesquisa *qualitativa* de caráter *descritivo*. Para o processo de coleta de dados serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa Documental, com análise de conteúdo dos Boletins Informativos dos anos 1985 a 2002 e outros documentos pertinentes ao estudo. A análise dos dados será realizada pela acadêmica **SIBILA FRANCINE TENGATEN BINOTTO** (fone: 51991485858) mestranda do Curso de Pós Graduação em *Memória Social e Bens Culturais* da Universidade La Salle (fone: 53476 8791), que constituiu-se responsável por esta pesquisa e assegura que os participantes não serão identificados, bem como não serão identificadas pessoas e instituições eventualmente citadas no processo de coleta de dados, mantendo-se o anonimato dos dados colhidos, que serão utilizados apenas nesta pesquisa.

A ASSUFRGS, *Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada*, autoriza a realização da pesquisa para fins de construção da *Dissertação de Mestrado*, em nível de Pós Graduação em *Memória Social e Bens Culturais*, da acadêmica proponente do estudo investigativo e declara ter recebido as informações de forma clara e detalhada a respeito dos objetivos e da forma como participará desta investigação, sem ser coagida a responder eventuais questões consideradas de menor importância ou constrangedoras. A instituição apresenta a ciência de que, a qualquer momento, poderá buscar esclarecer as dúvidas que tiver em relação aos procedimentos metodológicos, assim como usar da liberdade de deixar de participar do estudo, sem que isso traga qualquer dificuldade. A assinatura do representante autorizado da instituição neste Termo de Consentimento autoriza a acadêmica a utilizar e divulgar os dados obtidos, sempre preservando a *confidencialidade dos dados coletados, quando solicitada pela instituição, bem como de pessoas*

Av. João Pessoa, 1392 - Farroupilha - CEP 90040-001 - Porto Alegre/RS

Fone/Fax(51)3228.1054 E-Mail secretaria@assufrgs.org.br - Home Page <http://www.assufrgs.org.br>



Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura de Porto Alegre, Canoas, Osório, Tramandaí, Imbé, Rolante, Eldorado do Sul, Guaíba, Viamão e Alvorada

citadas/referenciadas na pesquisa. Declaramos que recebemos uma cópia do presente Termo de anuência para a realização de pesquisa científica e acadêmica e que o mesmo foi suficientemente esclarecido pela acadêmica.

Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes
Coordenação Geral

Frederico Duarte Bartz
Comitê Gestor Centro de Documentação e Memória

Moisés Waismann
Orientador

Profª. Cleusa Graebin
Coordenadora Adjunta do PPGMSBC

Sibila Francine Tengaten Binotto
Aluno(a) do Curso de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais

Atenciosamente

Frederico Duarte Bartz

Bernadete de Lourdes Rodrigues de Menezes

Av. João Pessoa, 1392 - Farroupilha - CEP 90040-001 - Porto Alegre/RS

Fone/Fax(51)3228.1054 E-Mail secretaria@assufrgs.org.br - Home Page <http://www.assufrgs.org.br>

ANEXO B- Reprodução do verso do Boletim de número 44 de 10.11.1987

LOGOTIPO

Aqui estão as propostas inscritas no concurso do novo logotipo da Associação. Algumas propostas ficaram visualmente prejudicadas devido à redução de tamanho, por isso estamos promovendo também uma exposição dos originais apresentados. Na semana de 16 a 20 de novembro, eles estarão expostos nos RJs, no horário do almoço, quando os associados poderão votar na proposta de sua preferência.

1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32

ANEXO C – Tabelas das 12 Referências

Referência	Sal. Básico	Referência	Sal. Básico	Referência	Sal. Básico
NM - 03	2.397,28	NM - 14	3.168,54	NM - 25	4.988,62
NM - 04	2.408,70	NM - 15	3.256,65	NM - 26	5.234,50
NM - 05	2.479,34	NM - 16	3.372,19	NM - 27	5.494,90
NM - 06	2.556,92	NM - 17	3.484,29	NM - 28	5.766,16
NM - 07	2.662,72	NM - 18	3.616,30	NM - 29	6.050,04
NM - 08	2.697,68	NM - 19	3.755,48	NM - 30	6.350,17
NM - 09	2.776,62	NM - 20	3.918,22	NM - 31	6.662,97
NM - 10	2.850,26	NM - 21	4.111,72	NM - 32	7.167,44
NM - 11	2.925,24	NM - 22	4.314,20	NM - 33	7.811,17
NM - 12	3.001,52	NM - 23	4.527,56	NM - 34	8.510,81
NM - 13	3.084,37	NM - 24	4.753,58	NM - 35	9.272,12

REFERÊNCIA	VENCIMENTO OU SALÁRIO-CzS	REFERÊNCIA	VENCIMENTO OU SALÁRIO-CzS
NS-01	5.052,99	NS-14	9.437,68
NS-02	5.435,36	NS-15	9.854,95
NS-03	5.706,64	NS-16	10.289,30
NS-04	5.991,13	NS-17	10.741,72
NS-05	6.291,92	NS-18	11.277,95
NS-06	6.604,50	NS-19	11.842,04
NS-07	6.935,56	NS-20	12.435,40
NS-08	7.281,71	NS-21	13.055,92
NS-09	7.562,69	NS-22	13.710,09
NS-10	7.940,32	NS-23	14.393,96
NS-11	8.244,47	NS-24	15.113,29
NS-12	8.658,92	NS-25	15.869,86
NS-13	8.988,18		

Fonte: Boletim Assufrgs Informa 26.05.1987.